

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

FALA MANGUINHOS!  
A CONSTRUÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA  
EM FAVELAS E CONJUNTOS HABITACIONAIS CARIOCAS

APRESENTADO POR ALEX LUIZ BARROS VARGAS

ABRIL 2016

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

PROFESSORA ORIENTADORA DOUTORA DULCE PANDOLFI

ALEX LUIZ BARRO VARGAS

FALA MANGUINHOS!  
A CONSTRUÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA  
EM FAVELAS E CONJUNTOS HABITACIONAIS CARIOCAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Rio de Janeiro  
Abril de 2016

**Vargas, Alex Luiz Barros**

**Fala Manguinhos!: a construção de uma agência de comunicação comunitária em favelas e conjuntos habitacionais cariocas / Alex Luiz Barros Vargas. – 2016.**

**136 f.**

**Dissertação (mestrado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais.**

**Orientadora: Dulce Pandolfi.**

**Inclui bibliografia.**

1. Manguinhos (Rio de Janeiro, RJ). 2. Comunicação no desenvolvimento da comunidade. 3. Comunidade – Desenvolvimento. 4. Comunicação de massa e integração social. 5. Participação social. I. Pandolfi, Dulce Chaves. II. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 302.23

**ALEX LUIZ BARROS VARGAS**

**FALA MANGUINHOS! A CONSTRUÇÃO DE UM AGÊNCIA DE  
COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EM FAVELAS E CONJUNTOS  
HABITACIONAIS CARIOCAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais

Data da defesa: 25/04/2016

**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO**



**Dulce Chaves Pandolfi**  
Orientador (a)



**Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos**



**Luiz Antônio Machado da Silva**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus e a todos (as) que contribuíram, direta e indiretamente, para a elaboração dessa dissertação.

## **RESUMO**

Esta dissertação analisa a prática da Comunicação Social no Brasil, uma das questões mais importantes para a estruturação e manutenção do poder na sociedade, evidenciada, mais uma vez, com a crise institucional iniciada em 2014, que colocou o direito à produção e divulgação de informações e opiniões no centro do debate nacional. Para tanto, tomou-se como referência as condições políticas, administrativas e operacionais presentes na experiência da Agência de Comunicação Comunitária do Complexo de Manguinhos, aglomerado de favelas e conjuntos habitacionais populares da cidade do Rio de Janeiro.

## **ABSTRACT**

This dissertation analyzes the practicing of Social Communication in Brazil, one of the most important questions for structuring and maintenance of power in society, evidenced, once again, with the institutional crisis initiated in 2014, which put the right to production and divulgation of information and opinions in the center of national debate. Therefore, were taken as reference, the political, operational and administrative conditions present in the experience with the Manguinhos Complex Communitarian Communication Agency (Agência de Comunicação Comunitária do Complexo de Manguinhos), agglomerate of slums and popular housing complexes in the city of Rio de Janeiro.

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>6</b>
 <b>1. A formação do complexo de Manguinhos .....</b>	 <b>9</b>
1.1. Um pouco de Brasil, de favelas e de direitos .....	9
1.2. Mandelas e Manguinhos .....	19
 <b>2. Novas arenas, antigas disputas .....</b>	 <b>33</b>
2.1. O Conselho Comunitário de Manguinhos (CCM) .....	33
2.1.1. Os antecedentes do Conselho Comunitário de Manguinhos: a Cooperativa de Trabalhadores Autônomos de Manguinhos, o Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável e a Câmara Comunitária de Desenvolvimento - Rocinha, Gávea e São Conrado ....	33
2.1.2. O Programa de Aceleração do Crescimento Urbanização de Favelas .....	36
2.1.3. A formação do Conselho Comunitário de Manguinhos .....	42
2.2. O Conselho Gestor Intersetorial do Território Integrado de Atenção à Saúde - Escola Manguinhos (CGI-Teias) .....	45
2.3. A Rede Manguinhos Sustentável (RMS) .....	47
 <b>3. A Agência de Comunicação Comunitária .....</b>	 <b>50</b>
3.1. Histórico: considerações sobre os fatores que determinaram a Agência de Comunicação Comunitária .....	50
3.2. O arranjo institucional: os debates preliminares e posteriores à constituição da Agência de Comunicação Comunitária .....	56
3.3. Parceiros: os aliados e como eles se relacionaram com a Agência de Comunicação Comunitária .....	57
3.4. Princípios editoriais: os valores preceituados pela Agência de Comunicação Comunitária .....	59
3.5. Sustentabilidade: as iniciativas por financiamento, autonomia e profissionalismo .....	61
3.6. Os produtos da Agência de Comunicação Comunitária .....	64
3.7. A equipe: o processo de definição, constituição e qualificação do grupo .....	65
3.8. Participação: o envolvimento dos membros nas questões gerais da comunicação e a relação da Agência de Comunicação Comunitária com a população .....	67

<b>Considerações finais .....</b>	<b>72</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>76</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>80</b>



## Introdução

João Evangelista inicia o relato sobre a sua visão de criação do mundo, no Novo Testamento, assim: “No princípio era o Verbo”<sup>1</sup>. E prossegue dizendo que o “Verbo se fez carne e habitou entre nós”. Ao traçar um respeitoso paralelo com essas palavras, destaco a importância da manifestação do Verbo para a viabilização de pensamentos - individuais e coletivos – e atualizo essa ideia afirmando, com maior possibilidade de comprovação, que com o passar do tempo o Verbo se fez impresso, telégrafo, rádio, cinema, TV e digital. Até agora.

No Brasil, as oportunidades de manifestação do Verbo, de forma ampla, sistemática e com qualidade, ainda se encontram em mãos de poucos, donos, também, de opiniões semelhantes, expressas em análises cotidianas e em períodos significativos da vida nacional, como os eleitorais e os que envolvem as questões mundiais. Nesse contexto, considerou-se pertinentes e relevantes os esforços teóricos de sistematização, avaliação e publicização de ações que contribuem para o desenvolvimento da Comunicação em novas bases.

A dissertação em tela apresentará a Comunicação Social como um direito previsto na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Uma atividade importante e própria a qualquer cidadão ou grupo da sociedade. Desta maneira, tanto a questão da concentração quanto da homogeneidade dos meios serão tratadas pelos vieses da ampliação e democratização dos acessos a estes, tomando-se como referência o “lugar” e o “fazer” da Comunicação Social no Complexo de Manguinhos. Percebe-se, na experiência analisada, que as propostas e ações midiáticas estão associadas aos movimentos mais amplos por direitos civis, políticos e sociais, com a intenção de fomentar a equidade, o dinamismo econômico e o respeito ambiental.

O objetivo desse TCC é analisar as condições políticas, administrativas e operacionais para a prática da Comunicação Social, em áreas de baixa renda, elevada densidade populacional e limitados direitos republicanos. Para tanto estabeleceu-se, enquanto preliminar, realizar um estudo histórico do Complexo de Manguinhos, apresentar os atuais conflitos ideológicos e de interesses nesse local e narrar a trajetória da sua Agência de Comunicação Comunitária (ACC).

Ao descrever os ambientes, social e institucional, que viabilizaram o protagonismo dos moradores na experiência de construção da ACC, esse texto buscará, também, revelar os

---

<sup>1</sup> Verbo tem origem no latim (verbum) e significa palavra, discurso. Na gramática da língua portuguesa é a ‘classe de palavra que expressa ação, estado ou mudança de estado’. (Aulete Digital)

produtos do seu objeto de análise, que contribuem para a qualificação de diálogos intersociais, valorização de identidades locais e desconstrução de preconceitos.

Dada as características do projeto em questão, e a relação do pesquisador com o território, foram adotadas a etnografia, as entrevistas semiestruturadas, a observação participante e as consultas à bibliografia específica e aos documentos oficiais, enquanto métodos para a obtenção das informações pertinentes. Também com essa intenção, elaborou-se um roteiro composto por características estruturais deste aglomerado de favelas e conjuntos habitacionais da cidade do Rio de Janeiro. Tal roteiro viabilizou a composição dos capítulos, considerando os seguintes pontos: I) formação do Complexo de Manguinhos; II) definição dos espaços e arranjos sociopolíticos de participação popular presentes no território em foco e, III) apresentação dos aspectos fundamentais da ACC: sua história, arranjo institucional, parceiros, princípios editoriais, sustentabilidade, produtos, equipe e participação social ‘na’ Agência e ‘da’ Agência.

Nesse sentido, realizou-se as seguintes ações e suas rotinas: I) coleta de dados com representantes sociais e administradores públicos - agrupamento e organização das informações que permitiram a contextualização social e econômica local; II) participações em atividades no território - acompanhamento e análise dos processos e movimentos estabelecidos pelo Conselho Comunitário de Manguinhos, pelos articuladores da Rede Manguinhos Sustentável, pelo Conselho de Saúde (CGI-Teias), pelas organizações do terceiro setor e dos poderes públicos municipal, estadual e federal; e III) análises de documentos.

Quanto à citada relação do pesquisador com o território, devo dizer que o Complexo de Manguinhos, no final da década de 1970, foi a segunda área de favela que conheci. A primeira foi a que morei, a partir de 1974. Assim como muitos até hoje, passei anos escondendo essa situação, até ingressar na universidade e, posteriormente, no movimento social. Foi nesse período que me reconheci enquanto morador de comunidade, ajudei na reconstrução da Associação local - fechada durante a ditadura - ingressei na Pastoral de Favelas e no processo de reorganização da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ). Passados 40 anos, o Complexo de Manguinhos, que tanto contribuiu para a minha humanização e socialização, agora contribui para a formação profissional e acadêmica. Pode-se imaginar a dedicação e o carinho presentes nas páginas a seguir.

Por fim, deve-se considerar que o tema em pauta se associa a um dos debates mais promissores em curso, na sociedade brasileira e em diversos países do mundo: o ‘lugar’ e o

‘fazer’ da Comunicação. Trata-se de uma das questões mais sensíveis à estruturação e manutenção do *status quo*, envolvendo-se com interesses poderosíssimos. Não por outras razões percebe-se, por um lado, a enorme insatisfação com a organização e progressão dos meios de comunicação nacionais e, por outro, as insuficientes alternativas ao estabelecido. Reverter esse quadro exigirá a concatenação de intenções republicanas, presentes na sociedade, na universidade, no meio empresarial e político, que resultem em mobilização de opiniões, esforços cívicos e resultados práticos, como os observados no funcionamento da Agência de Comunicação Comunitária.

Mas, aqui, não se intenciona apresentar um manual e nem desqualificar as experiências que percorreram caminhos diferenciados. Pretende-se associar o empenho acadêmico - reconhecido na bibliografia apresentada – ao protagonismo das populações que buscam romper o cerco do preconceito, da pobreza e da desigualdade, através de propostas afirmativas e da sua condição de cidadãos. Pretende-se, também, para além das questões referentes à memória, possibilitar futuros diálogos com trabalhadores da Comunicação e ativistas sociais – pela exposição e comparação das particularidades e universalidades, oportunidades e dificuldades da ACC – e contribuir para que outros Joãos – Evangelistas ou não - e Marias, possam soltar o verbo e influenciar nas recriações do mundo, de acordo com as suas visões.

## 1. A formação do Complexo de Manguinhos

Este capítulo foi dividido em duas partes. Inicialmente, retratarei o que é comum a esse território e a outras favelas e conjuntos habitacionais cariocas (item 1.1). A seguir, iniciarei a apresentação do que é singular a esse lugar, contando um breve histórico das particularidades que o constituíram, com o objetivo de caracterizar as suas relações econômicas, políticas e sociais (item 1.2). Portanto, pretende-se demonstrar o quanto o Complexo de Manguinhos é único e, ao mesmo tempo, o que ele tem em comum com as demais favelas e conjuntos habitacionais da cidade.

### 1.1 - Um pouco de Brasil, de Favelas e de Direitos

Os brasileiros não possuem muitas razões para se orgulharem da sua construção republicana, iniciada em 1889. A relação histórica com os índios, negros, mulheres, trabalhadores e pobres, desse país, não espelha bons exemplos de práticas governamentais. Estas, como se sabe, foram mais influenciadas pela *Carta del Lavoro*<sup>2</sup> do que pela Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>3</sup> que, décadas depois de instituída, continuou ignorada pelos que nos comandaram, sem nenhum constrangimento político, nem instrumento jurídico onde a população pudesse ancorar as demandas por cidadania. As consequências dessa tradição são instituições e culturas marcadas pelo autoritarismo, exclusão, preconceito, alienação, machismo e branquitude (SOVIK, 2005).

Esta situação se redefine a partir de 1988. Fruto de um movimento iniciado com a luta pelas liberdades democráticas, no período pós 1964, e que avança na Campanha das Diretas Já, a participação popular eclode no processo da Assembleia Constituinte com vigor cívico. O texto resultante desse momento é consagrado pelo cognome Constituição Cidadã<sup>4</sup> e inaugura um novo tempo no país: calendário e regras eleitorais respeitados e com alcance indiferenciado, para todos; liberdade de organização; anúncio de Direitos; oportunidades de participação

<sup>2</sup> A *Carta del Lavoro*, princípios de orientação fascista da Itália de Mussolini, foi “a moldura sindical do Estado Novo” (PANDOLFI, 1999, p.18) e influenciou a elaboração da Constituição de 1937.

<sup>3</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um pacto firmado por Estados Nacionais, perante a Organização das Nações Unidas, em Assembleia Geral datada de 10 de dezembro de 1948. O Brasil é signatário desse pacto contra a opressão, a discriminação e pela igualdade entre as pessoas.

<sup>4</sup> “(...) Foi de audácia inovadora a arquitetura da Constituinte, recusando anteprojeto forâneo ou de elaboração interna. O enorme esforço é dimensionado pelas 61.020 emendas, além de 122 emendas populares, algumas com mais de 1 milhão de assinaturas, que foram apresentadas, publicadas, distribuídas, relatadas e votadas, no longo trajeto das subcomissões à redação final. A participação foi também pela presença, pois diariamente cerca de 10 mil postulantes franquearam, livremente, as 11 entradas do enorme complexo arquitetônico do Parlamento, na procura dos gabinetes, comissões, galeria e salões (...). Não lhe bastou, porém, defendê-lo contra os abusos originários do Estado e de outras procedências. Introduziu o homem no Estado, fazendo-o credor de direitos e serviços, cobráveis inclusive com o mandado de injunção. Tem substância popular e cristã o título que a consagra: “a Constituição cidadã”. (Deputado Ulisses Guimarães - Discurso proferido na sessão de 5 de outubro de 1988, publicado no DANC de 5 de outubro de 1988, p. 14380-14382.)

popular; elaboração de políticas públicas; liberdade de imprensa; poder judiciário funcionando; relações internacionais operadas com base na autodeterminação dos povos e na descentralização do poder mundial; leis orgânicas municipais e estaduais etc. Um momento raro na história, também em termos de duração.

Pode-se dizer, então, que vivemos em um tradicional Estado de Direito? Em caso positivo, as favelas do Rio de Janeiro são exceções? A realidade política nacional, de acordo com o arranjo jurídico pós Constituição de 1988, é a mesma, no interior e no exterior das favelas? Ou lidamos com ‘Estados’ diferentes: um, ‘de Direito’, na dita cidade formal. E o outro, ‘de Defeito’, com imperfeições nos serviços públicos e privados, e parca cidadania?

Como diversas bibliografias utilizadas nesse texto mostram, desde sempre os favelados conviveram com limitados acessos aos direitos, além das conhecidas tentativas de controle das suas vidas privadas por parte do poder público e, mais recentemente, por parte de ‘outros poderes’. Embora a favela tenha se constituído enquanto uma alternativa para as elites empresariais, civis e militares no Rio de Janeiro<sup>5</sup>, sobre os favelados recaem os mais artificiosos preconceitos: sujos, imorais, incapazes, ‘paraíbas’, preguiçosos, ignorantes e bandidos. E como tais são tratados, quando não conseguem esconder seus locais de moradia.

Os cerceamentos ao exercício dos direitos, pelos moradores de favelas, são evidentes e conhecidos, em maior ou menor escala, pela sociedade. Historicamente, são comuns os casos de moradores obrigados a deixarem as suas casas – remoções e queimas das suas habitações - por razões e em condições absolutamente injustas, tanto por parte do Estado quanto por parte dos que vivem à margem dele. O comprometimento à liberdade de pensamento e de religião acontece desde às impossibilidades de manifestações de fé – prática estatal antiga, atualizada por setores do tráfico de drogas, em detrimento de cultos espiritualistas – até o constrangimento sofrido por aqueles que criticam os projetos de urbanização, ou a maneira como eles são implementados, mais recentemente.

Diante do exposto, torna-se desnecessário exemplificar as situações de impedimento à liberdade de reunião, muitas vezes já desqualificada pelo fato de que, quem as convoca, não ter sido escolhido pela população para tal. Mas, certamente, são esses mesmos ‘eleitores’ que se encarregam de dificultar as atividades econômicas, com assédios e constrangimentos. Quando não eles, o próprio Estado cria barreiras legais, impostas, por exemplo, quando exige Registro

---

<sup>5</sup> Inicialmente resolvendo o problema de moradia dos militares que participaram da Guerra de Canudos, e depois resolvendo o problema da moradia da mão-de-obra dos trabalhadores de baixa qualificação e educação formal.

Geral de Imóveis para algumas operações comerciais<sup>6</sup>, como crédito e financiamento, e o próprio Estado, que tem o poder para emitir, dificulta ou inviabiliza a obtenção do Registro.

Pelo visto, pode-se perceber o perigo de contaminação da Democracia, por agentes comprometidos com a ilegalidade e os interesses de grupos privados, vinculados à violência, presentes no aparelho do Estado e fora dele. Essa contaminação é potencializada na medida em que esses grupos se articulam com seus afins, no Executivo e no Judiciário, como é regularmente noticiado. Dessa maneira, não é desprezível a prática de inibição de campanhas eleitorais em favelas e conjuntos habitacionais de várias partes da cidade – requalificando-se o que se entendia por ‘curral eleitoral’ - atingindo opositores e apoiadores dos governos federal, estadual e municipal, indiscriminadamente, de acordo com a lógica própria de quem opera tais procedimentos.

Por saber o quanto das restrições à definição acima já são conhecidas, além do que foi comentado aqui, pouparei o texto das aflições vividas por moradores de favelas em relação às dificuldades e indisponibilidades de acesso aos direitos ao trabalho, à assistência social, à educação e à saúde. Entretanto, acrescentarei, para análise, dois direitos aos elencados por Marshall (1967), com o objetivo de ampliar o debate sobre eles. Primeiramente, o direito à Comunicação, conforme o previsto pela Organização das Nações Unidas<sup>7</sup>. E o outro, fundamental para medir o grau de civilidade de uma nação, é o referente à Memória, conforme nos é apresentado e definido por Mario Grynszpan e Dulce Chaves Pandolfi. Segundo estes, um movimento de recuperação e divulgação de memórias de comunidades cariocas se intensifica a partir de 1990 e, nesse contexto,

A ampliação e a diversificação dos agentes envolvidos, bem como a destinação de recursos para o desenvolvimento de projetos de memórias de favelas, guardam relação com o reconhecimento não apenas do direito destas à memória, a um passado, mas sobretudo do seu direito à existência, a um futuro (GRYNSZPAN E PANDOLFI, 2007, p. 79).

Portanto, pode-se alinhar as ações de comunicação social com as ações de preservação de memória, quando se percebe que:

A luta por ter reconhecida a sua memória é parte da luta pelo reconhecimento dos próprios grupos. Apresentando-se no espaço público, rompendo com a

---

<sup>6</sup> O Registro Geral de Imóveis (RGI) é um documento que contém informações – dívidas, penhoras, impedimentos ou irregularidades - das edificações. Além de ser exigido em transações econômicas, ele atesta a regularidade da propriedade e serve para outras questões urbanas, como veremos a seguir. Pouquíssimas casas e prédios em favelas possuem RGI. O Complexo de Mangueiras não é exceção.

<sup>7</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos / ONU - Art. 19 – Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

invisibilidade ou impondo uma nova representação de si mesmos, buscam esses grupos o seu reconhecimento social, cultural, político e jurídico, o que também implica auferir vantagens correlativas, expressas em direitos (...). Trata-se não apenas do direito de ter uma memória, e de tê-la conhecida e reconhecida, mas também de ser o seu próprio gestor, seu guardião, seu porta-voz autorizado (GRYNSZPAN E PANDOLFI, 2007, p. 68).

Ao impor ‘uma nova representação de si mesmos’, de quais representações os favelados querem se livrar? E quais querem colocar no patamar de cidadania que pretendem se movimentar? Vamos começar pelos estigmas rejeitados.

As representações com que se quer romper são aquelas segundo as quais as favelas se caracterizam, entre outros aspectos, pela desordem, pela rejeição de valores morais, pela ausência de cultura, pela incivilidade, pela propensão à violência, hoje associada sobretudo ao tráfico de drogas. Segundo essas representações, as favelas seriam o espaço da barbárie, por oposição à civilização identificada com a cidade formal. Assim percebidas, elas terminam sendo objeto de evitação, de segregação, o que se busca reverter por meio de memórias. (GRYNSZPAN E PANDOLFI, 2007, p. 78).

Não por acaso, nas edições do Fala Manguinhos! existe um espaço dedicado à memória das favelas e conjunto habitacionais locais, assim como no *blog* <https://falamanguinhos.wordpress.com/> permanece uma aba - Conheça o Complexo de Manguinhos - onde são reproduzidas as matérias publicadas no jornal, contando as histórias das comunidades, pela ótica de seus moradores. Tanto para alguns projetos de comunicação, quanto de memória, o rompimento das representações negativas das favelas encontra um campo de desenvolvimento propício na

(...) lembrança de práticas culturais tradicionais identificadas com as origens étnicas e regionais dos moradores, e à rememoração de um passado de trabalho, de solidariedade, de cooperação, de participação, de luta e mobilização contra as adversidades, contra as ameaças de remoção, em prol de condições mais dignas de existência, enfim, de luta pela cidadania (GRYNSZPAN E PANDOLFI, 2007, p. 78).

Com relação à Agência de Comunicação Comunitária, também é certo afirmar que “a luta pelo reconhecimento da memória de um grupo tem um forte componente performativo, sendo uma das dimensões da luta pela constituição mesma do grupo” (GRYNSZPAN E PANDOLFI, 2007, p. 69). No caso em pauta, além da composição do grupo ‘Agência’, pretende-se contribuir para a constituição de outro grupo - o ‘território ampliado do Complexo de Manguinhos’ – que teve o seu tecido social esgarçado pelas políticas clientelistas, pela violência e por uma característica dessa região - a linha de trem - como veremos na sequência do texto.

Ainda no terreno da memória, cabe lembrar que a população deste território esteve envolvida, nos últimos 50 anos, com três tipos de autoritarismo. O primeiro – durante a ditadura - institucionalizado, ideológico e violento, atingia igualmente a condição de cidadão de todos, não agindo, portanto, na condição específica de se morar neste ou naquele lugar<sup>8</sup>. Os outros - à margem da lei, representados pelo tráfico e a milícia<sup>9</sup> - tão violentos quanto o primeiro, se escondem no interior das favelas e conjuntos habitacionais, fazendo com que só conheçamos as suas manifestações quando estas extrapolam os seus limites espaciais. As três manifestações restringem a participação popular, reprimem as lideranças existentes, inibem a constituição de movimentos autônomos e desqualificam os espaços de reuniões e debates. Ou seja, reforçam a cultura e o comportamento associados à história de colônia, escravidão e ausência de direitos, tão presentes no país, influenciando negativamente o Capital Social local (Putnam, 2000, p.180).

Mas se a ação do golpe de estado, em 1964, foi compulsória para os moradores de favelas, a ação do tráfico poderia ser evitada por eles? Por que as favelas são os palcos escolhidos pela marginalidade para desenvolver suas ações? Para tentar responder a essa questão, pode-se começar comentando a ‘invisibilidade’ delas. Se por um lado, é difícil o Estado não ver que uma comunidade está se erigindo, por outro lado é fácil ignorar, até o momento que não é mais conveniente. Fingir que não sabia. Portanto, a “invisibilidade” fez delas lugares privilegiados para o desenvolvimento de uma atividade que incorpora interesses variados – desde os consumidores, até os que se beneficiam com a corrupção generalizada que ela provoca. Além do mais, permite aos falsos moralistas e aos hipócritas escorarem as suas argumentações na criminalização e demonização dos socialmente mais fracos, entre os envolvidos. Ao se

---

<sup>8</sup> O fim da ditadura altera o comportamento das forças de segurança pública. *Pero, no mucho*. Segundo Misse (2003, pagina 8), “A histórica desconfiança em relação à polícia, existente no Rio desde o século passado e reproduzida ampliadamente na longa experiência dos mercados ilícitos tradicionais (jogo do bicho e outros jogos de azar, prostituição, contrabando, camelôs etc - sob os signos da “vadiagem” e da “malandragem”) alcança um novo patamar na história do movimento, porque também envolvendo as populações das comunidades urbanas de baixa renda, postas sob a continuada pressão desse tipo de operações policiais”.

<sup>9</sup> No Complexo de Manguinhos, tanto o Parque Oswaldo Cruz (Morro do Amorim), quanto os Conjuntos Habitacionais Ex-Combatentes e Tiradentes, não conviviam com traficantes. O que não diferenciava o comportamento das suas lideranças em relação às demais, nas questões referentes ao exercício de direitos, cidadania, participação e controle social. Segundo Misse (2008), milícia é “(...) uma nova modalidade de “esquadrão da morte”, grupos de policiais militares que impõem a oferta de proteção em favelas e conjuntos habitacionais pobres, com a promessa de matar os bandidos locais, em troca do pagamento regular de uma mensalidade. (...) esses grupos, chamados pela imprensa de “milícias”, pretendem substituir os traficantes, assumindo inclusive parte do comércio ilegal que esses praticavam”.



manter ‘invisível’ para o poder público e para a sociedade, a favela foi impelida para a condição de área ideal a ser privatizada por outros modelos de organização<sup>10</sup>.

Soma-se a isso a geografia e, também, a estrutura física que resulta das construções urbanísticas e arquitetônicas dos moradores, no empenho pessoal e coletivo de obter mínimas condições de sobrevivência em espaços, muitas vezes, de reconhecida dificuldade de mobilidade. Esses três quesitos - a ‘invisibilidade’, a geografia e a urbanização - foram apropriados, adaptados e utilizados pelos traficantes, de tal maneira, que aprisionaram os habitantes na lógica operacional dos seus movimentos. Portanto, tanto do ponto de vista material – as localizações estratégicas para a venda e a distribuição de algo ilegal - quanto imaterial – a indiferença social, o não reconhecimento e o abandono governamental – as favelas foram redesenhadas enquanto ambientes perfeitos para o tráfico de drogas, dada as características políticas e culturais da nossa sociedade, da nossa legislação específica sobre o tema e dos interesses econômicos relativos.

E onde os favelados entram nessa história? Para eles restou o fardo do preconceito; as migalhas financeiras, do total mundial movimentado; e o inferno de ver seus locais de moradia se transformarem em campos de guerra, ora envolvendo as forças militares do Estado, ora traficantes rivais, ora as milícias.

Entretanto, é bom lembrar que essa ‘guerra’ não é a primeira que as favelas conheceram. Segundo Burgos (2006), elas já foram vítimas da guerra do ‘saneamento’, até a década de 1940; da guerra da ‘moralização’, a partir da década de 1960; da guerra ‘política’, entre as décadas de 1970 e 1980; e da guerra do ‘urbanismo’, durante as décadas de 1990 e 2000. Pelo exposto, pode-se dizer que governos vivem em conflito declarado contra as favelas, por considerá-las representações de algo que, a cada momento histórico, significa um mal para a sociedade, ou então, porque seriam compostas por pessoas com dificuldade de integração social.

Por outro lado, não devemos desconsiderar o fato que hoje, dada a capilaridade da distribuição e a amplidão do mercado consumidor, não é incomum encontrar núcleos familiares

---

<sup>10</sup> Quando não ‘invisíveis’, ‘opacos’. Para Grynszpan e Pandolfi (2003, p. 25), “nelas existem pobres, haja vista o próprio aspecto das moradias, a infraestrutura e os serviços públicos são realmente precários, e não há como negar que hoje o tráfico de drogas tem ali uma de suas faces mais visíveis. Entretanto, se tudo isso é verdade e constitui uma pauta de graves problemas a serem solucionados, é preciso notar que é nessa evidência mesma que reside a opacidade da favela, pois ela produz a certeza de que já se conhece a favela, sem que seja preciso conhecê-la efetivamente. Ela induz e direciona o nosso olhar, condicionando o que ver e como ver; leva-nos a perceber e tratar como unidade a favela e os favelados, aquilo que, de fato, é marcado por uma extrema diversidade. A representação sobre a favela impõe-se, assim, à realidade das favelas”. Neste texto utilizei as definições de ‘Favela’ apresentadas por Grynszpan e Pandolfi (2003) e por Valladares (2005).

- no interior das favelas importantes para o comércio de drogas, contextos de centros urbanos e capitais - que possuam um membro, parente, vizinho, conhecido ou agregado, relacionado com a comercialização direta ou indireta de produtos ilegais. Segundo Vera da Silva Telles (2010),

Se é verdade que a cidade oferece todos os ingredientes que alimentam os discursos e o imaginário da “cidade global”, com seus artefatos sempre presentes e sempre iguais em todas as grandes metrópoles do planeta, também é verdade que a vida social é atravessada por um universo crescente de ilegalismos que passa pelos circuitos da expansiva economia (e cidade) informal, o chamado comércio de bens ilícitos e o tráfico de drogas (e seus fluxos globalizados), com suas sabidas (e mal conhecidas) capilaridades nas redes sociais e nas práticas urbanas. (Telles, 2010, p.9)

O movimento social tem se encarregado de denunciar as arbitrariedades contra os moradores de favelas, que ‘coincidem’ com as medidas que podem ser tomadas durante a vigência de um Estado de Sítio<sup>11</sup>. E mesmo a imprensa, por vezes, torna público os desmandos ‘oficiais’, nesse sentido. Mas não só as arbitrariedades do Estado acontecem nas favelas. Soma-se a isso, com muito menos divulgação, as patrocinadas por setores do tráfico e das milícias.

Aqui, ao contrário do que aconteceu anteriormente, o texto não será poupado de exemplos e casos. Se faz necessário pontuar as não poucas vezes onde os conflitos bélicos e os ‘toques de recolher’ impedem a entrada e a saída dos moradores de suas casas, inviabilizando compromissos com hora marcada – desde os mais rotineiros, como as escolas, até os mais ‘extraordinários’, como as agendas médicas - e a volta para os seus lares, durante a noite ou madrugada. Portanto, a “obrigação de permanência em localidade determinada”, decretada na vigência de um Estado de Sítio, é uma situação conhecida dos moradores de favelas. Nessas condições, o propagado direito de ir e vir<sup>12</sup>, é violado regularmente, como se as pessoas desses lugares – trabalhadores manuais e intelectuais que produzem para a cidade onde moram; donas de casa que produzem para que os outros possam produzir; estudantes que se preparam para

---

<sup>11</sup> Vou me ater às medidas do Estado de Sítio (art. 137 da Constituição da República Federativa do Brasil), visto que as condições da sua decretação são a “comoção grave de repercussão nacional, ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o Estado de Defesa e a declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira”. Reparem, no conjunto de medidas possíveis diante da decretação, extraordinária, do Estado de Sítio, as similaridades com as condições em que vivem os favelados, ordinariamente (art.139): “Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento no art. 137, I, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas: I - obrigação de permanência em localidade determinada; II - detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns; III - restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei; IV - suspensão da liberdade de reunião; V - busca e apreensão em domicílio; VI - intervenção nas empresas de serviços públicos; VII - requisição de bens (BRASIL, 1988)”.

<sup>12</sup> Art. 5, inciso XV, da Constituição da República Federativa do Brasil: “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”.

produzir; artistas, religiosos e todos funcionários públicos e privados que trabalham no interior dessas comunidades – não vivessem “em tempos de paz” e fossem soldados do exército inimigo.

Quanto às “restrições relativas à inviolabilidade da correspondência” e a falta de “sigilo das comunicações”, essas permanecem baseadas numa articulação de desinteresses públicos dos mais impressionantes. Resumidamente, para uma carta, produto ou assinatura de periódico, por exemplo, chegar nas casas, é preciso que o endereço seja reconhecido oficialmente. Quem trata dessa questão na cidade do Rio de Janeiro é a Secretaria Municipal de Habitação. O Instituto de Terras (ITERJ) responde pelo estado e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), é a responsável federal. Feita a regularização fundiária – ou paralela a ela – a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) é acionada para concatenar o seu banco de dados com o produzido por esses organismos públicos, a fim de viabilizar o recebimento do que é enviado. O que observamos, hoje, no Complexo de Manguinhos e em outras áreas de favelas, é uma situação onde, associada a permanência das entregas das correspondências nas associações de moradores – sem nenhuma garantia de direito à “inviolabilidade” e “sigilo” - como acontecia antes do Programa de Aceleração do Crescimento<sup>13</sup> (PAC) e do Programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)<sup>14</sup>, também nas áreas construídas dos novos conjuntos habitacionais, pertencentes à União (DESUP) e desapropriadas da iniciativa privada (Nova CCPL), a chegada dos Correios – e do Registro Geral de Imóveis (RGI) – não acontece.

Considerando que as demais medidas possíveis durante um Estado de Sítio - relacionadas às liberdades de produção / circulação de informações e de reunião - já foram debatidas aqui, anteriormente, não apresentando saldo positivo para as favelas no compute dos direitos vivenciados por seus moradores, passamos a refletir sobre a seguinte questão: diante do quadro exposto, é factível acreditar que no quesito “busca e apreensão em domicílio”, encontraremos um comportamento, majoritariamente, ‘legal’ por parte de militares, quando não estamos em um Estado de Sítio?

O quadro exposto acima produz dois tipos de reflexão. A primeira, associada aos incautos, é geralmente formulada da seguinte maneira: qual a importância de se ter referência

---

<sup>13</sup> Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. (Fonte - <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acessado em 11/03/2016)

<sup>14</sup> Segundo a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, responsável pelas UPPs desde 2008, tal Programa “foi elaborado com os princípios da polícia de proximidade” e objetiva “a retomada permanente de comunidades dominadas pelo tráfico”. (Fonte - [http://www.upprj.com/index.php/o\\_que\\_e\\_upp](http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp) – Acessado em 11/12/2015)

na Constituição? A segunda, associada aos de menos inocência e valores republicanos, pode ser resumida assim: concretamente, qual contribuição a Carta Magna traz para o avanço da luta por cidadania, capaz de merecer atenção dos que se solidarizam com os moradores das áreas de baixa renda e elevada densidade populacional, diante de um saldo de direitos tão limitado? Ao concordar com Angela de Castro Gomes (2007, p. 9) - “quanto maior é o grau de não pertencimento dos indivíduos a redes sociais de proteção, solidariedade etc. maior é seu grau de exclusão e menor sua condição efetiva de cidadania, a despeito de seus direitos constitucionais” - destaco também a sua observação de que

a luta por direitos no campo político-formal é decisiva para a democratização de uma sociedade, pois, embora possa haver recuos no acesso à direitos, é sempre mais difícil alterar uma norma já consagrada legalmente, sobretudo quando ela tiver sido apreendida por segmentos da população, incorporando-se no que se está aqui chamando de uma “cultura de direitos” (GOMES, 2007, p. 9).

Nesse sentido, sublinho o fato de que, há aproximadamente 27 anos, a população brasileira, indistintamente, nas mais variadas oportunidades e meios, recebe, repetidamente, mensagens com o seguinte teor: ‘a constituição lhe garante direitos’; ‘você é um cidadão’; ‘faça valer a Lei’; ‘participe’ etc. Portanto, cabe o debate sobre a possibilidade de um número significativo, variado e crescente de pessoas, dar sentido e acreditar nestas mensagens, mesmo que o aparelho de Estado não esteja, ainda, “equipado material e doutrinariamente para arcar com suas novas responsabilidades perante a sociedade” (GOMES, 2007, p. 9). Esta pode ser uma das características do nosso tempo: a crença, cada vez maior, de pessoas na sua condição cidadã, por um lado, e as descrenças no sistema legislativo, executivo e judiciário, nas organizações sociais e nas lideranças políticas, religiosas, empresariais, civis e militares, como capazes de atender as suas necessidades materiais e imateriais, individuais e coletivas, geradoras de demandas sequer compreensíveis para o *establishment*, quanto mais solucionáveis<sup>15</sup>. Como diz Angela de Castro Gomes:

Diante disso, uma nova pauta de problemas para o exercício da cidadania ganhou maior visibilidade. Nela podem-se destacar, por exemplo, as questões da reforma e dos controles sobre o judiciário; do debate em torno dos direitos consagrados pela legislação trabalhista; do

<sup>15</sup> Número de pessoas que não confiam na imprensa é quase o dobro das que confiam (...). No ranking da credibilidade, a imprensa vai quase tão mal quanto o governo (que tem a confiança de 1,1%), o Congresso (0,8%) e partidos políticos (0,1%), ocupando o quinto lugar como instituição mais confiável, com a preferência de 4,8% (...) *Ranking das instituições que mais confia: 1º Igreja (53,5%); 2º Forças Armadas (15,5%); 3º Justiça (10,1%); 4º Polícia (5,0%); 5º Imprensa (4,8%); 6º Governo (1,1%); 7º Congresso (0,8%); 8º Partidos (0,1%)*. Disponível em: <http://fndc.org.br/clipping/numero-de-pessoas-que-nao-confiam-na-imprensa-e-quase-o-dobro-das-que-confiam-942753/>

lugar do Ministério Público como instrumento fiscalizador de direitos; do papel da mídia como instância de participação da população na busca do atendimento a seus direitos (GOMES, 2007, p. 9).

Ao afirmar que a pauta acima contempla os moradores de áreas de baixa renda, elevada densidade populacional e limitados direitos republicanos, é necessário incorporar, especificamente, a questão da segurança, dado o contexto bélico visto acima. É o estado de guerra declarado contra essas áreas – uma guerra localizada, ora com característica de guerra psicológica, ora de guerra santa, permanentemente uma guerra de nervos e com cenas de guerra civil – que produz ações do governo como o Programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Só precisa de Pacificação, é óbvio, quem vive um conflito.

A avaliação das UPPs é um objetivo maior do que o pretendido nesse texto. Entretanto, a sua relação com a questão em pauta justifica dois breves comentários. Primeiro: comprovadamente, este Programa diminuiu a violência<sup>16</sup> militar e paramilitar, por arma de fogo. Segundo: as UPPs reafirmaram o debate sobre Segurança na pauta do Estado, e não na improvável agenda marginal. Sabe-se de inúmeras situações de maus tratos, mortes e desaparecimento que aconteciam, e acontecem, nas favelas, sem que as famílias e a sociedade tenham oportunidade de recorrer pela recuperação do corpo e da memória do desaparecido. Portanto, pode-se supor que, a médio e longo prazo, o campo de luta por direitos, no controverso Programa das UPPs, pode ser mais vantajoso.

Tal contexto, com a diminuição das dificuldades que impossibilitavam a circulação de informações nessas áreas, quase sempre explicadas pela presença ostensiva do crime organizado, colocou de forma ainda mais evidente a importância e a necessidade de reconstruir antigos canais de comunicação e de se construir novos, ampliando e fortalecendo o direito à informação. Até porque, na ‘guerra’ que envolve parcela significativa de brasileiros – moradores das cidades e dos campos - pela consolidação do previsto na Constituição Federal, as ‘munições’ mais preciosas são a informação e a organização. Por isso, o direito à memória e o direito à comunicação – passado e presente – podem se unir em um projeto de futuro, que tomará o rumo que a maioria da população desejar, livre e soberanamente, buscando atender as necessidades humanas, por via do desenvolvimento econômico, social e político.

---

<sup>16</sup> RIO DE JANEIRO. Relatório da ONU aponta que UPP é responsável por redução de homicídio. Disponível em <http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/relatorio-da-onu-aponta-que-upp-e-responsavel-por-reducao-de-homicidio/CPP>. Acessado em 29/12/2014.

Nesse sentido, como aconteceu a construção do Conselho Comunitário de Manguinhos, do Conselho de Saúde (CGI), da Rede Manguinhos Sustentável e da Agência de Comunicação Comunitária, que pretendem contribuir para a evolução das políticas públicas, em ambiente democrático e republicano, e promover os moradores do Complexo de Manguinhos à condição plena de cariocas, é o que veremos nos próximos capítulos.

## 1.2 Mandelas e Manguinhos

Manguinhos tem sua história contada, desde o início até o PAC, no livro “Histórias de pessoas e lugares” (Fernandes e Costa, 2009). Posteriormente a esta publicação, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses retrataram, atualizando, o que se passa por lá, como pode ser observado na bibliografia dessa dissertação. O Laboratório Territorial de Manguinhos<sup>17</sup> também nos coloca diante desta realidade, confortavelmente. Portanto, dada as pesquisas realizadas por esses trabalhos e o objetivo desse texto, não foi considerado necessário ir além dos registros citados. Como se verá mais tarde, o rigor científico apresentado nessas leituras serve, também, para que outras conclusões sejam debatidas, como as elaboradas por Mariana Cavalcante.

Para além do ambiente acadêmico, a observação de fotografias antigas, e as conversas com moradores mais idosos, permitem perceber que a região, onde hoje está inserido o bairro de Manguinhos, foi dotada pela natureza de mangues, matas, rios e praias. Dos mangues originou-se o nome do lugar. Posteriormente, o ‘processo civilizatório’ acrescentou, às características citadas, a Estrada de Ferro do Norte<sup>18</sup>, o Instituto Soroterápico Federal<sup>19</sup>, aterro, cimento, asfalto, poluição e uma população marcada pela diversidade cultural, desigualdade e violências. Nesse contexto surgem as favelas do bairro e do seu entorno. Esta é a gênese do Complexo de Manguinhos.

Trago do citado livro ‘Histórias de pessoas e lugares’ uma definição precisa e objetiva do Complexo de Manguinhos:

A constituição das comunidades da área de Manguinhos teve início nos primeiros anos do século XX como fruto, originalmente, de ocupações

<sup>17</sup> Laboratório Territorial de Manguinhos - <http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/> acessado em 10/12/2015

<sup>18</sup> A Estrada de Ferro do Norte foi construída para ligar o Rio de Janeiro a Petrópolis e Três Rios. Parte foi construída ainda em 1854, unindo o porto de Mauá à estação Raiz da Serra. A ligação com a estação de Mauá foi feita em 1926. Partindo da Estação de São Francisco Xavier, a Estrada de Ferro tinha estações em Triagem, Bonsucesso, Penha e Meriti; além dessas estações, haviam paradas menores como Amorim (ou Parque Oswaldo Cruz, denominações da comunidade mais antiga de Manguinhos), Olaria e Vigário Geral. A Estrada de Ferro, atualmente, pertence à Supervia. (Fonte: Laboratório Territorial de Manguinhos / Fundação Oswaldo Cruz / <http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/?q=node/15>)

<sup>19</sup> Denominação inicial (1940) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

individuais ou coletivas de fazendas produtoras de gêneros alimentícios que abasteciam a cidade ou mesmo de espaços públicos.

A partir da década de 1940, observa-se um intenso movimento de ocupação das encostas, das margens dos rios e das áreas de manguezal aterradas, a partir da migração de outras regiões do país, principalmente do Nordeste e de zonas rurais, e deslocamentos internos na própria Manguinhos e de outras comunidades próximas, onde ocorreram incêndios ou inundações. Tiveram, também, papel importante para o aumento populacional da região as políticas habitacionais implementadas na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 e 1960. Vários projetos governamentais impuseram deslocamentos de populações, principalmente da Zona Sul, para regiões distantes, menos valorizadas e sem estrutura urbanística e emprego, o que provocou, posteriormente, o retorno delas para as áreas mais próximas do centro da cidade, como Manguinhos. Identifica-se, ainda, a construção de conjuntos habitacionais provisórios, como medidas paliativas para as classes populares, indicadas como ‘problemas’ para a cidade, que acabavam transformados, em sua maioria, em habitações definitivas. (Fernandes e Costa, 2009, página 70)

Como se percebe, a ocupação do solo, no referido território, é marcada por movimentos descoordenados e descontínuos, desde o final do século XIX. Tal propriedade foi acentuada, a partir da primeira metade do século XX, ora devido aos processos decorrentes das ações urbanísticas - abertura de vias, por exemplo - ora em função dos projetos econômicos – como a Refinaria de Manguinhos - ou fruto da ação da população, como a registrada na ocupação do terreno que resultou no Parque Carlos Chagas. Portanto, não se constituiu enquanto espaço urbano planejado e nem é uma favela. Trata-se de um agrupamento delas, e de conjuntos habitacionais, associados pela proximidade, mas distantes pelas particularidades formadoras das suas identidades e dinâmicas comunitárias, como se pode perceber também no documento “Estrutura Gestão Compartilhada no Complexo de Manguinhos<sup>20</sup>” (RIO DE JANEIRO, 2010), referência para a Proposta Técnica do Eixo Desenvolvimento Sustentável, elaborado pelo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) Urbanização de Favelas.

O que se convencionou chamar Complexo de Manguinhos<sup>21</sup> situa-se na Região da Leopoldina, subúrbio do Rio de Janeiro. Não existe consenso – nem no interior dos governos - sobre a abrangência espacial desta área. Para efeito desse texto, trabalharei com a ideia definida pelo Conselho Comunitário local, de ‘território ampliado’, que incorpora o Conjunto Habitacional Nova CCPL (Bairro Benfica), a Comunidade Agrícola e a Vila São Pedro (Bairro

<sup>20</sup> O documento ‘Estrutura Gestão Compartilhada no Complexo de Manguinhos’ (RIO DE JANEIRO, 2010) foi elaborado pelo sociólogo Paulo José Ribeiro Magalhães. Esse texto, indicado pela empresa que realizou o Trabalho Social e aprovado pelo Governo Estadual, foi a base conceitual da proposta que, mais tarde, denominou-se Conselho Comunitário de Manguinhos.

<sup>21</sup> Quem inaugura essa redefinição política-administrativa na cidade do Rio de Janeiro é a gestão do prefeito Saturnino Braga (1986 / 1989), criando uma Região Administrativa (RA) integrada pelas favelas do que foi denominado Complexo do Alemão. O Complexo de Manguinhos não possui RA própria.

Bonsucesso), limítrofes do bairro Manguinhos. Desta forma, pode-se fazer um traçado imaginário no seu entorno, que iniciaria nos fundos da Fundação Oswaldo Cruz (Avenida Leopoldo Bulhões), alcançaria a Linha Amarela pela Rua Sizenando Nabuco, desceria na Avenida dos Democráticos até a Avenida Dom Helder Câmara, para depois retornar à Avenida Leopoldo Bulhões. Esse terreno é entrecortado pelos rios Faria – Timbó, Jacaré e Canal do Cunha, além das Estradas de Ferro MRS e Supervia. Assim, estima-se em, aproximadamente, 260 hectares<sup>22</sup> e 40.000 moradores, o espaço e a população local, distribuídos entre conjuntos habitacionais e favelas.

E aqui chegamos no que se constitui como uma das singularidades dessa área, rotineiramente despercebida e negligenciada em alguns debates: considerando-se, rigorosamente, as origens dos assentamentos, essa região possui, atualmente, mais conjuntos habitacionais - Nelson Mandela; Samora Machel; Ex-Combatentes; Casa da Moeda, Tiradentes; EMBRATEL; DESUP, Nova CCPL; Centro Habitacional Provisório II (CHP II) e Parque Proletário João Goulart<sup>23</sup> – do que favelas – Vila União, Vila Turismo, Parque Oswaldo Cruz (Morro do Amorim); Comunidade Agrícola; Vila São Pedro; Parque Carlos Chagas (Varginha); e Green Ville.

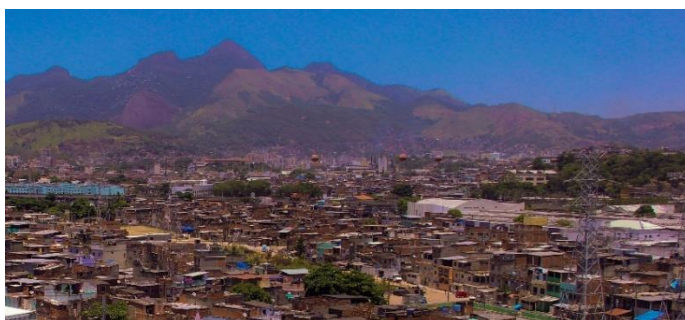


Figura 1.2.1 - Vista parcial do Complexo de Manguinhos

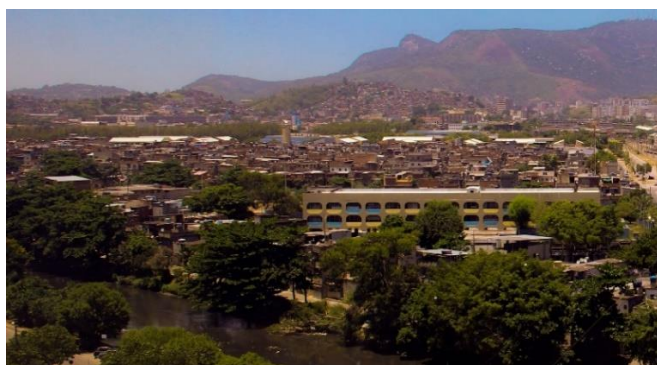


Figura 1.2.2 - Vista parcial do Complexo de Manguinhos

<sup>22</sup> Instituto Pereira Passos / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Aplicativo Bairros Cariocas

<sup>23</sup> A esse elenco de conjuntos habitacionais somar-se-á mais um, construído pelo PAC, na área da Companhia Nacional de Abastecimento, desativada no governo Collor e ocupada por habitações populares.





Figura 1.2.3 - Vista parcial do Complexo de Manguinhos

Entretanto, o desenvolvimento urbano e social de alguns conjuntos evoluiu de tal forma que passou-se a perceber, claramente, a convergências de características destes com as que se reconhece em favela'. Assim, os conjuntos habitacionais Nelson Mandela, Samora Machel, Centro Habitacional Provisório II (CHP II) e Parque Proletário João Goulart, atualmente, guardam mais as referências do que se convencionou chamar de 'favelas' do que de 'conjuntos', e é dessa maneira que a população do entorno – e também do restante da cidade - a enxerga e chama.

Essa particularidade do Complexo de Manguinhos aponta para uma outra, também polêmica nos círculos acadêmicos e nos demais debates na sociedade: a presença versus ausência do Estado nesta área. Como se pode ler no texto de Fernandes e Costa (2009, p.73), a relação dos subúrbios, onde Manguinhos se encontra, com os planos e projetos urbanísticos desenvolvidos na cidade começa com a reforma de Pereira Passos (1902 / 1906) “quando a população que compunha as camadas mais pobres e habitava a área central da cidade foi deslocada”.

De lá para cá, a região que estamos analisando foi o cenário de intervenções que alteraram as suas características naturais, a começar pela retificação dos rios Jacaré, Faria-Timbó e do Canal do Cunha. As negociações que visavam melhorias urbanísticas para este território, no contexto de um projeto maior do Ministério de Viação e Obras Públicas, são retomadas em 1922 e, assim como as demais áreas de subúrbio, esta também começa a ser pensado enquanto um lugar de atividades industriais.

Em 1927 foram formuladas, para Manguinhos, duas propostas voltadas para a implantação de um bairro industrial. Uma constava do Plano de Melhoramentos para o Rio de Janeiro, de Alfred Agache, e a outra incorporava as propostas de urbanização anteriormente formuladas pela Empresa de Melhoramentos. (Fernandes e Costa 2009, p.75)

É curioso destacar que, nos planos e projetos governamentais, Manguinhos já foi pensado como o lugar que sediaria o aeroporto da cidade, hoje localizado na Ponta do

Calabouço (Aeroporto Santos Dumont). Posteriormente, esse terreno foi destinado para um aeroclube, que acabou desaparecendo nas obras do Projeto Rio<sup>24</sup>.



Figura 1.2.4 - Aeroclube de Manguinhos

Mas em Manguinhos foi construída, e permaneceu até ser transferida para o centro da cidade, em 1933, a sede do escritório da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, voltada para os processos urbanísticos daquela extensa área, compreendida, à época, no contexto da Baixada e região Serrana. Não por acaso, o trecho de acesso à Serra dos Órgãos, até a abertura da Avenida Leopoldo Bulhões (1941), era conhecido como Estrada Rio-Petrópolis (Fernandes e Costa 2009, p.77).

Durante o período que Henrique Dodsworth foi interventor no então Distrito Federal (1937 / 1945), além da Avenida Brasil, também a estrada *Park-way* Faria-Timbó<sup>25</sup> – pensada no contexto do Plano da Cidade do Rio de Janeiro – refletia preocupações explícitas com Manguinhos. É dessa época a construção dos conjuntos Centro Habitacional Provisório II (CHP II) e Parque São José. O Parque João Goulart é da década de 1950.

Elabora-se, nos anos de 1960, durante a gestão do governador Carlos Lacerda, o plano Doxiadis. Sobre ele, dizem Fernandes e Costa (2009, p.87):

“Como vimos o zoneamento urbano proposto desde a década de 1920 para Manguinhos, tanto nos planos elaborados por Jorge Macedo Vieira e por Alfred Agache, quanto no estudo de Doxiadis, previa para a região a consolidação de um perfil de área industrial e residencial. De fato, sobretudo a partir de 1937, a ocupação da área se configurou com a implantação de indústrias de grande, médio e pequeno porte, empresas prestadoras de serviço e um grande número de residências, em geral bastante precárias (apud Abreu, 1987).

Ainda nos anos de 1960 são erguidas casas, a igreja São Daniel - um projeto de Oscar Niemeyer e pinturas de Guignard - a escola Olavo Freire e prédios pré-moldados. Os dois últimos, em função das características do terreno, serão demolidos na década seguinte, que não

<sup>24</sup> Projeto de urbanização das favelas da Maré, lançado em 1979, pelo Governo Federal.

<sup>25</sup> A parte do trajeto da *Park-way* Faria-Timbó mais conhecido é o viaduto de Bonsucesso, na Av. Brasil, que atualmente serve de entrada para a Linha Amarela.

foi a mais progressista para este canto da cidade, do ponto de vista de melhorias urbanísticas, nem para o país, do ponto de vista político e social. Porém, à época, esse território já contava com empreendimentos públicos – além da Fiocruz – como a Empresa de Correios e Telégrafos, Companhia Nacional de Abastecimento e a Empresa Brasileira de Telecomunicação<sup>26</sup>.

Com os governos estaduais (1982 / 1986 e 1990 / 1994) e municipais (1983 / 1994) do Partido Democrático Trabalhista (PDT), esse quadro é invertido. Nesse período, o Complexo de Manguinhos é palco de diversos projetos governamentais – infraestrutura, escola, creche equipamentos sociais (Centro Comunitário de Defesa da Cidadania / Centro Municipal de Atendimento Social Integrado / Centro Integrado de Educação Pública), conjuntos habitacionais - e projetos não-governamentais, além de ocupações populares. Segundo o Instituto Pereira Passos, a denominação, delimitação e codificação do Bairro Manguinhos, como conhecidas atualmente, é estabelecida pelo Decreto Nº 3158, de 23 de julho de 1981, e posteriormente modificado por decretos e leis complementares<sup>27</sup>.

Por fim, chegamos aos anos 2.000 e as ações governamentais ganham um contorno como não se tinha visto antes, apresentando projetos que reconfiguram este lugar<sup>28</sup>. Segundo Mila Lo Bianco (2012, p.12):

Com o anúncio do PAC em 2007, Manguinhos vive, desde então, um momento de reformulação, recebendo um alto investimento com obras de grande vulto que vão desde a urbanização da região, com pavimentação, esgotamento sanitário e vias de transporte até a construção de equipamentos públicos e de conjuntos habitacionais.

Voltando à polêmica citada (presença versus ausência do Estado), apresento a opinião de Mariana Cavalcanti sobre o desenvolvimento histórico dessas favelas. Segundo a autora, esse processo

<sup>26</sup> Não cabe aprofundar a análise sobre o conjunto das indústrias privadas da região, mas é importante lembrar a presença das maiores, para se ter a dimensão da falta que elas fizeram após o fechamento - ou saída deste espaço - como veremos logo a seguir, no debate ‘violência x economia’. Destaco, como empresas de grande porte, nesse contexto, a General Elétric; Souza Cruz; Refinaria de Petróleo de Manguinhos; Cooperativa Central de Produtores de Leite e Gillete do Brasil.

<sup>27</sup> Instituto Pereira Passos / Aplicativo Armazenzinho (Anexo I com redação dada pelo Decreto 5280, de 26-8-1985, e as modificações introduzidas pela Lei Complementar nº 17, de 29-7-1992 e pelas Leis nº 1995, de 18-6-1993; nº 2055, de 9-12-1993; nº 2652, de 3-6-1998; nº 2654, 5-6-1998; nº 2672, de 8-9-1998 e nº 3852, de 23-11-2004) AP-3

<sup>28</sup> Segundo a Controladoria Geral da União (CGU), citada na matéria da revista Exame em 18/02/2016 (CGU identifica superfaturamento de R\$ 181 mi em obras do PAC) o contrato com o consórcio Andrade Gutierrez, EIT e Camter recebeu R\$ 232 milhões para executar as obras no Complexo de Manguinhos. A lista de equipamentos urbanos construídos inclui uma unidade da FAETEC (Centro Vocacional Tecnológico / Ensino Técnico de Nível Médio, Formação Inicial e Continuada / Qualificação Profissional), uma unidade de Pronto Atendimento (UPA), uma Clínica da Família (Victor Valla), uma Biblioteca Parque, um Centro de Referência da Juventude, uma Casa do Trabalhador (Posto SINE), uma Casa da Mulher (vinculada à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos) e um Colégio (Compositor Luis Carlos da Vila). (Fonte - <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/cgu-identifica-superfaturamento-de-r-181-mi-em-obras-do-pac-no-rio> acessado em 11/03/2016)

está intrinsecamente ligado às políticas de habitação conduzidas pelo Estado durante grande parte do século XX: muitas são originárias de conjuntos habitacionais “provisórios”, para os quais foram realocados moradores de outras comunidades entre os anos 1940 e 1970, outras constituíram experiências pioneiras de melhorias na infraestrutura durante a década de 1990. Atualmente, com as obras do PAC, antigos espaços industriais irregularmente ocupados foram oficialmente incorporados como comunidades do Complexo de Manguinhos, formalizando consideravelmente suas relações com o Estado, relações que se articulam no nível do discurso a partir da linguagem dos direitos, mas cujas práticas revelam uma série de deslizamentos entre novas e velhas formas de controle social. A partir desse ponto de vista, Manguinhos se revela não como uma região da qual o Estado é ausente, mas como um espaço que tem funcionado como laboratório para as políticas de habitação de baixa renda (CAVALCANTI, 2013, página 195).

Pelo visto, se por um lado este local é significativamente heterogêneo, por outro apresenta um fator comum, identificado pelo Índice de Desenvolvimento Social<sup>29</sup> (IDS) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ): insuficiência de direitos e, conseqüentemente, de oportunidades. Segundo os critérios do IDS/PCRJ, o Bairro Manguinhos está colocado em 153º lugar, entre os 160 bairros definidos pela administração municipal<sup>30</sup> - com média de 0,53 - e é marcado por “diferenças ambientais e socioeconômicas, embora em um ambiente cujos denominadores comuns são: a baixa renda, os jovens sem escola e sem trabalho, a violência e a ausências de serviços públicos (RIO DE JANEIRO, 2010) ”.

Mas, no cômputo das, aproximadamente, 850 favelas reconhecidas pela administração municipal do Rio de Janeiro, cujos Índices de Desenvolvimento Social variam entre 0,30 a 0,60, a média das comunidades do Complexo de Manguinhos é de 0,52, conforme a tabela 1 abaixo.

<sup>29</sup> O IDS, inspirado no IDH, foi criado para dar conta das dimensões do urbano, revelando assim não apenas a situação socioeconômica, mas também urbanística. Ao utilizar-se de unidades geográficas menores, o índice fornece informações mais precisas sobre as diferenças interurbanas. Os 10 indicadores foram construídos a partir de Censo 2000, realizado pelo IBGE. São eles, “Dimensão Acesso a Saneamento Básico: (1) percentagem dos domicílios com serviço de abastecimento de água adequada – aqueles que têm canalização interna e estão ligados à rede geral; (2) percentagem dos domicílios com serviço de esgoto adequado – aqueles que estão ligados à rede geral; (3) percentagem dos domicílios com serviço adequado de coleta de lixo – aqueles que dispõem de coleta direta ou indireta de lixo; Dimensão Qualidade Habitacional: (4) número médio de banheiros por pessoa; Dimensão grau de escolaridade: (5) percentagem de analfabetismo em maiores de 15 anos; (6) percentagem dos chefes de domicílio com menos de quatro anos de estudo; (7) percentagem dos chefes de domicílio com 15 anos ou mais de estudo; Dimensão Disponibilidade de Renda: (8) rendimento médio dos chefes de domicílio em salários mínimos; (9) percentagem dos chefes de domicílio com renda até dois salários mínimos; (10) percentagem dos chefes de domicílio com rendimento igual ou superior a 10 salários mínimos. (Ver CAVALLIERI, Fernando e LOPES, Gustavo Peres. Índice de Desenvolvimento Social: Comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro”. In Armazém de Dados. Instituto de Urbanismo Pereira Passos, abril de 2008. (Disponível em [http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/2247\\_%EDndice%20de%20desenvolvimento%20social%20\\_%20ids.PDF](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/2247_%EDndice%20de%20desenvolvimento%20social%20_%20ids.PDF) Acessado em 10/12/2015).

<sup>30</sup> Tabela 2248 - Índice de Desenvolvimento Social (IDS), segundo as Áreas de Planejamento, Regiões de Planejamento, Regiões Administrativas, Bairros e Favelas - Município do Rio de Janeiro 2000 – 2010 (Armazém de Dados / Instituto Pereira Passos)

Conclui-se, daí, que este lugar não se encontra entre os que apresentam as mais desumanas condições de vida, na cidade do Rio de Janeiro.

Tabela 1 - Favelas do Complexo de Manguinhos analisadas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Nome das Favelas do Complexo de Manguinhos (*demolidas pelo PAC)	Bairros	Índice de Desenvolvimento Social	% de domicílios particulares permanentes com serviço de abastecimento de água adequado	% de domicílios particulares permanentes com serviço de esgoto adequado	% de domicílios particulares permanentes com serviço de coleta de lixo adequado	Banheiros por moradores	% de analfabetismo de 10 a 14 anos	Rendimento (positivo) médio dos responsáveis pelos domicílios em salários mínimos	% dos responsáveis pelos domicílios com rendimento (positivo) até dois salários mínimos	% dos responsáveis por domicílios com renda (positiva) igual ou superior a 10 salários mínimos
Parque Carlos Chagas	Manguinhos	0,45	99,72	46,46	73,37	0,33	4,31	1,54	87,54	0,00
Parque João Goulart	Manguinhos	0,54	99,92	94,65	99,62	0,29	3,09	1,41	88,93	0,00
Parque Oswaldo Cruz	Manguinhos	0,56	99,68	98,21	100,00	0,30	2,08	1,65	82,85	0,36
Centro Habitacional Provisório 2	Manguinhos	0,52	99,74	98,94	77,29	0,33	6,55	1,62	90,39	0,12
Vila Turismo	Manguinhos	0,52	99,94	99,81	69,14	0,38	2,08	1,42	90,75	0,07
Vila São Pedro	Bonsucesso	0,55	100,00	91,82	99,09	0,40	1,18	1,49	85,38	0,00
Comunidade Agrícola de Higienópolis	Bonsucesso	0,53	100,00	100,00	71,03	0,38	3,96	1,65	80,06	0,30

Nome das Favelas do Complexo de Manguinhos (*demolidas pelo PAC)	Bairros	Índice de Desenvolvimento Social	% de domicílios particulares permanentes com serviço de abastecimento de água adequado	% de domicílios particulares permanentes com serviço de esgoto adequado	% de domicílios particulares permanentes com serviço de coleta de lixo adequado	Banheiros por moradores	% de analfabetismo de 10 a 14 anos	Rendimento (positivo) médio dos responsáveis pelos domicílios em salários mínimos	% dos responsáveis pelos domicílios com rendimento (positivo) até dois salários mínimos	% dos responsáveis por domicílios com renda (positiva) igual ou superior a 10 salários mínimos
Vitória de Manguinhos*	Manguinhos	0,54	99,90	98,16	99,81	0,30	5,83	1,30	94,60	0,22
Mandela de Pedra*	Manguinhos	0,53	99,38	96,28	99,85	0,26	2,56	1,17	98,46	0,00
Vila União	Benfica	0,47	100,00	14,20	100,00	0,40	1,30	2,04	71,59	0,76

Fonte - Tabela 2248 - Índice de Desenvolvimento Social (IDS), segundo as Áreas de Planejamento, Regiões de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros – Município do Rio de Janeiro 2000 – 2010 (Armazém de Dados / Instituto Pereira Passos)

Chamo a atenção, na tabela acima, para os percentuais encontrados nos quesitos analisados pela PCRJ - serviços de esgoto, lixo, analfabetismo e renda. A interpretação desses dados ilustra a nota de pé de página 11, onde Grynszpan e Pandolfi (2003) argumentam sobre a “extrema disparidade” encontrada nas favelas e entre seus moradores. Também com esse sentido, pode-se analisar a tabela 2 abaixo. Considerando-se o IDS do Parque Oswaldo Cruz / Amorim (0,56) e a média das favelas da tabela 1 (0,52) percebe-se que não são poucos os bairros que possuem IDS iguais ou inferiores aos presentes no Complexo de Manguinhos. No Rio de Janeiro, a Lagoa possui o mais elevado IDS da cidade, atingindo a marca de 0,80.

Tabela 2 -Bairros do Rio de Janeiro com IDS igual ou inferior aos encontrados nas favelas do Complexo de Manguinhos

<u>Nome do Bairro</u>	<u>Ano 2010 / ID</u>	<u>Nome do Bairro</u>	<u>Ano 2010 / ID</u>
Mangueira	0,55	Grumari	0,31
Rocinha	0,54	Itanhangá	0,52
Alto da Boa Vista	0,54	Vargem Grande	0,45
Manguinhos	0,53	Vargem Pequena	0,52
Maré	0,55	Gericinó	0,55
Jacarezinho	0,54	Senador Camará	0,56
Complexo do Alemão	0,54	Cosmos	0,56
Parada de Lucas	0,56	Inhoaíba	0,56
Vigário Geral	0,54	Senador Vasconcelos	0,56
Acari	0,54	Paciência	0,55
Barros Filho	0,54	Santa Cruz	0,54
Costa Barros	0,55	Sepetiba	0,53
Parque Colúmbia	0,56	Barra de Guaratiba	0,51
Cidade Universitária	0,55	Guaratiba	0,50
Jacarepaguá	0,55	Pedra de Guaratiba	0,56
Cidade de Deus	0,56	Camorim	0,52

Fonte - Tabela 2248 - Índice de Desenvolvimento Social (IDS) segundo as Áreas de Planejamento, Regiões de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros – Município do Rio de Janeiro 2000 – 2010 (Armazém de Dados / Instituto Pereira Passos)



Dentre as razões que contribuem para o quadro diagnosticado pelo IDS / PCRJ, encontramos fenômenos como o esvaziamento econômico da Região da Leopoldina, nos anos 1980 / 1990. No campo das atividades públicas, permaneceram no território a Empresa de Correios e Telégrafos e a Fundação Oswaldo Cruz, mas os moradores calculam em dezenas as unidades produtivas, de menor porte, desativadas nos arredores. Essa característica local nos conduz a outra polêmica: a relação do mercado de drogas com o mercado formal.

Na contramão das análises que apontam o tráfico como o indutor da saída dos agentes econômicos desta área, Mariana Cavalcanti afirma que

As fábricas da região funcionaram plenamente até a década de 1970, alimentando um fluxo constante de migrantes para as comunidades do entorno. Na década de 1980 e, particularmente, na de 1990, no entanto, o declínio associado à reestruturação produtiva foi potencializado pela intensificação das rotinas territorializantes da criminalidade violenta do tráfico de drogas (CAVALCANTI, 2013, página 207).

Portanto, não é a propaganda violência das favelas que expulsa as unidades produtivas da região. O que ocorre é, exatamente, o inverso. Numa relação de causa e efeito, são as ações da macroeconomia - iniciadas no período da ‘década perdida’ e prolongadas pela abertura do mercado interno, privatizações e fechamento de organismos estatais, na forma como se deram - associadas às iniciativas próprias das empresas – avanços tecnológicos e construção de novas plantas em locais mais lucrativos - que prepararam o terreno para a entrada do tráfico, e criaram as condições para essa atividade mercantil se estabelecer, e se desenvolver, até o ponto que percebemos hoje. Evidentemente, por razões que trataremos ao longo desse texto, é conveniente, para muitos, responsabilizar os favelados pela situação de insegurança, embora gerada pelos desacertos econômicos e pela política de combate às drogas.

É a perspectiva inversa à criminalização e demonização dessa população, e dos moradores dos conjuntos habitacionais, que orienta as intervenções no Complexo de Manguinhos, relatadas no próximo capítulo. São projetos que procuram - considerando os aspectos históricos e culturais – atingir as dimensões econômicas e sociais dos problemas, superando os desafios cotidianos. Partilhando desta perspectiva encontram-se representantes de organizações sociocomunitárias locais e instituições privadas, dispostos a contribuir para a construção de uma nova lógica, capaz de reverter as atuais relações dos governos, de parte da sociedade e da mídia, com (ou contra?) as áreas de baixa renda, elevada densidade populacional e limitados direitos, desassociando pobreza e marginalidade, como indicado por Mariana Cavalcanti:

A imagem da informalidade como “modo de vida” (apud, ALSAYYAD, 2004), que se transforma no tempo e no espaço vem moldando o que chamo de consolidação das favelas, isto é, sua incorporação e centralidade crescente na política da cidade e nas políticas públicas. (...) Assim, paradoxalmente, a violência e o estigma associados a essas áreas acabam por criar as condições para a melhoria material e também para o reconhecimento político de seus moradores – ao mesmo tempo que se reproduzem como estereótipos e sustentam as relações de poder que reforçam a ideia de alteridade cultural perante a cidade dita “formal” (CAVALCANTI, 2009, página 194)

Por fim, mais duas singularidades. Não se pode deixar de reforçar o fato do Complexo de Manguinhos ser marcado pela água e pelo fogo. Sobre a primeira, além do que já foi dito anteriormente, destaca-se as enchentes nos anos 1950, 1971, 1988 e 2006. Além dessas tragédias, também são registrados os incêndios de 1999 e 2000 como dramas da história local. Uma outra particularidade do Complexo de Manguinhos, tão significativa para quem convive no local, quanto despercebida para os demais, dada a sutileza e subjetividade, apesar da concretude material da sua origem, relaciona-se com a linha do trem. Por iniciativa da então Rede Ferroviária Federal, hoje Supervia, toda a extensão da Estrada de Ferro Leopoldina - que tantos benefícios trouxe a integração da cidade, e dela com parte da baixada fluminense - foi murada. Esta situação reforçou a desagregação do espaço geográfico local, com tamanha intensidade que, mesmo derrubado pelas obras de reurbanização do PAC (2010), o muro continua existindo no imaginário e na cultura local. E não se sabe quando será desconstruído, tornando-se um típico caso de memória que se pretende apagar. O muro, como diria o poeta<sup>31</sup>, ‘é apenas uma fotografia na parede. Mas como dói’ naqueles que desejam a interação política, administrativa e social das favelas e conjuntos habitacionais por ele divididos. Veja a forma como tal realidade foi retratada na nona edição do jornal Fala Manguinhos!, destacada como matéria principal na capa. (Anexo1).

A seguir, apresentaremos um pouco mais da história do Complexo, contada através de projetos que, pelo modelo de organização e implantação, e pela importância para o território, se coadunam com as intenções desse Trabalho de Conclusão de Curso. Mas, antes de iniciar o próximo capítulo, convido à leitura do Anexo 2, onde estão listadas as diversas instituições locais. Desta maneira, procurei associar mais visibilidade ao universo analisado, descrevendo as presenças e ausências de organizações públicas, privadas e comunitárias. Esta ‘fotografia’ foi realizada pela articulação de esforços de moradores, programas e projetos locais, em processo relatado posteriormente.

---

<sup>31</sup> (...). Tive ouro, tive gado, tive fazendas. Hoje sou funcionário público. Itabira é apenas uma fotografia na parede. Mas como dói! (Carlos Drummond de Andrade)

## 2. Novas arenas, antigas disputas

Neste capítulo serão apresentados e analisados os atuais espaços e arranjos sociopolíticos de participação popular presentes no território em foco – Conselho Comunitário de Manguinhos, Conselho Gestor Intersetorial do Território Integrado de Atenção à Saúde e Rede Manguinhos Sustentável - com a intenção de contextualizar o ambiente que surge a Agência de Comunicação Comunitária, objeto do Capítulo 3.

### 2.1 O Conselho Comunitário de Manguinhos (CCM)

#### 2.1.1. Os antecedentes do Conselho Comunitário de Manguinhos: a Cooperativa de Trabalhadores Autônomos de Manguinhos, o Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável e a Câmara Comunitária de Desenvolvimento – Rocinha, Gávea e São Conrado

Se muito vale o já feito, mais vale o que será.  
E o que foi feito é preciso conhecer, para melhor prosseguir.  
(Fernando Brant)

Foi no mandato do presidente Itamar Franco (1992 / 1993) - e sob a inspiração de Betinho<sup>32</sup> - que a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP / Fiocruz) experimentou, no bojo do Comitê das Entidades Públicas de Combate à Fome e pela Vida (COEP), um projeto singular: a Cooperativa de Trabalhadores Autônomos de Manguinhos (COOTRAM). À época debatia-se na Fiocruz a possibilidade de, coerentemente com os propósitos do COEP,

não renovar o contrato de prestação de serviços com as empresas que historicamente se encarregavam dos serviços básicos do campus. Para substituí-las, organizou, estruturou e capacitou uma Cooperativa de Trabalhadores, tendo como foco para recrutamento na composição dos cooperativados os moradores do Complexo de Manguinhos. A Cooperativa foi formada e transferida para sua responsabilidade todos os contratos de serviços terceirizados utilizados pela Fiocruz. (RIO DE JANEIRO, 2010, p.4)

Assim, a Cooperativa de Trabalhadores Autônomos de Manguinhos associou, aproximadamente, 1.300 pessoas para as áreas de limpeza, manutenção de equipamentos,

---

<sup>32</sup>O sociólogo Herbert José de Souza (1935-1997), o Betinho, foi um dos articuladores da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que resultou nos Programas Fome Zero e Bolsa-Família, implementados pelo Governo Federal. É a articulação da Ação da Cidadania com o Fórum de Ciência e Cultura / Universidade Federal do Rio de Janeiro que atrai as empresas estatais para a formação do Comitê das Entidades Públicas de Combate à Fome e pela Vida (COEP), com o objetivo de ampliar e potencializar a mobilização e capilaridade das propostas. (<http://www.acaodacidadania.com.br/?page=home> visitado em 09/01/2016)

jardinagem, corte e costura, controle de vetores, higienização de acervo bibliográficos / documentais e construção civil<sup>33</sup>. O sucesso desse empreendimento resultou em impacto positivo no nível de emprego dos moradores, aumento nos seus rendimentos e melhoria na qualidade de vida local. Até então, “estas experiências concentraram-se na área rural, não existindo muitas experiências em situações urbanas e metropolitanas, especialmente em favelas” (RIO DE JANEIRO, 2010, p.5), certamente pela dificuldade de governança desses territórios. Mas, no Complexo de Manguinhos, a inovação dos projetos sociais não parou na Cooperativa de Trabalhadores. Articulou-se, já em 1999 e também com o apoio da ENSP / Fiocruz, o Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), onde se tentou alterar o relacionamento dos governos com as comunidades, visando superar o assistencialismo e o clientelismo<sup>34</sup>, a partir de uma concepção integrada de desenvolvimento (cultural, econômico e social) pautada por

(1) participação popular na definição das prioridades locais, através de processos participativos de diagnóstico, planejamento e avaliação; (2) e colaboração intersetorial, através da coordenação do trabalho de diversos setores do governo e da comunidade, visando à formulação de uma agenda comum (RIO DE JANEIRO, 2010, p.5)

Nesse sentido, pode-se elencar, entre as estratégias do Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, as seguintes definições:

(i) implementação das parcerias e ações intersetoriais; (ii) mobilização das lideranças locais, através da realização de um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e elaboração do Guia de Equipamentos e Iniciativas Sociais, visando à identificação e à discussão dos projetos e propostas em curso na área; (iii) constituição do Fórum Regional e elaboração de uma agenda integrada. (RIO DE JANEIRO, 2010, p.5)

O obstáculo para a construção de uma pauta consensual, capaz de proporcionar o debate sobre o desenvolvimento local encontrava-se, então, na dificuldade de se chegar a um acordo sobre quais parceiros, estratégias e agendas deveriam ser priorizadas. Esta construção esbarrou na existência e persistência de conflitos de interesses protagonizados por “práticas políticas marcadas pelo imediatismo, personalismo e assistencialismo” (RIO DE JANEIRO, 2010, p.7). Referindo-se a essas dificuldades Regina Bodstein (2004), pesquisadora titular da ENSP / Fiocruz afirma que:

<sup>33</sup> Além dessas contratações diretas de serviços antes terceirizados, a COOTRAM também facilitou a associação de trabalhadores na área de cozinha comunitária, corte e costura, fábrica de fraldas e fábrica de tijolos

<sup>34</sup> Nos subúrbios do Rio de Janeiro, assim como em áreas de baixa renda, elevada densidade populacional e limitados direitos republicanos, essas práticas - o assistencialismo e o clientelismo - são tradicionalmente utilizadas pelos representantes dos executivos e legislativos, constituindo-se em um empecilho à cultura da participação social, relatado em KUSCHNIR, 2000.

um dos maiores desafios iniciais ao desenvolvimento da proposta relaciona-se à capacidade de estabelecer um processo sustentável de interlocução entre os diversos níveis da gestão pública e entre os diversos setores administrativos. No caso de Manguinhos, o afastamento da esfera municipal, abrindo mão de seu papel-chave em toda a mobilização inicial, significou a perda de sustentação política da proposta. O padrão histórico de omissão do poder público em relação às comunidades que compõem o complexo de Manguinhos *vis - à- vis* aos crescentes níveis de exclusão e de violência no local não foi equacionado. Fragmentação institucional, descontinuidade administrativa e a dificuldade em propor agendas integradas apareceram como grandes obstáculos ao sucesso do programa (BODSTEIN, 2004).

Hoje, as razões que conduzem ao fim do Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável e o fechamento da Cooperativa de Trabalhadores Autônomos de Manguinhos, em 2002, são compreendidas e aceitas, com mais ou menos restrição, dependendo, como sempre, do lado em que as pessoas se encontravam na ocasião. Mas, de uma maneira geral, além das já comentadas acima, destaca-se outras três questões. A primeira diz respeito à falta de comunicação do Programa DLIS com a população. Todo esse processo se desenvolveu sem uma correspondência no quesito diálogo com a comunidade, onde se buscasse a ampliação da circulação das informações e a pactuação com moradores e outros atores sociais, além dos tradicionais. E a segunda diz respeito a situação administrativa ditada pelo progressivo e incontido interesse do comércio de drogas presente na comunidade e refletido na Cooperativa de Trabalhadores. A última, porém, não menos importante, foi o desgaste e não consecução das propostas de participação popular, como o Fórum Comunitário Regional e o Coletivo de Mulheres.

Como se verá abaixo, os acertos e desacertos dessas experiências locais nortearão várias propostas no futuro. Além delas, uma outra, mais recente (2010) e com epicentro na distante favela da Rocinha, também influenciou e facilitou, sobremaneira, o início do Conselho Comunitário de Manguinhos: a Câmara Comunitária de Desenvolvimento – Rocinha, Gávea e São Conrado. Resumidamente, as intenções dos dois processos são facilmente percebidas pelo fato de se situarem no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e terem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento local de forma participativa; analisar as respectivas histórias do movimento social; e respeitar as características desses territórios. Desta maneira, também as diferenças são facilmente perceptíveis, a começar pela abrangência e definição assumidas. Se por um lado percebia-se que interferir na Rocinha significava, em muitos sentidos, interferir com o seu entorno – Gávea e São Conrado, para o bem e para o mal - dada as particularidades geográficas e sociais que envolvem aquela favela, por outro lado, em Manguinhos, optou-se em focalizar o movimento nas favelas e conjuntos habitacionais

existentes no Complexo, dada a dinâmica política e econômica do seu entorno, formado pelas favelas do Jacarezinho, Maré, Alemão, Arará e os bairros de Bonsucesso e Benfica.

Mas, as grandes lições da Rocinha para Manguinhos, foram (i) a de que o tempo colocado à disposição para a implantação dos objetivos resumidos no parágrafo acima, era insignificante; e, (ii) que seria imprescindível outro apoio institucional – além daquele inicialmente aportado pelo PAC - para a consolidação das propostas e o aparecimento de resultados mínimos, que gerassem visibilidade e concretude para o projeto.

Os atores envolvidos com a Câmara Comunitária da Rocinha – governamentais e comunitários - tentaram, de várias formas e em diversos momentos e instâncias, conseguir a compreensão e suporte da Pontifícia Universidade Católica (PUC), a fim de que essa instituição possibilitasse a manutenção da sua Secretaria Executiva, responsável pela sensibilização e articulação dos envolvidos. Ao fim de seis meses de diálogo, a PUC se declarou impossibilitada para tal. Como algumas análises previam, a Câmara torna-se um espectro do que foi pensado inicialmente e os técnicos, contratados para esse objetivo específico, chegam em Manguinhos com duas ‘certezas’, antes mesmo de iniciar o processo. A primeira, sobre a divergência entre o calendário contratual e o calendário real. A necessidade de tempo programada no projeto é desproporcional ao tempo imposto pela tarefa e pela vida. E a segunda ‘certeza’: é preciso apoio institucional para que essa nova cultura, contida nas entrelinhas do proposto, ganhe reconhecimento público - institucional e dos moradores - adeptos, desenvolva ações e possa prescindir de apoios externos.

### **2.1.2 O Programa de Aceleração do Crescimento Urbanização de Favelas**

A chegada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Urbanização de Favelas, no Complexo de Manguinhos, na virada do milênio, coincide com uma nova realidade política, econômica e social instaurada no país, no estado e no município, com os seus aspectos positivos e negativos. Entre os negativos, a crise de valores éticos e morais da sociedade repercute no movimento popular e na representação política, associando-se, no universo analisado, às condicionantes impostas pelo comércio de drogas. Simultaneamente aos avanços democráticos da Constituição Federal de 1988, o constrangimento de direitos nas favelas e conjuntos habitacionais torna-se um elemento significativo no cotidiano dos seus habitantes, como visto no capítulo anterior. As Associações de Moradores, que até então gozavam de prestígio social, enquanto espaços de reivindicação de melhorias e promoção de lazer, são reconceituadas e integradas, na maioria dos casos, ou à milícia ou ao tráfico. Suas diretorias passam a ser indicadas e destituídas por esses ‘colégios eleitorais’. Para eles – e a mais ninguém - prestam

contas. O fruto dessa representação, no contexto que acontece, faz surgir a figura dos “presidentes das comunidades”, a quem Mariana Cavalcanti se refere desta maneira:

Esse deslize – “presidente da comunidade” em vez de presidente da “associação” – partilha da mesma sintaxe que denomina de “invasões” o que os movimentos sociais chamam de “ocupações”. Essa gramática, é claro, dialoga com a linguagem de constituição das favelas como territórios do tráfico, que atribui proprietários a espaços e fronteiras, regulando os fluxos de pessoas, coisas e informações. Referir-se a si mesmo como presidente de uma comunidade – diferentemente de, digamos, seu representante, como “presidente de uma associação” – personaliza o poder político e o controle territorial (CAVALCANTI, 2013, p.220).

Para entender essa transformação no movimento social, com a valorização desse espaço por quem era paralelo a ele, é preciso observar a resignificação das Associações de Moradores, a partir das administrações estaduais e municipais do Rio de Janeiro, na década de 1980, consolidada nos anos 1990, quando estas entidades se afirmam como gestoras de significativos recursos governamentais. Esta nova realidade gera as mais diversas consequências no mundo das favelas e das suas organizações. Mas um desdobramento é certo: as Associações ganham poder e prestígio diferentes daqueles presentes na sua origem. Segundo Grynszpan e Pandolfi (2002, p.253)

Todo esse processo pesou, sem dúvida, para o aparente esvaziamento político das associações de moradores. Entretanto, essas mesmas associações, destituídas de seu antigo papel mobilizador, mas portadoras de um considerável poder gerado pelo acesso a recursos e posições no Estado, tornaram-se objeto de atenção de um ator que, pelo menos desde os anos 1980, vem tornando mais e mais evidente a sua presença nas favelas, isto é, o tráfico de drogas.

A virada do milênio também significou para o país, enquanto aspecto positivo, a volta do crescimento econômico, com melhor distribuição de renda e mais investimentos públicos. E é nessa conjuntura que o PAC Urbanização de Favelas - um dos projetos mais emblemáticos do período – se inicia no Complexo de Manguinhos<sup>35</sup>. Sobre a sua execução no território, pode-se dizer que

Os presidentes dessas entidades (associações de moradores) continuam a ser os principais mediadores na implementação de políticas públicas nas favelas. Com os crescentes investimentos, como a combinação entre UPP e PAC, esse papel se torna ainda mais estratégico. Mesmo que a legitimidade perante os

<sup>35</sup> A referida virada do milênio, porém, não significou muito em relação aos preconceitos, como se pode observar pela leitura da pesquisa “Dimensões da Cidade: Favela e Asfalto” promovida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), e realizada pelo FGV Opinião (2009) com moradores do Complexo de Manguinhos e do seu entorno. Na pesquisa destaca-se, como a maior discordância entre os dois grupos – de dentro e de fora do Complexo de Manguinhos – a ilação da frase “Favela é cidade”. A pesquisa objetivou captar a percepção sobre aspectos relativos ao PAC e ao cotidiano. (Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/fgvopinioao/Relatorio%20FGV%20IBASE.pdf> visitado em 17/08/2015)

supostos representados seja questionável, nem o Estado nem o tráfico podem prescindir dessa instância mediadora na implementação de políticas sociais (CAVALCANTI, 2013 p.219).

Assim, a população presenciou e, em boa medida, continua presenciando, um jogo de faz de conta “onde esses ‘presidentes’ das comunidades também imitam os movimentos, procedimentos e discursos inerentes à linguagem dos direitos presentes nas intervenções estatais, como as obras do PAC.” (CAVALCANTI, 2013, p.220)

Porém, é a partir de um espaço conjuntural, criado no âmbito do PAC que, a partir de fevereiro de 2011, o Complexo de Manguinhos retoma o debate sobre o seu desenvolvimento, reunindo os antigos participantes e sensibilizando novos indivíduos. Esta situação é explicada, no mar das contradições que navega a máquina pública brasileira onde, algumas vezes, por força da autoridade legal – e financeira – do governo federal, ações que nunca aconteceriam no âmbito estadual e municipal, dada a composição políticas dos governantes, são obrigadas a ocorrer e ganham contornos definidos caso a caso, onde as forças presentes no processo conduzem a proposta mais para o lado participativo, ou mais para o assistencialista / clientelista. Basta que observemos o funcionamento dos Conselhos Estaduais e Municipais<sup>36</sup>, vinculados às políticas sociais, para que tenhamos a dimensão disso.

E assim, por força da legislação federal<sup>37</sup>, os projetos de obras do PAC apresentam uma faceta que se denomina Trabalho Social. Resumidamente, as ações da Equipe Técnica do Trabalho Social dividem-se em dois movimentos: um grupo trata de potencializar os aspectos positivos da obra e minimizar os negativos. É o que se chama de Gestão de Impactos, e é fácil de ser entendido, por exemplo, diante da remoção de famílias de área de risco. Se por um lado isso é bom, por outro implica em uma nova dinâmica pessoal, a ser construída, não necessariamente no espaço da antiga vizinhança e dos relacionamentos dos removidos. O apoio a essas famílias é uma das tarefas dos técnicos de Gestão de Impactos. O outro grupo trata das ações de Educação Ambiental, Mobilização Comunitária e Geração de Trabalho e Renda. É o chamado Desenvolvimento Sustentável. Os recursos destinados para o Trabalho Social - 2,5% do valor total da obra - provêm do Governo Federal, com contrapartida dos Governos Estaduais.

<sup>36</sup> Segundo a Controladoria Geral da União, “o controle social pode ser feito individualmente, por qualquer cidadão, ou por um grupo de pessoas. Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas. Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal)”. (Disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br>. Acesso em 28/02/2016)

<sup>37</sup> Fonte: <http://www.cidades.gov.br/saneamento-cidades/trabalho-social>. Acessado em 26/12/2015.



Entretanto, antes de adentrar esse processo – a retomada do debate sobre o desenvolvimento – é preciso dizer que o desgaste da administração estadual<sup>38</sup>, com setores de Manguinhos, era enorme. Muito embora os membros da equipe do Trabalho Social, para essa ação, chegassem no território em fevereiro de 2011<sup>39</sup>, os demais já se encontravam por lá desde 2008. E não foram poucos os conflitos e discordâncias entre eles – comunidade e governo – sobre questões conceituais e operacionais. Cabe dizer que as divergências remontam ao processo que gerou, não o PAC, evidentemente, mas a implementação dele, nesse território. As narrativas dos ativistas sociais vão desde um debate promovido pela Fundação Oswaldo Cruz – o Seminário Redução da Vulnerabilidade Socioambiental na Região Maré Manguinhos, em dezembro de 2006 – onde, segundo alguns, acontece a articulação com o Ministério das Cidades para a inclusão de Manguinhos num programa de obras, até uma viagem de helicóptero, com as mais elevadas autoridades políticas nacionais e estaduais que, ao sobrevoarem o Complexo, optam por intervenções nessa localidade. A única concordância entre os narradores reside na inexistência de projetos técnicos para as obras, antes da definição das mesmas, o que, num ambiente democrático e conflitivo, não facilita o andamento de muitas questões, gerando e potencializando suspeitas e desconfianças. Nessa conjuntura, com o envolvimento de recursos políticos e financeiros da monta que se anunciava, foi construído o ambiente e as oportunidades para os comportamentos radicalizados, por ambas as partes – comunidade e governo.

Portanto, no início de 2011, não se podia desconsiderar o clima desfavorável onde se pretendia a “criação e operacionalização da estrutura de gestão compartilhada no Complexo de Manguinhos no âmbito do Trabalho Social do PAC” (RIO DE JANEIRO, 2010). A bem da verdade, cabe destacar que se aconteciam resistências à proposta de ‘gestão compartilhada’ no movimento social, elas também permeavam o chamado Canteiro Social, a base onde se reunia a equipe do PAC. Se não foram poucos os encontros com representantes comunitários e da Fundação Oswaldo Cruz<sup>40</sup>, para diminuir as tensões que, no passado, geraram até ameaças de

---

<sup>38</sup> Nessa época, o Sr. Sergio Cabral governava o Rio de Janeiro.

<sup>39</sup> Para essas ações, tanto na Rocinha quanto em Manguinhos, foi montada uma equipe específica, com dois membros, que se retiravam após o término delas. Esses técnicos foram contratados pela empresa MPU (Metrópolis Projetos Urbanos) e, comenta-se que essa também foi uma das fontes de discórdia no território. Um representante do governo estadual teria prometido que o Trabalho Social, ali, seria realizado por um grupo da comunidade. Entretanto, esse grupo não possuía institucionalidade e, conseqüentemente, condições de disputar uma licitação, método de definição adotado para tal processo.

<sup>40</sup> Aqui cabe uma nota sobre a Fundação Oswaldo Cruz. Para além do seu reconhecido papel, nacional e internacional, no campo da pesquisa e ensino, a Fiocruz também atua na área social, não só no campo das políticas públicas, mas também com um comportamento que pode ser associado à ‘extensão universitária’, praticado pela Coordenadoria de Cooperação Social da Presidência. Este posicionamento é embasado pelo debate sobre os ‘determinantes sociais da saúde’, conforme nota 27 de pé de página.

morte, também aconteceram conversas no interior do Canteiro Social para contornar desavenças, sensibilizar e convencer sobre as possibilidades presentes nesse novo momento.<sup>41</sup> Como se pode imaginar, as contratações da equipe PAC não se pautavam, exclusivamente, no critério técnico dos pretendentes, majoritariamente formado por moradores locais.

Abro um parêntese aqui para delimitar, mais precisamente, a origem das resistências. Pode-se perceber que as ‘lideranças comunitárias’ não foram citadas, até agora, no processo de constituição do CCM. E nem serão. Como veremos abaixo, a partir de uma descrição e análise política mais abrangente do que se denominou CCM, raríssimas vezes um presidente de associação se aproximou desse espaço, de forma positiva. E isso é facilmente entendido, uma vez que ele se torna um novo ambiente de decisão, de poder, onde as representações diluem-se, igualmente, no conjunto composto por moradores, referências esportivas, culturais etc. da comunidade. Este foi – e em boa medida é, até o momento de escrita desse texto – um foco de tensão nos debates do CCM. Outro grupo que adotou o mesmo comportamento foi o chamado Fórum Social de Manguinhos. Criado em 2007, e com alguma importância até 2009, esse espaço ainda possui destaque no documento – ‘Estrutura de Gestão Compartilhada no Complexo de Manguinhos’ (RIO DE JANEIRO, 2010). Entretanto, no momento de apresentação dessa proposta para a comunidade (2011), o Fórum já estava dominado por ideias e práticas que restringiram, cada vez mais, a sua atuação e importância social. Antes de fechar o parêntese das resistências feitas por aqueles que acharam que os seus interesses estavam em conflito com a sugestão em pauta, e passar a relatar o envolvimento comunitário e institucional que ela proporcionou, registro a independência do consórcio de empreiteiras, que realizava as obras, e a empresa que administrava o Trabalho Social onde, por vezes, as postulações dessa última não coincidiam com as do consórcio.

Baseado na experiência da Câmara Comunitária de Desenvolvimento – Rocinha, Gávea e São Conrado (CCD), Manguinhos realiza reuniões semanais, com grupos articulados pelos interesses de atuação (Saúde, Educação etc.), onde era apresentada e debatida a ‘Estrutura de Gestão Compartilhada no Complexo de Manguinhos’. Desta maneira foi possível conhecer as concordâncias e discordâncias com os pontos de análise e as propostas do referido documento. Como os participantes desse período comentam, as demais opiniões eram conhecidas nos cafés e encontros fora desse espaço, que ocorriam nos outros dias da semana. Assim, foi possível

---

<sup>41</sup> Para o estabelecimento de um acordo, ainda que informal, de não agressão, convivência e cooperação, Ruth Juberg (Coordenadora do Trabalho Social / PAC) e José Leonidio Madureira Souza Santos (Coordenador de Cooperação Social / Presidência Fiocruz) desempenharam importantes papéis.

perceber que, diferentemente da Rocinha – onde houve concordância com a associação deste território com a Gávea e São Conrado - o debate em Manguinhos repudiava o eixo central da ideia. Ou seja, a análise acertava na necessidade de superação da fragmentação da comunidade e a constituição, através da integração das múltiplas e reduzidas representatividades, de um novo arranjo sociopolítico capaz de permitir a sinergia das vontades coletivas, na perspectiva da superação dos problemas sociais. Mas errava no desenho organizacional, que foi reconstruído. Portanto, o mérito do encaminhamento adotado foi priorizar a consulta aos moradores e organizações locais, levando em consideração os erros e acertos contidos no histórico do Complexo e incorporando as sugestões / inovações apresentadas ao longo dos debates realizados, sem menosprezar a importância da Fiocruz.

Também facilitada pelas discussões ocorridas na Rocinha, os debates sobre o Regimento Interno<sup>42</sup> – lido e aprovado no dia do lançamento do Conselho – e, posteriormente, as definições dos Grupos Temáticos<sup>43</sup> passaram por amplos diálogos e negociações, onde foi imperativa a compreensão sobre a urgência de se começar a desenvolver e testar o funcionamento das opiniões apresentadas.

Outra questão que merece destaque, nos relatos do acontecido nesse período, foi a relação com as normas operacionais que regulam o Trabalho Social, regidas pelo Ministério das Cidades / Caixa Econômica Federal, e que valem tanto para as ações do PAC implementadas pelo município quanto pelo estado. No Complexo de Manguinhos, ao invés de optarem pelo orientado – cada projeto faz a sua ação e o seu relatório, conforme o planejado – as equipes do Trabalho Social, combinaram de, naquilo que era comum, realizarem tarefas conjuntas e elaborarem relatórios diferenciados. O que é óbvio e racional, uma vez que ambos atuavam no mesmo território, tinham tarefas definidas nos mesmos campos – Educação Ambiental, Trabalho e Renda e Mobilização Comunitária – e mobilizavam as mesmas pessoas. Portanto, as ações do Grupo de Comunicação – assim como as do Grupo de Trabalho e Renda - são realizadas no espaço utilizado pelo Canteiro Social do PAC Prefeitura, e as suas primeiras manifestações contam com o apoio e dedicação desta equipe. Como veremos a seguir, é neste ambiente que acontece a pré-história da Agência de Comunicação Comunitária.

### **2.1.3 A formação do Conselho Comunitário de Manguinhos<sup>44</sup>**

<sup>42</sup> Regimento Interno do Conselho Comunitário de Manguinhos – Anexo 3

<sup>43</sup> Grupos Temáticos – objetivos, competências e habilidades – Anexo 4

<sup>44</sup> Cartaz de divulgação do Conselho Comunitário de Manguinhos - Anexo 5

No dia 06 de julho de 2011, com a participação de representantes de 29 entidades governamentais e não governamentais, no Centro de Referência da Juventude, foi apresentado o Conselho Comunitário de Manguinhos. O regimento interno deste Conselho o define como um “colegiado que tem como objetivo contribuir para o Desenvolvimento Sustentável das comunidades que compõem o território ampliado de Manguinhos”<sup>45</sup>. Os seus membros são compostos “por um representante e suplente das instituições e grupos sociais reconhecidos pelos moradores com atuação econômica, social e cultural nas comunidades citadas (...)”<sup>46</sup>.

O primeiro ato do Conselho Comunitário de Manguinhos foi a constituição dos Grupos Temáticos de Comunicação e Turismo; Assistência Social e Direitos Humanos; Saúde, Esporte e Lazer; Urbanismo e Ambiente; Educação e Cultura; Trabalho, Renda e Solidariedade<sup>47</sup>. Estes Grupos passam a desenvolver suas ações e, no dia 16 de setembro de 2011, é realizada a primeira reunião do colegiado<sup>48</sup>, onde são apresentadas as atividades e propostas de trabalho de cada um deles.<sup>49</sup>

A saída de parte da Equipe Técnica do PAC, que apoiava o Conselho Comunitário, também acontece em setembro. É nesse momento que se revela a compreensão e o compromisso da Fiocruz, com o que estava acontecendo no território. Provisoriamente, uma bolsista da Coordenadoria da Cooperação Social é deslocada para desempenhar as tarefas da Secretaria Executiva do Conselho, proporcionando o suporte necessário às atividades desenvolvidas até então. Posteriormente, essa definição ganha o caráter de permanente com a indicação de outro bolsista para suprir essa necessidade<sup>50</sup>.

Os primeiros meses de funcionamento dos Grupos Temáticos acontecem num período tenso no Complexo de Manguinhos. Nessa época, cotidianamente, comentava-se a entrada das forças de ocupação, iniciadoras do processo de pacificação. A presença das UPPs, em diversas comunidades da cidade, alterou a operação do comércio de drogas e essa área passa a desempenhar um papel estratégico na distribuição de psicoativos ilícitos. Além disso, a Av. Leopoldo Bulhões, que perpassa todo o Complexo de Manguinhos, convivia com uma área de

<sup>45</sup> Regimento Interno do Conselho Comunitário de Manguinhos – **Art. 1** (Anexo 3)

<sup>46</sup> Regimento Interno do Conselho Comunitário de Manguinhos – **Art. 3** (Anexo 3)

<sup>47</sup> Regimento Interno do Conselho Comunitário de Manguinhos – **Art. 5 § 2º**. Os Grupos Temáticos serão constituídos por moradores e instituições citadas no art. 2º com atuação local nas áreas pertinentes aos debates que eles produzirão, objetivando análises, propostas e articulações que promovam o desenvolvimento sustentável. (Anexo 3)

<sup>48</sup> Ata da 1ª Reunião do Conselho Comunitário de Manguinhos - Anexo 6

<sup>49</sup> Regimento Interno do Conselho Comunitário de Manguinhos – **Art. 2º**. O Conselho Comunitário de Manguinhos é um organismo autônomo, propositivo e promotor de ações e diálogos entre moradores, instituições privadas, governamentais e sociocomunitárias. (Anexo 3)

<sup>50</sup> A Secretaria Executiva do Conselho Comunitário foi ocupada por Rene de Castro Lopo Neto (2011), Rejany Ferreira dos Santos (2011) e Jorge Luis Costa Silva (2012 / 2016)

consumo de crack, também dimensionada pelas UPPs em outras regiões. Resumidamente, pode-se afirmar que o ambiente no território não era o mais animador para a participação social e, não raro, as movimentações policiais, e suas consequências, desmobilizaram e inviabilizaram as atividades planejadas.

Quando o Conselho realiza a avaliação de um ano de funcionamento, em meados de 2012<sup>51</sup>, se depara com algumas questões semelhantes às que redundaram no esgotamento das experiências da Cooperativa de Trabalhadores Autônomos e do Programa DLIS: como envolver os governos e buscar, para além deles, parceria na solução dos problemas identificados? Como minimizar as possibilidades de influências constrangedoras da participação popular? Como reforçar a cultura política republicana? Qual a melhor fórmula para garantir a sustentabilidade de propostas desse tipo?

Os debates sobre estas questões conduziram a três conclusões. A primeira indicou a necessidade da centralidade de uma estratégia, capaz de unificar os esforços em prol de objetivo comum. Necessariamente, tal objetivo precisaria ser amplo, estruturante, mobilizador e sinérgico. Depois da realização de inúmeras preliminares chegou-se a macrodefinição de que os Grupos Temáticos se pautariam pela construção de propostas que apontassem para a equiparação da média de vida no Complexo de Manguinhos, à média de vida dos demais cariocas. Desde então, este é o norte do Conselho Comunitário<sup>52</sup>. A segunda conclusão reforçou a ideia de constituição de um ambiente que minimizasse os constrangimentos da participação popular e apoiasse as propostas do Conselho Comunitário. Esse ambiente será abordado no tópico 2.3, a seguir. E, a terceira conclusão, apontou para uma adaptação das pretensões do CCM à cultura de participação social presente em um território com as características de restrição, inibição e circunscrição dos debates políticos e sociais. Nesse sentido, a adoção da simples proposta de realização de uma Olimpíada na comunidade, surgida no âmbito do Grupo Temático de Esporte, Lazer e Cultura, alertou os membros desse coletivo para a capacidade de mobilização desse tipo de atividade e a possibilidade de articulação destas com as questões mais gerais, determinantes da ausência de direitos e de oportunidades. Assim, os Grupos Temáticos começam a se envolver com ações e projetos de caráter mais imediato. A crescente dificuldade de mobilização deixou de ser atribuída somente as condições de segurança locais, mas também ao estado da arte do Capital Social no Complexo.

<sup>51</sup> Ata da 2ª Reunião do Conselho Comunitário de Manguinhos - Anexo 7

<sup>52</sup> Esperança de vida ao nascer no Bairro Manguinhos – 66,3 anos; esperança de vida ao nascer no Bairro Gávea – 80,4 anos; esperança de vida ao nascer na Cidade/RJ – 75,7 anos. (Fonte IBGE 2010)

O fato novo que ocorre, em outubro de 2012, é a presença das forças de segurança e o início do programa Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Esta iniciativa gerou a reversão das expectativas de participação popular encontradas anteriormente e trouxe o poder público para as rodas de diálogos apoiadas pelo Conselho Comunitário de Manguinhos<sup>53</sup>. Nesse movimento, este colegiado torna-se o elemento catalisador daqueles que possuem projetos para a melhoria da qualidade de vida da população local. Seus Grupos Temáticos reagem à presença de um agente financiador<sup>54</sup> e, em dois meses, realizando cerca de 20 reuniões que mobilizaram mais de duas centenas de moradores, definem critérios<sup>55</sup> para o apoio de ações nas áreas de Comunicação, Assistência Social e Direitos Humanos, Ambiente e Urbanismo, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Trabalho e Renda.

Após esse processo, os Grupos Temáticos analisam os projetos encaminhados e indicam a sua aprovação para o encontro do Conselho, confirmando a expectativa depositada nas suas ações. As iniciativas que se concretizam, no primeiro momento, são o Projeto Agência de Comunicação Comunitária, apresentado pelo Grupo Temático de Comunicação e Turismo, e o Projeto da Cooperativa de Catadores Recicláveis, apresentado pelo Grupo Temático de Trabalho, Renda e Solidariedade.

Por fim destacarei, conforme o prometido no capítulo anterior, o movimento que resultou no Mapeamento Participativo do Complexo de Manguinhos, como um exemplo de atuação e possibilidades pensadas pelo CCM. Para tanto, considere a oportunidade de dar a palavra aos protagonistas da ação. Desta maneira, o que o leitor verá no Anexo 8 são os relatos publicados na quarta edição do jornal Fala Manguinhos! (Fev. 2014), logo após o início da identificação dos programas, projetos e ações sociais locais, e na sexta edição (Ago./Set. 2014) quando acontece a incorporação dos parceiros ao mapeamento.

Considerando que este é um bom exemplo das contribuições do CCM – promover articulações de organismos governamentais e privados, e de pessoas – em prol de políticas públicas ajustadas à realidade local e melhorias da qualidade de vida da população – comentarei,

---

<sup>53</sup> Deixo o registro que a expectativa positiva, inicialmente gerada pela UPP, não se concretizou. As demais áreas do governo, além da segurança, não conseguiram produzir as ações necessárias e os conflitos armados retornaram. Além disso, as poucas iniciativas implementadas pela iniciativa privada foram desmobilizadas, no segundo semestre de 2015.

<sup>54</sup> Trata-se do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), mas poderia ser qualquer outro com perspectiva de financiamento. As negociações iniciadas nessa época percorreram longos caminhos administrativos-burocráticos, pertinentes a uma instituição com as características do BNDES. Só em 2015 se anuncia a possibilidade de financiamento de projetos.

<sup>55</sup> As resoluções dos Grupos Temáticos, nesse sentido, podem ser encontradas em <http://conselhodemanguinhos.weebly.com/>

a seguir, a constituição de outra inovação no terreno dos arranjos sociopolíticos de participação popular, que aconteceu recentemente no Complexo de Manguinhos.

## **2.2 O Conselho Gestor Intersetorial do Território Integrado de Atenção à Saúde – Escola Manguinhos (CGI-Teias)**

Por trás desse extenso e enigmático nome - Conselho Gestor Intersetorial do Território Integrado de Atenção à Saúde – Escola Manguinhos - doravante chamado de CGI, encontra-se a proposta de construir um espaço que atenda aos anseios de participação do Complexo de Manguinhos, baseado nas definições do Sistema Único de Saúde<sup>56</sup> (SUS) e características da Fiocruz. Essa construção, de caráter democrático e republicano, está fundamentada em pontos que apresentarei aqui - de forma abreviada, dada a complexidade e amplitude do tema Saúde – para facilitar o entendimento do leitor.

Inicialmente, cabe lembrar que a Fiocruz é uma instituição de ensino e pesquisa que atua com a visão de que a Saúde não é a possibilidade de curar as doenças, a partir de um bom acesso ao atendimento médico e aos remédios, mas, sim, a consequência de uma vida com qualidade. Nesse sentido, compactua com a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS) quando afirma que

os determinantes sociais da saúde estão relacionados às condições em que uma pessoa vive e trabalha. Também podem ser considerados os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e fatores de risco à população, tais como moradia, alimentação, escolaridade, renda e emprego<sup>57</sup>.

Portanto, é perfeitamente compreensível o envolvimento dela com as questões mais abrangentes que influenciam a qualidade de vida – daí, também, a relação com a COOTRAM, o Programa DLIS e o CCM - e que são capazes de produzir conhecimentos a serem reaplicados no território nacional. Com essa perspectiva a Fiocruz elabora o projeto Território Integrado de Atenção à Saúde (TEIAS), a partir de 2009, fruto de uma articulação interna das suas unidades<sup>58</sup>

<sup>56</sup> “O Sistema Único de Saúde (SUS) (...) abrange desde o simples atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Amparado por um conceito ampliado de saúde, o SUS foi criado, em 1988 pela Constituição Federal Brasileira, para ser o sistema de saúde dos mais de 180 milhões de brasileiros”. (Fonte - <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/entenda-o-sus>. Acessado em 28/12/2015)

<sup>57</sup> Fonte <http://pensesus.fiocruz.br/determinantes-sociais> - visitada em 28/12/2015.

<sup>58</sup> A Fundação está instalada em 10 estados e conta com um escritório em Maputo, capital de Moçambique, na África. Além dos institutos sediados no Rio de Janeiro, a Fiocruz tem unidades nas regiões Nordeste, Norte, Sudeste e Sul do Brasil. A partir de seus projetos de ampliação, foram criadas bases para a institucionalização de unidades - escritórios - no Ceará, Mato Grosso do Sul, Piauí e Rondônia. Ao todo, são 16 unidades técnico-científicas, voltadas para ensino, pesquisa, inovação, assistência, desenvolvimento tecnológico e extensão no âmbito da saúde. Há ainda uma unidade técnica de apoio, atuante na produção de animais de laboratório e derivados de animais. As quatro unidades técnico-

e programas – Escola Nacional de Saúde Pública, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Programa de Formação de Agentes Locais em Vigilância em Saúde, Instituto Fernandes Figueira, Casa de Oswaldo Cruz – e em parceria com as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, a partir da qualificação da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (FIOTEC)<sup>59</sup> enquanto Organização Social. A expectativa do TEIAS é promover a articulação da promoção, prevenção e assistência à Saúde, com a Educação, Cultura, Assistência Social, Esporte e Lazer.

Nesse sentido o CGI foi criado em outubro de 2011, com a finalidade de “ atuar na formulação, monitoramento e controle da execução da política de saúde no âmbito do território do Teias-Escola Manguinhos, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção da participação social em toda a sua amplitude”<sup>60</sup>. Essa iniciativa é citada por três razões: a primeira porque faz parte do conjunto de experiências particulares da região analisada e, nesse contexto, associada à sua importância, não poderia ficar de fora. A segunda porque o CGI tem ampla relação com o CCM, desde a sua origem. E, também, porque é regularmente pauta do Fala Manguinhos! (Anexo 10)

Como já se percebeu, o CCM (julho / 2011) é anterior ao CGI (outubro / 2011). Mas não aconteceu, nesse processo, nenhuma disputa de espaço político. Pelo contrário, aqueles que já tinham intenção de constituir o CGI participaram, intensamente, do movimento que resultou no CCM. Destaca-se, nesse sentido, a visão e o comportamento estratégicos das Coordenações de Cooperação Social da Presidência e da ENSP<sup>61</sup> que agiram, inicialmente, fortalecendo o Grupo de Saúde do CCM e, depois, continuaram a mobilização para o CGI. O que não significa dizer que o CGI nasce do CCM. São dois movimentos paralelos e complementares. Tanto é assim

---

administrativas são dedicadas ao gerenciamento físico da Fundação, às suas operações comerciais e à gestão econômico-financeira. (Fonte - <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/unidades-e-escrit%C3%B3rios> – visitado em 28/12/2015)

<sup>59</sup> A missão da FIOTEC é “prestar serviços de apoio logístico, administrativo e gestão financeira aos projetos desenvolvidos pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), nos campos da ciência, tecnologia e inovação, em diversas categorias: ensino e pesquisa, produção de bens e insumos para a saúde, serviços de referência em saúde, informação em saúde, desenvolvimento institucional e promoção de eventos técnico-científicos; e como Organização Social (OS) em projetos que abrangem atendimento básico e promoção à saúde e aprendizagem, em parcerias da Fiocruz com órgãos de Governo.” (Fonte

[http://www.fiotec.fiocruz.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5&Itemid=120&lang=pt](http://www.fiotec.fiocruz.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5&Itemid=120&lang=pt) acessado em 21/12/2015)

<sup>60</sup> Regimento Interno do CGI – Anexo 9

<sup>61</sup> Coordenada, na gestão Antonio Ivo / ENSP, por Mayalu Matos.



que, mais tarde, o CCM, diante dos resultados e condução apresentados pelo CGI, debate e decide extinguir o seu Grupo de Trabalho de Saúde, visando a unificação de esforços.<sup>62</sup>

Por fim, antes de apresentar a estratégia pensada para este território, batizada com o nome de Rede Manguinhos Sustentável, um breve comentário. Não é intenção desse trabalho analisar o funcionamento do CGI. Entretanto, chamarei a atenção para uma característica desse grupo, bastante comentada na última reunião de 2015 (dezembro) e presente desde o início da sua formação. Faço esse registro, também, como alerta para outros grupos: enquanto o Conselho Comunitário optou por um estatuto que lhe permitisse caminhar o mais rapidamente possível – e ir alterando a estrutura de acordo com a necessidade apontada pelas avaliações como, por exemplo, no caso da duplicidade de fóruns sobre Saúde no Complexo<sup>63</sup> – o CGI consome incalculáveis horas de plenárias, e de trabalho de grupos, com a elaboração e revisão de seu regimento interno, um debate que se revelou extremamente desmobilizador e de resultados questionáveis. Portanto, baseado nessas experiências e nos encaminhamentos adotados pela Agência de Comunicação Comunitária, como veremos no capítulo 3, considere pertinente essa reflexão sobre as definições estruturais: todo cuidado deve ser observado, com a compreensão de que nenhum regimento interno ou estatuto prevê as intempéries da dinâmica social.

### **2.3 A Rede Manguinhos Sustentável (RMS)**

O processo econômico ocorrido nas décadas de 80/90 do século passado, citado no primeiro capítulo (1.2 Mandelas e Manguinhos), que agravou a vulnerabilidade socioambiental no Complexo de Manguinhos, também manteve e produziu atores com interesses na região. É possível identificar, dispersas neste território, instituições com significativas possibilidades de contribuir para a alteração do quadro social, apresentado nesse texto. Instituições como a LAMSA (Linha Amarela S.A), por exemplo, empresa que administra importante concessão pública municipal, desde 1997, e realiza ações de responsabilidade social nas comunidades que tangenciam a via expressa, situação em que se encontram comunidades do Complexo. Além desta, localiza-se no bairro e vizinhança, com ações de responsabilidade social ou extensão, a

---

<sup>62</sup> A grande questão colocada para esses dois Conselho, já há dois anos, é a construção de uma agenda comum capaz de produzir a sinergia – governamental, não-governamental e privada – de esforços em prol da melhoria da qualidade de vida local. Essa ideia amadurece lentamente e encontra diversos obstáculos objetivos – como a rotatividade produzida pela administração pública – e subjetivos, próprios da natureza humana e das disputas internas da Fiocruz, que ora age como mãe, ora como megera.

<sup>63</sup> Essa não foi a única mudança na estrutura do CCM. Baseado nas experiências de outras favelas, onde as instalações das UPPs trouxeram um significativo alento ao Turismo Comunitário, o Grupo de Comunicação também foi pensado como um local de debate desse tema. Daí se chamar Comunicação e Turismo. Entretanto, com o desenrolar dos acontecimentos, percebeu-se que essa atividade econômica não se desenvolvia em Manguinhos, e o GT ficou encarregado, exclusivamente, das questões de Comunicação.

Empresa de Correios e Telégrafos (CORREIOS), a Fundação Oswaldo Cruz, a MRS Logística, o Instituto Ari Carvalho/Jornal O Dia, a SuperVia e o Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), dentre outros<sup>64</sup>. A questão que se colocava era: como articulá-las com os objetivos do Conselho Comunitário?

Dado este quadro de possibilidades, iniciou-se uma maratona de conversas sobre a oportunidade de se buscar um arranjo capaz de ativar institucionalidades e complementaridades, a fim de apoiar as propostas de desenvolvimento sustentável que partissem do Conselho Comunitário, ou que viessem a somar com este esforço. Identificadas as organizações mais sensíveis à constituição de uma rede, definida pelos propósitos expostos imediatamente acima, reuniram-se, na pró-reitora de Pesquisa e Extensão da UNISUAM, os representantes da LAMSA, da Fiocruz e da Casa Civil / Governo Estadual, para formalizar um protocolo de intenções que definisse princípios, metas, estrutura e atividades da, então batizada, Rede Manguinhos Sustentável. Diante dos conhecidos ritmos e ritos da burocracia estatal, o grupo que debatia a formação da RMS optou por iniciar o processo jurídico constituindo dois protagonistas da esfera privada, e apresentar a proposta para o debate legal aos demais parceiros públicos e não governamentais. Assim, a UNISUAM e a Linha Amarela tornam-se os propositores da Rede, lançada oficialmente no dia 29 de novembro de 2011.

Cabe destacar, nesse processo, o particular empenho da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP / Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação). Foi através da sua representação<sup>65</sup> que se percebeu as semelhanças entre a Rede de Tecnologia Social e a proposta em pauta<sup>66</sup>. Assim, a Rede se define como um espaço para congregar um “conjunto de instituições com o propósito de contribuir para o desenvolvimento sustentável do território ampliado de Manguinhos”, que tem como fundamento “a democracia, o diálogo, a solidariedade, a acessibilidade plural, a heterogeneidade de diferentes pontos de vista” e busca

---

<sup>64</sup> Recentemente, percebeu-se que as oportunidades criadas pelas Leis de Incentivo (ISS / ICMS) ampliam, significativamente, a lista delimitada por ‘responsabilidade social e extensão’.

<sup>65</sup> Rodrigo Rodrigues Fonseca, servidor de carreira da FINEP.

<sup>66</sup> Essa é a razão da Rede Manguinhos Sustentável fazer referência, no seu documento de constituição, à Rede de Tecnologia Social, um movimento nacional que funcionou entre 2003/2010, reunindo, organizando, articulando e integrando um conjunto de instituições, com o propósito de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável, mediante a difusão e a reaplicação em escala de Tecnologias Sociais. Por Tecnologia Social compreendia-se produtos, técnicas ou metodologias, reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que deviam representar efetivas soluções de transformação social. A RTS tinha, ainda, o propósito de estimular (i) a adoção de Tecnologias Sociais como políticas públicas; (ii) a apropriação das Tecnologias Sociais por parte das comunidades; e (iii) o desenvolvimento de novas Tecnologias Sociais, nos casos em que não existam para reaplicação. (Fonte: <http://sites.petrobras.com.br/minisite/desenvolvimento-e-cidadania/projetos/geracao-renda-oportunidade-trabalho/rede-de-tecnologia-social/> acessado em 28/12/2015)

“influenciar a elaboração de políticas públicas”, “articular as esferas de governo e os diversos atores sociais”, “mobilizar as competências complementares de seus integrantes”, “implementar mecanismos de identificação e difusão de tecnologias sociais”, “identificar e organizar demandas para projetos de desenvolvimento sustentável, articulando-os com programas, linhas de financiamento e assistência técnica dos órgãos de governo e demais entidades de apoio” e “articular, com outras iniciativas, espaços existentes a fim de contribuir para potencializar suas ações, bem como deles obter incremento ao desenvolvimento sustentável de Manguinhos”.<sup>67</sup>

Para encaminhar as metas acima e as atividades propostas – “difusão, incremento e avaliação de projetos de desenvolvimento sustentável do território ampliado de Manguinhos” – a Rede Manguinhos Sustentável se estrutura a partir de um Fórum e de uma Secretaria Executiva.

Não é difícil perceber o intrincado terreno político-jurídico dessa articulação. Para se ter uma ideia das dificuldades, idas e vindas processuais e exercícios de paciência, diálogo e negociação, pode-se citar o tempo de análise dessa proposta – aproximadamente três anos de trâmite – nos departamentos jurídicos envolvidos. Depois de formalizada a participação da UNISUAM, da LAMSA e da FIOCRUZ, esses parceiros retomaram a programação de encontros, em 2015, a fim de consolidar a operacionalização da Rede.

Além de tudo que é escrito sobre a RMS, comenta-se a intenção, não explicitada textualmente em nenhum momento, de tentar proteger o CCM dos erros do passado, particularmente dos danos provocados pelos períodos eleitorais e pelos interesses do comércio de drogas, conforme as experiências do DLIS e da COOTRAM apontaram. Nesse sentido, é notória a potencialidade que a Rede possui - pelo redimensionamento institucional que promove, a partir da articulação e envolvimento de governos e setores da iniciativa privada - extrapolando os limites territoriais do Complexo. Não é difícil imaginar a relação desse ambiente com a constituição e as características que assume a Agência de Comunicação Comunitária, abordada a seguir.

Em contextos ampliados por organizações de reconhecida importância social e peso político, como a RMS pode proporcionar, as demandas deixam de ser ‘personalizadas’ e ‘restritas’, dificultando a ‘fragilização’ das iniciativas, na medida que são referenciadas por um

---

<sup>67</sup> Protocolo de Intenções da Rede Manguinhos Sustentável - Anexo 11

conjunto de atores muito mais difícil de intimidar pelos que circunscrevem a sua atuação em áreas onde, nem sempre, vigora “o império da lei”<sup>68</sup>, como vimos no primeiro capítulo.

---

<sup>68</sup> O Império da Lei (Caetano Veloso) - O império da lei há de chegar no coração do Pará / O império da lei há de chegar lá / Quem matou, meu amor, tem que pagar / E ainda mais quem mandou matar / Ter o olho no olho do jaguar / Virar jaguar / O império da lei há de chegar no coração do Pará.

### 3. A Agência de Comunicação Comunitária

Neste capítulo serão apresentados aspectos fundamentais da ACC: histórico; arranjo institucional; parceiros; princípios editoriais; sustentabilidade; produtos; equipe; e participação social ‘na’ Agência e ‘da’ Agência.

#### 3.1. Histórico: considerações sobre os fatores que determinaram a Agência de Comunicação Comunitária.

Antes de pontuar as questões que proporcionam a existência da ACC, é necessário situar esse debate no contexto maior da Comunicação Social no Brasil - cenário do marco legal e da conjuntura histórica que ele – o debate – e ela – a Agência - se encontram. Porém, nos limites dados pela definição dos objetivos dessa dissertação, que é o de analisar as condições políticas, administrativas e operacionais para a prática da Comunicação Social, em áreas de baixa renda, elevada densidade populacional e limitados direitos republicanos.

Para tanto, começo registrando o comentário de Lattman-Wetman acerca do Capítulo V, do título sobre a Ordem Social, da Constituição Federal de 1988. Segundo o autor, pode-se afirmar que

(...) a Constituição ao mesmo tempo reiterou a tradição liberal de garantia de ampla e irrestrita liberdade de expressão, e introduziu (ou reestruturou) princípios novos e importantes ao prever, entre outras coisas: a defesa, em legislação federal complementar, da pessoa e da família diante do poder da mídia (particularmente o rádio e a televisão); uma série de princípios norteadores da produção audiovisual e, portanto, também das eventuais políticas de concessão que, por sua vez, passam a ser ratificadas, ou canceladas, pelo Congresso Nacional; e, por último, mas não menos importante, a instituição de um conselho de comunicação social para a salvaguarda dos efeitos previstos em suas diretrizes. Não há dúvida, portanto, de que princípios, digamos moderadores de uma certa tradição liberal – ou doutrinariamente ultraliberal – nacional, em matéria de informação, e que já haviam se manifestado no contexto autoritário pós-64, sofreram uma inflexão de caráter republicano ao longo da redemocratização, sendo acolhidos pela Assembleia Nacional Constituinte, no sentido de reconstruir os princípios gerais da ordem (re)nascente (LATTMAN-WELTMAN, 2008, p. 42).

Apesar da participação popular na Assembleia Constituinte de 1988, comentada no capítulo I, a correlação de forças mostrou-se suficientemente conservadora para não regulamentar os avanços propostos naquele momento e postergar as definições para um outro. Ou para nenhum, seguindo-se a preferência majoritária. O que se pode perceber, no jogo político do Congresso Nacional, é que só as emendas apoiadas pelos empresários foram aprovadas, desde 1988, como também observa Lattman-Weltman:

E nesse contexto ressalta o que já tive a oportunidade de chamar de exercício de poder de veto da grande mídia diante de quaisquer iniciativas de rearranjo dos mecanismos de regulação da liberdade de imprensa. Todas as vezes em que se discute no Parlamento propostas de encaminhamento do tema, a reação poderosa dos principais órgãos de classe representantes dos nossos veículos – e o que tudo indica seja a própria falta de consenso entre estes – se faz(em) sentir. O assunto reflui, e o legislativo retorna ao leito usual de suas outras pautas (sem que também o Executivo faça uso de suas prerrogativas legislativas em prol do avanço em questão aparentemente tão espinhosa) (LATTMAN-WELTMAN, 2008, p. 43).<sup>69</sup>

A reversão deste quadro contraria os interesses que comandam os meios de comunicação, que nem sempre são os majoritariamente expressos pela sociedade, como se pode comprovar pela experiência nacional – nas tentativas de manipularem a opinião dos eleitores<sup>70</sup> - e internacional - pela contradição com os marcos regulatórios de outras nações, como apresentado por João Brant (2011):

Países como Estados Unidos, França e Reino Unido adotam esses limites por entenderem que a concentração de vozes afeta suas democracias. É importante notar que nesses países esses limites são antigos, mas têm sido revistos e, via de regra, mantidos – ainda que relaxados, em alguns casos. Mesmo com todos os processos liberalizantes, revisões regulares de seus marcos regulatórios e convergência tecnológica, esses países seguem enxergando a propriedade cruzada<sup>71</sup> como um problema (BRANT, 2011).

Contrárias às ‘concentrações de vozes’ que Brant faz referência, experiências como a Agência de Comunicação Comunitária contribuem para tensionar o campo de disputas, aberto pelas veredas republicanas no texto constitucional e expressos nos seguintes tópicos: Conselho de Comunicação Social; regionalização da produção cultural; controle estatal das empresas de

<sup>69</sup> Corroborando o texto de 2008, a nota do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, de 10/07/2015, intitulada **CCS: novo golpe do Congresso contra a sociedade civil**, apresenta o seguinte conteúdo: As entidades da sociedade civil subscritoras da presente nota vêm a público expressar seu repúdio pelo procedimento inconstitucional, ilegal, antirregimental e ilegítimo que levou à homologação de uma nova composição para o Conselho de Comunicação Social (CCS), na última quarta-feira (8/7). Desrespeitando o §2 do Art. 4º da Lei nº 8.389, de 1991, e o Decreto Legislativo nº 77/2002, o Congresso supostamente escolheu os novos conselheiros numa sessão conjunta entre Senado e Câmara dos Deputados. Entretanto, sem quórum deliberativo, a referida sessão sequer submeteu as indicações para votação secreta em plenário. Ainda que o tivesse, a previsão constitucional exige aprovação dos indicados por maioria simples das duas Casas legislativas, o que definitivamente não foi observado pela Mesa Diretora do Congresso – no dia, menos de 90 deputados e apenas 14 senadores estavam reunidos. (...) (Fonte - <http://fndc.org.br/noticias/ccs-novo-golpe-do-congresso-contra-a-sociedade-civil-924608/> visitado em 22/02/2016)

<sup>70</sup> Aqui faço referência a duas manipulações incontestáveis: o “Caso Proconsult”, ocorrido na eleição de 1982, para o governo do estado do Rio de Janeiro, onde tentou-se desvirtuar a manifestação das urnas em prol de Leonel Brizola; e o debate nacional, no segundo turno, da eleição presidencial disputada por Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva, em 1989. Em biografia editada pela Casa da Palavra, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, consultor e diretor da Rede Globo, afirma: “Quando fui ver o Jornal Nacional, percebi que havia outra edição, que por ordem de Roberto Marinho, teve uma edição totalmente a favor do Fernando Collor. Foi uma interferência direta do doutor Roberto Marinho, que apostava no Collor, assim como eu apostava”. Não são poucas as avaliações de que a mídia, hoje no Brasil, atua como um partido político representante do pensamento conservador.

<sup>71</sup> Propriedade cruzada é a possibilidade de um grupo possuir mais de uma mídia, acumulando TV, rádio etc.

telecomunicações; participação do capital nacional e fim do monopólio privado dos meios de comunicação. A existência da mídia comunitária questiona a lógica do mercado de comunicação brasileiro e aponta para a necessidade da sua reestruturação conceitual, legal e operacional. Feita essa introdução, à título de contextualização do debate proposto, voltarei à especificidade do caso em tela para considerar aspectos da conjuntura pós entrada das forças de segurança no Complexo de Manguinhos, citada no capítulo II.

Setores do movimento social que investem em ações estruturantes, como a ACC, compreendem, no instante simbolizado pela ‘UPP’ que, se a ditadura (1964 / 1985) exigiu um tipo de atitude por parte daqueles que pensavam o bem-estar comunitário e, os poderes do tráfico e da milícia, posteriormente, impuseram outras formas de convivência e resistência, tornava-se impostergável tentar consolidar as possibilidades apresentadas nesse momento. Destaca-se, como característica dessa conjuntura, a aproximação dos governos municipal - através do Rio+Social<sup>72</sup> - estadual - via programas de Aceleração de Crescimento e de Unidade de Polícia Pacificadora - e federal – Fiocruz. Estas relações estabelecidas pelo poder público com o Complexo de Manguinhos inauguraram oportunidades que precisavam ser potencializadas. E isso aconteceria na medida em que os moradores se apropriassem de formas de organização inovadoras e diálogo intersocial, ferramentas indispensáveis à autoafirmação de qualquer grupo da sociedade. Para tanto, devia-se responder às demandas emergenciais de participação – incrementando ações de resultados práticos, visíveis, significativos e simbólicos – sem deixar de apontar para as demandas do futuro – emancipadoras e que envolvessem a governança territorial.

Quando essas últimas começaram a ser equacionadas por quem de direito – os moradores - revelou-se o quanto o Capital Social do Complexo de Manguinhos precisava de incentivo. No que se referia à Comunicação Social, por exemplo, percebeu-se o vácuo de mídias comunitárias e a necessidade delas para a formação / fortalecimento de qualquer rede ou ação sistêmica. É a comunicação que possibilita a fluência de informações, articulações e interações entre os equipamentos privados e públicos de Educação (creches, escolas, grêmios, Conselho Escola Comunidade, Centro Vocacional Tecnológico etc.), Cultura (Biblioteca Parque de Manguinhos, Escola de Samba, Museu da Vida etc.) Saúde (UPA, postos de saúde, FIOCRUZ

---

<sup>72</sup> Antes conhecido como UPP Social, o Programa Rio + Social reúne as ações da Prefeitura do Rio de Janeiro em áreas pacificadas. (Fonte - <http://www.riomaissocial.org/programa/#sthash.17iX7Zxf.dpuf>). Este Programa, que tantas expectativas e algumas parcerias realizou no Complexo de Manguinhos, foi finalizado de forma abrupta, em 2015, a partir da destituição da presidente Eduarda La Roque do Instituto Pereira Passos.

etc.) e Assistência Social (Centro de Referência de Assistência Social, Centro de Referência da Juventude, Casa da Mulher e instituições do terceiro setor), entre outros. Assim como, também, é imprescindível que a população conheça, pelo menos, as oportunidades oferecidas no território. E, por mais incrível e incompreensível que possa parecer, parte significativa dos moradores não conhecem sequer os serviços prestados nas instituições citadas nesse parágrafo.

A outra questão que se colocava era de publicização dos planos, programas e projetos em andamento no Complexo de Manguinhos. A maneira encontrada para transformar este processo em sustentável e massivo, possibilitando - aos residentes e técnicos municipais, estaduais e federais - o acesso atualizado às informações sobre as iniciativas públicas e privadas em desenvolvimento no território, foi constituir um centro de referência de informação. Segundo Robson Viana<sup>73</sup>, que participou do processo originário dessa organização,

O Grupo de Comunicação do CCM debate durante longo período as possibilidades para tornar a comunicação mais abrangente e democrática. Aos poucos a ideia de uma Agência acontece. Porém, sem muita clareza no modelo de atuação e desenvolvimento. Após reflexões relativas às necessidades de motivação comunitária, percebeu-se que seria necessária uma ação que contemplasse a proposta do CCM, que era de projetos estruturantes, de médio e longo prazos, e ações de resultados imediatos, a fim de manter a participação comunitária (...)

Portanto, a Agência de Comunicação se define a partir da análise realizada pelos componentes do Grupo Temático do Conselho Comunitário que, avaliando a realidade de então, consideraram a falta de oportunidades e a necessidade de Comunicação no Complexo de Manguinhos. Após essas alegações, acreditavam que se justificava

a qualificação, articulação e associação de ações nesse sentido, com a intenção de (i) combater a fragmentação e contribuir para a integração da comunidade, (ii) constituir uma Rede de Comunicação própria, (iii) fortalecer o comércio local e (iv) facilitar a pactuação de agenda territorial comum.<sup>74</sup>

Contribui para a contextualização do dito acima, a opinião de Jorge Luis<sup>75</sup>

Naquele momento – meados de 2012, os membros do GT Comunicação do CCM reuniam-se com o propósito de trocar informações sobre os serviços

<sup>73</sup> Este capítulo conta com a colaboração da diretoria da ACC: Robson Eduardo Viana Raimundo (tesoureiro), Leonardo Sobral de Jesus (presidente), Jorge Luis da Costa Silva (Secretário Administrativo) e Edilano Moreira Cavalcante (vice-presidente), que participam com textos, imagens, distribuição de jornais, planejamento, organização e execução das atividades da Agência. Para efeito dessa dissertação, responderam a um questionário (Questionário ACC), em dezembro de 2015, contendo perguntas sobre o que a abertura desse capítulo definiu como os aspectos fundamentais dessa organização.

<sup>74</sup> Resolução nº1 / 2013 do Grupo de Comunicação do Conselho Comunitário de Manguinhos.

<sup>75</sup> Questionário ACC / Jorge Luis



públicos relacionados a Manguinhos e construir um mecanismo que facilitasse aquelas trocas. A melhor evidência disto é que, à época, o jornal impresso e periódico não era um instrumento pensado por nós como necessário; ao invés disso, falávamos – e inclusive orçamos – em fazer um jornal-mural, algo que pudesse funcionar como um varal de informações de Manguinhos. As ideias mais pontuais, como esta do jornal-mural, serviram, na minha avaliação, como combustível para a mobilização do grupo, que já estava relativamente esvaziado, por conta, principalmente, dos conflitos armados no território, haja vista que, neste período, Manguinhos ainda não estava “ocupado pelas forças policiais”.

É com essa compreensão que se elabora o Projeto Tecnologia Social em Comunicação para a Promoção da Saúde em Manguinhos<sup>76</sup>, origem da Agência de Comunicação Comunitária. Nele se percebe a valorização do diálogo como fonte de conhecimentos e de combate à intolerância e ao preconceito. Ainda segundo o referido Projeto

O movimento interativo de dialogar acontece na sociedade, de forma ampliada e consistente, através dos meios de comunicação. O acesso à rádios, TVs, jornais, revistas, *blogs*, portais, *sites* e redes sociais viabiliza a expressão das opiniões e a defesa de direitos dos diversos segmentos da população, produzindo significativo impacto positivo na dinâmica cultural, econômica e política destes grupos e em seus territórios.<sup>77</sup>

Por outro lado, esse Projeto destaca que a Comunicação pode desempenhar “um importante papel facilitador da cooperação humana, quando construída a partir da identificação de necessidades e propostas de soluções, debates e consensos”. Nesse sentido, “se coloca como referência para o fortalecimento das identidades pessoais/locais, com a perspectiva de ampliar o fluxo de informações adequadas aos voluntários, estudantes, profissionais e trabalhadores da área social”, além de “contribuir para consolidar redes e ampliar diálogos e parcerias (...)”<sup>78</sup>.

Para Edilano Cavalcante,

o surgimento da Agência de Comunicação Comunitária veio pela necessidade de expandir, para o maior número de moradores do Complexo de Manguinhos, informações relevantes de cunho político, social, cultural, assim como também para a ousada iniciativa de unificar os lados de Manguinhos, antes divididos por um muro de concreto, depois pelo medo de transpassar o muro invisível, e isso tornava difícil a circulação de informações importantes, como avisos sobre saúde, educação, entre outros.<sup>79</sup>

<sup>76</sup> Na verdade, Agência de Comunicação Comunitária é o nome fantasia desse Projeto. Para a Fiocruz e a UNISUAM, apoiadores institucionais, ele se chama Tecnologia Social em Comunicação para a Promoção da Saúde em Manguinhos.

<sup>77</sup> Projeto Tecnologia Social em Comunicação para a Promoção da Saúde em Manguinhos.

<sup>78</sup> Projeto Tecnologia Social em Comunicação para a Promoção da Saúde em Manguinhos.

<sup>79</sup> Questionário ACC / Edilano Cavalcante.

Complementando a opinião acima, Leonardo Sobral<sup>80</sup> resume assim a motivação da constituição desta organização: “a Agência surgiu da necessidade de interligar as favelas de Manguinhos através de uma comunicação mais eficiente”.

Registra-se que o Projeto Tecnologia Social em Comunicação para a Promoção da Saúde em Manguinhos / Agência de Comunicação Comunitária estruturou-se, a partir de abril de 2013, desta forma: a) capacitação de moradores em Jornalismo Comunitário (Oficinas de Impresso, Publicidade, *Blog*, Vídeo, Rádio e Empreendedorismo); b) produção de *blog*, *fanpage* e jornal impresso; c) e constituição de organização comunitária.

No momento que esse texto foi finalizado, contabilizava-se a publicação de doze edições de jornais, totalizando 115.000 exemplares distribuídos nas residências, aproximadamente 300 postagens no *blog*, 25.856 pessoas alcançadas e 3.327 seguidores da *fanpage*. Os três produtos possuem o mesmo nome: Fala Manguinhos! Também é importante destacar que a Agência foi inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (21.362.493/0001-80), formalizando a existência em novembro de 2014.

É Edilano Cavalcante<sup>81</sup> quem sintetiza a dificuldade desse período. Segundo ele, é originária “da própria equipe, feita por jovens do território, em elaborar um material de qualidade e que viesse a ser algo com a cara de Manguinhos”.

### **3.2. O arranjo institucional: os debates preliminares e posteriores à constituição da Agência de Comunicação Comunitária.**

Assim como aconteceu no processo de constituição do Regimento Interno do Conselho Comunitário de Manguinhos, apresentado no capítulo II, a condução dos diálogos, negociações e acordos, no coletivo que discutia a formação da ACC, ocorre a partir de um documento base, sugerido por um morador<sup>82</sup>. Distribuído anteriormente e lido em encontros destinados exclusivamente para tal, o texto sofre alterações e é consolidado no formato adequado àquele momento e compreensão do grupo. Entretanto, quando conseguiram recursos para a formalização do documento, foi apresentada, pela Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Social / Instituto Pereira Passos, que atuava no território com o programa Rio + Social, a disponibilidade de parceria nesse processo. Essa possibilidade ampliou o debate inicial e viabilizou o registro da Agência, sem os elevados custos cartoriais. É por isso que no dia da

<sup>80</sup> Questionário ACC / Leonardo Sobral.

<sup>81</sup> Questionário ACC / Edilano Cavalcante.

<sup>82</sup> Trata-se de Andre Lima, morador do Conjunto DESUP e coordenador do Instituto Samora Machel.

fundação da ACC – aprovação do estatuto e composição da diretoria e conselho fiscal – os membros deste programa se destacam com importante presença na atividade, registrada pelo jornal Fala Manguinhos! (Anexo 12). Chamo a atenção para a leitura dessa matéria onde se encontra, também, os princípios editoriais da Agência, que serão analisadas no decorrer deste capítulo.



Assembleia de fundação da Agência de Comunicação Comunitária

A ACC se define<sup>83</sup> “sob a forma de uma associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, com fins não econômicos e com tempo de duração indeterminado”, com as seguintes finalidades: “**I** – representação, defesa, participação, intervenção e reivindicação em todas as áreas e manifestações relativas aos interesses coletivos, **II** - promover atividades de caráter social, cultural, e desportivo **III** – defesa dos direitos humanos e do meio ambiente, incluindo seus recursos naturais, bem como de qualquer outro interesse coletivo *lato sensu*; **IV** – celebração de acordos, convênios e contratos visando a realização dos projetos desenvolvidos pela associação, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins; **V** – participação em programas dos poderes públicos e entidades privadas, **VI**- prestar serviços de educação de forma inteiramente gratuita e com recursos próprios, vedado o seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente; **VII**- Elaboração, gestão e avaliação de projetos sociais; **VIII**- Prestação de serviços na área de Comunicação Social; **IX**- Promover capacitação na área de Comunicação Social; **X**- Fornecer consultoria na área de comunicação Social; **XI**- Produzir material midiático”.

<sup>83</sup> Estatuto da Agência de Comunicação Comunitária (Anexo 13)

Para finalizar esse aspecto, considero importante registrar a opinião de Jorge Luis<sup>84</sup>: “hoje, acredito que a versão de estatuto aprovada por nós, em assembleia, não dá conta das necessidades e isso só reforça o que eu venho falando sobre mudança e amadurecimento da Agência”.

### **3.3. Parceiros: os aliados e como eles se relacionam com a Agência de Comunicação Comunitária.**

Os membros da ACC possuem uma visão ampla de quem são os seus parceiros. Segundo Leonardo Sobral<sup>85</sup>, é “todo aquele que direta ou indiretamente contribui para o desenvolvimento da Agência, seja de forma financeira ou através de mão-de-obra, ou até mesmo apoio emocional”. Edilano Cavalcante<sup>86</sup> os define como “pessoas, coletivos, comunidades, instituições que abraçam uma causa e ajudam, da melhor maneira, para que os objetivos possam ser alcançados”. Para ele, os parceiros são “primeiramente, os moradores e colaboradores, assim como todos os outros que permanecem ou que passaram por essa caminhada”. Complementando as definições, Robson Viana<sup>87</sup> considera que “os parceiros da Agência são as várias instituições locais e pessoas, que contribuem da sua maneira”.

Jorge Luis<sup>88</sup>, depois de afirmar que “toda a história da Agência é atravessada por parceiros – institucionais ou não. A lista é grande, daqueles que são, foram, poderiam ser etc”. apresenta-os assim:

Acredito que parceiros são os atores (institucionais ou individuais) dispostos a contribuir com o propósito da Agência. Apesar de parecer amplo e genérico demais, gosto dessa definição porque filtra a lista de possibilidades de acordo com os objetivos da Agência. Então, se hoje entendemos que nosso propósito é construir, de forma coletiva, um jornal mensal, com viés crítico, isto já seleciona bastante nossa lista de potenciais parceiros.

A tentativa de retratar os parceiros da ACC, cuja dinâmica não recomenda textos datados, nos leva a seguinte lista: pessoas – moradores e voluntários, como os alunos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Laboratório de Comunicação Dialógica e da Faculdade de Comunicação Hélio Alonso<sup>89</sup>; instituições, programas e projetos governamentais

---

<sup>84</sup> Questionário ACC / Jorge Luis.

<sup>85</sup> Questionário ACC / Leonardo Sobral.

<sup>86</sup> Questionário ACC / Edilano Cavalcante.

<sup>87</sup> Questionário ACC / Robson Eduardo.

<sup>88</sup> Questionário ACC / Jorge Luis.

<sup>89</sup> Gabriel Diniz e Julia Ebel. As tratativas para a colaboração dos alunos da Faculdade Pinheiro Guimarães se consolidavam quando aconteceu a morte de mais um jovem no Complexo de Mangueiras, durante conflito armado envolvendo a Polícia do estado. Não é tarefa das mais simples convencer instituições e professores a se associarem, como voluntários, a projetos em áreas que mantenham a violência como característica. O mesmo vale para alunos e para os pais

– Centro de Referência da Juventude, Biblioteca Parque, Instituto Pereira Passos, Trabalho Social do PAC, Colégio Estadual Luis Carlos da Vila, Clínica Victor Valla, Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria; Fundação Oswaldo Cruz; Centro Comunitário de Defesa da Cidadania - e não governamentais – UNISUAM; LAMSA S/A; Agência Social de Talentos; Jornal Maré de Notícias; Conselho de Saúde (CGI); instituições religiosas e associativas locais; Rede CCAP.

Duas experiências são exemplares na relação da ACC com os parceiros. A positiva diz respeito ao comportamento da Fiocruz. E não é só pelo apoio que ela representa, mas, no caso em questão, também pela não interferência nas agendas e propostas planejadas e realizadas. Isso coloca, a meu ver, a Fiocruz como um modelo de parceria a ser almejado pelas organizações comunitárias, não só do campo da comunicação. Evidentemente, nem todas as pautas e coberturas da ACC devem ser objetos de aplausos dos representantes dessa instituição. Mas, dentro do que é combinado por ambas as partes, em nenhum momento buscou-se interferir nos procedimentos adotados pela ACC, segundo relatos de seus membros.

O mesmo não pode ser dito da UNISUAM. O fato que marca o início do distanciamento desta instituição foi a tentativa de interferir no cronograma previsto dos jornais impressos, em função do calendário acadêmico. Tal situação merece destaque por ser ilustrativa da condição do que deve ser evitado, em parcerias. Depois de uma programação elaborada, com a concordância de moradores e professores, parte da coordenação extensionista uma ‘sugestão’ de adiar o jornal previsto, em função das férias institucionais. Tal fato, além de não acontecer, gerou um novo e positivo comportamento da Agência, que assume toda a concepção e operacionalização do jornal. Mas deve-se destacar que a UNISUAM foi fundamental na viabilização da ACC e seus produtos, até então, particularmente pelo respeito e compromisso demonstrado pelos seus profissionais<sup>90</sup>.

### **3.4. Princípios editoriais: os valores preceituados pela Agência de Comunicação Comunitária.**

---

deles. A lista dos prejuízos à sociedade provocada pela política de combate às drogas é incalculável. A morte de jovens e policiais, e os sofrimentos humanos que decorrem daí, são a ‘ponta do iceberg’ desse erro.

<sup>90</sup> Professores envolvidos com o Curso Comunicação Comunitária / UNISUAM: Vanessa Paiva; Alexandre Ferreira; Silvia Bissagio (*in memoriam*); Cintia Neves; Ovidio Mota Peixoto (Coordenador do Curso de Jornalismo) e Adriane Figueirola Buarque de Holanda (Coordenadora do Curso de Publicidade).

A linha editorial da ACC foi definida no primeiro número do jornal Fala Manguinhos! e reafirmada na sexta edição, como indicado anteriormente. Sobre ela, Jorge Luis<sup>91</sup> faz os seguintes comentários

(...) chamo a atenção para o editorial da primeira edição do jornal Fala Manguinhos!: os princípios editoriais ali colocados evidenciam minha hipótese de que o jornal não nasce de uma demanda política por uma comunicação crítica e contra-hegemônica. Os princípios ali expressos reforçam valores republicanos e democráticos, mas não dialogam, por exemplo, com valores políticos que, hoje, já são mais sólidos entre os membros da Agência. Isso demonstra, no meu entendimento, o amadurecimento político do grupo e dos indivíduos que compõem a Agência.

Nessa linha de raciocínio, pode-se elencar a matéria que trata das eleições de 2014 como o primeiro teste de fogo do comportamento da ACC, diante de um período desse tipo, considerando-se que o número inicial do jornal é posterior ao pleito de 2012. Nesse sentido, ‘Novas eleições, velhas questões’ (Anexo 13), é um bom exemplo da argumentação elencadas por Jorge Luis. Pode-se afirmar, a partir da citada matéria de 2014 e dos relatos da conduta da ACC, que o comportamento adotado respeitou as preferências pessoais dos seus membros que, no limite, não deixaram de manifestar as suas opiniões e preferências particulares, mas, em nenhuma circunstância, envolveram a organização comunitária nas acirradas disputas que perpassaram esse embate<sup>92</sup>. A Agência saiu ilesa das querelas que, como se sabe, costumam desestruturar até famílias, demonstrando que é possível superar conflitos pré-datados, paroquiais e nacionais, quando se trata de considerar os cotidianos e coletivos interesses comunitários. Com a vontade do povo definida nas urnas, retomou-se a rotina de elogiar as atitudes em conformidade com os interesses comunitários, criticar as posturas inadequadas diante desses interesses e manter a vigília em relação aos direitos e oportunidades constitucionais, sem minimizar a possibilidade de atuação coletiva, com qualquer órgão governamental, em prol de melhorias da qualidade de vida da população local, com dignidade e altivez<sup>93</sup>.

Voltando ao pensamento de Jorge Luis<sup>94</sup>, acrescento ao que já foi dito as seguintes impressões:

---

<sup>91</sup> Questionário ACC / Jorge Luis.

<sup>92</sup> A eleição presidencial de 2014 foi decidida, no segundo turno, por uma margem reduzidíssima de votos. A candidata Dilma recebeu 52% e o candidato Aécio 48%.

<sup>93</sup> Por exemplo, no momento de elaboração desse texto, a Agência é uma das organizações da sociedade que, em conjunto com organizações governamentais, promovem a campanha de erradicação do mosquito *Aedes Aegypti* no Complexo de Manguinhos.

<sup>94</sup> Questionário ACC / Jorge Luis.

(...) a linha editorial da Agência (...) é produto da necessidade diária de quem mora numa favela carioca. Sendo assim, princípios e valores republicanos e democráticos, que aqui defino como linha editorial, soam como realidade distante e desejada. No entanto, cabe registrar que, apesar de parecer pouco, já é bastante ambicioso, num contexto de favelas, pensar em referências de um Estado Democrático de Direito. Essa linha editorial (...) é refletida em matérias que buscam respeitar opiniões divergentes num ambiente que não seja hostil ao diferente. (...) mas, hoje, avalio que precisamos nos aprofundar nesses aspectos republicanos e democráticos. Acredito que isso foi o necessário para caminharmos até aqui, daqui pra frente precisamos de mais substancialidade, maior profundidade.

Para exemplificar o seu pensamento, Jorge Luis nos apresenta um caso ocorrido no número 10 do jornal Fala Manguinhos! (Anexo 14)

Lançar, em época de crise hídrica, um jornal comunitário, cuja capa é “Água: a culpa é nossa?”, demonstra essa mudança de posicionamento. Hoje, acredito que a ACC produz um jornalismo comunitário, na melhor – e mais ingênua – acepção do termo, mas acredito que estamos caminhando pra um conteúdo mais crítico e mais denso.

Nesse sentido, as opiniões seguintes corroboram com a do Secretário Administrativo e exemplificam uma percepção do que é jornalismo comunitário. Segundo Leonardo Sobral, “a partir das primeiras edições houve uma grande evolução na ‘cara’ do jornal, na qualidade dos textos e das fotos. Simplesmente pela necessidade de estar sempre em evolução. Nossa comunidade é muito exigente”.

Ainda sobre o tipo de jornalismo praticado, Edilano Cavalcante<sup>95</sup> apresenta o ponto de vista que

Nosso conteúdo é composto de assuntos diretamente ligado ao complexo de Manguinhos, tendo sempre a preocupação de estar vinculando os moradores como exemplos verídicos de ações que a Agência expõe, seja em sua *fanpage* ou no jornal impresso. Ao longo do tempo descobrimos novas formas de expor as informações, buscando uma interação maior com a população, introduzindo mais imagens como forma de identificar o morador nas páginas do jornal.

Também com essa compreensão, Robson Viana nos dá a sua versão sobre a linha editorial:

Ao meu ver, é focada na informação sem sensacionalismo, crítica, e tem como ponto principal a autoestima local, de modo que os moradores possam se ver notícia nas matérias. Como a linha é tênue entre trabalhar a autoestima e tornar-se fora da realidade, o grupo procura ficar atento na hora de compor sua pauta, sem deixar de lado sua proposta que é de mostrar o lado que muita gente não vê de Manguinhos: talentos, criatividade, críticos etc. A agência se comporta como organismo vivo, porque é composta de pessoas e pessoas

<sup>95</sup> Questionário ACC / Edilano Cavalcante.

mudam com o tempo, com as experiências, porém os ideais continuam os mesmos, que é de proporcionar mais desenvolvimento local.

Não poderia deixar de registrar um ponto de pauta que sofreu visível inflexão no comportamento editorial da ACC: o tratamento dado à política de combate de drogas. A Agência se associa, com crescente veemência, aos que desacreditam da possibilidade de sucesso da política de “guerra contra as drogas” e pugnam por uma nova relação com os usuários e comerciantes de psicoativos<sup>96</sup>.

### **3.5. Sustentabilidade: as iniciativas por financiamento, autonomia e profissionalismo.**

A Agência se inicia com o financiamento da Fiocruz. Tanto o coordenador do projeto (12 meses), quanto 06 moradores (06 meses) e dois alunos (08 meses) indicados pela UNISUAM, recebem bolsas que viabilizam a estrutura mínima necessária para que os produtos – jornal impresso, *blog*, *fanpage* e estrutura inicial da ACC – fossem produzidos. Passado esse período se percebe que, apesar dos avanços conquistados ao longo de 2013, a iniciativa ainda não consegue se sustentar da forma necessária, demandando um processo de incubação por tempo maior, que não é viabilizada durante o ano de 2014.

Deve-se destacar que mesmo nesse ínterim sem financiamento, como se pode perceber pela coleção de capas (Anexo 16), embora tenha aumentado o espaço de tempo entre as edições – de mensal para bimestral – o jornal continua circulando e com qualidade melhorada progressivamente, dada a experiência que se vai acumulando. Também o *blog* e a *fanpage* são mantidos no ar<sup>97</sup>.

O ano de 2015 inaugura uma nova possibilidade de apoio financeiro da Fiocruz, por cinco meses (janeiro / maio), período em que a ACC se concentra em atividades de captação, facilitada pela presença de uma estagiária<sup>98</sup>. Desde a sua fundação a Agência apresentou Projetos para a ONU, o governo da Austrália, a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de

---

<sup>96</sup> “A violência e o crime organizado associados ao tráfico de drogas ilícitas constituem um dos problemas mais graves da América Latina. Frente a uma situação que se deteriora a cada dia, com altíssimos custos humanos e sociais, é imperativo retificar a estratégia de “guerra contra as drogas” aplicada nos últimos trinta anos na região. As políticas proibicionistas baseadas na repressão à produção e ao tráfico bem como na criminalização do consumo, não produziram os resultados esperados. Estamos mais distantes que nunca do objetivo proclamado de erradicação das drogas”. (Uma guerra perdida / Texto da Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia / <http://www.cbdd.org.br/wp-content/uploads/2009/10/CLDD-Declara%C3%A7%C3%A3o-POR.pdf>. Acessado em 19/02/2016)

<sup>97</sup> O blog é desativado em agosto de 2015 para a construção de um site novo.

<sup>98</sup> Pâmella Nunes, graduanda em Produção Cultural pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Nilópolis / Rio de Janeiro.



Janeiro (edital Favela Criativa), a Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (edital Ações Locais), o BNDES, o Instituto Pereira Passos, o Ministério do Trabalho e a Linhas Amarelas S/A. Além disso, elaborou um Plano de Negócios, um Plano de Publicidade e um Plano de Captação voltado para a colaboração individual de amigos e colaboradores, que comentarei abaixo.

Não é tarefa das mais simples escrever projetos e participar de editais. Não é o tipo da coisa que se pode fazer em ‘horários livres’, até porque, quando não existe financiamento não existe ‘horário livre’, uma vez que esse tempo é utilizado exatamente para tratar das questões operativas. E, dada a relação com os editais e prêmios - onde a suspeita de processos de cartas marcadas é frequente - o que acontece é que os demais ‘incêndios’ acabam consumindo o tempo e definindo prioridades. A emergência financeira e estrutural perde, nos espaços das agendas pessoais e institucionais, para os arranjos necessários à manutenção da organização, a fim de mantê-la viva e em funcionamento, mesmo com o reconhecido prejuízo da qualidade e do profissionalismo. As horas consumidas por projetos do BNDES - como os elaborados em 2013 e 2015 - são incalculáveis. Avançam sobre os finais de semana, noites não dormidas e competem com o tempo de estudos, lazer etc. previstos para após o expediente dos colaboradores, num processo onde não existe a menor certeza de retorno desse investimento de energia. E quando não acontece, o que se observa é um desânimo, acerca dessas possibilidades, imobilizador.

Nas palavras de Jorge Luiz<sup>99</sup>, “os aspectos positivos da busca de financiamento são as parcerias institucionais que podem surgir. Já os aspectos negativos são as expectativas frustradas daqueles envolvidos na ACC”. Outras críticas à inconstância financeira da ACC partem de Leonardo Sobral e Robson Viana. De acordo com o primeiro<sup>100</sup>, isso provoca a “falta de tempo da equipe para ir a campo buscar parcerias, devido à necessidade de buscar sustento em outros trabalhos”. Já Robson nos alerta para o fato de que, ao não possuir receita específica, a Agência encontra dificuldades “uma vez que cada membro tem suas atividades pessoais e, paralelamente, dedicam-se a ela, para que as informações cheguem coerentemente com a filosofia do grupo que a constituiu<sup>101</sup>”.

---

<sup>99</sup> Questionário ACC / Jorge Luis.

<sup>100</sup> Questionário ACC / Leonardo Sobral.

<sup>101</sup> Questionário ACC / Robson Viana.

Na opinião da equipe, o trabalho na ACC deveria ser remunerado e exclusivo. O fato de não ser implica, para Edilano Cavalcante<sup>102</sup>, na perda de oportunidades: “acredito que para a Agência ter um salto grande e positivo, é preciso ter pessoas recebendo por cada função. Isso fará com que cada um se dedique a Agência, e não apenas uma parte de seu tempo”. Para além da opinião do grupo, Robson Viana<sup>103</sup> comenta: “boa parte das pessoas gostaria que o jornal tivesse uma periodicidade menor, porém as dificuldades financeiras não permitem”.

O melhor aproveitamento das oportunidades da ACC acontece com a presença da estagiária citada acima. Estabeleceu-se uma relação onde ela cuidava, exclusivamente, dessas possibilidades, não participando de nenhuma outra agenda organizacional. Quando, por problemas familiares, a Agência perde esse apoio, perde também a possibilidade de dedicação exclusiva a esse tema e fica um vácuo ainda não preenchido. Não preenchido, evidentemente, por que não existem recursos financeiros para tal. O acordo financeiro definido com ela previa que os seus honorários seriam provenientes de percentual sobre as conquistas advindas do seu trabalho. E isso aconteceu no edital ‘Favela Criativa’<sup>104</sup>, por exemplo, onde, conforme relata Jorge Luiz<sup>105</sup>, “ganhamos, mas (ainda) não levamos”. A ACC voltou a negociar a contribuição de alguém com as características apropriadas para essa função, após a confirmação da impossibilidade da estagiária, mas até esse momento não encontrou.

A última movimentação da Agência, no sentido de captar recursos, prende-se a possibilidade de contar com a colaboração de amigos dessa proposta, por via de uma campanha no *facebook*, com valores mensais de R\$ 10,00 / R\$ 25,00 e R\$ 50,00. Como se pode perceber, é uma tentativa de arrecadar, através da soma de pequenas quantias, que pode ser obtida com moradores e apoiadores. A meu ver, também importante nessa iniciativa é a possibilidade de comprometer os maiores interessados – a população do Complexo de Manguinhos – com a

<sup>102</sup> Questionário ACC / Edilano Cavalcante.

<sup>103</sup> Questionário ACC / Robson Viana.

<sup>104</sup> Segundo a Secretaria de Estado de Cultura, o programa Favela Criativa é o resultado de parceria entre o poder público e a iniciativa privada, e “conta com recursos de mais de R\$ 14 milhões, provenientes da Secretaria de Estado de Cultura, de patrocínio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro e da Light, do Programa de Eficiência Energética da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, e de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento– BID, através do Programa Caminho Melhor Jovem, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. É formado por um conjunto de projetos que oferece a jovens agentes culturais formação artística e especialização em gestão cultural e estabelece canais de diálogo entre eles, possíveis parceiros e patrocinadores potenciais”. (Fonte: <http://www.favelacriativa.rj.gov.br/o-programa/o-que-e/> visitado em 22/02/2016). A liberação dos recursos desse edital se prolongou por um ano, além do prazo estabelecido inicialmente.

<sup>105</sup> Questionário ACC / Jorge Luis.

viabilidade e sustentabilidade da iniciativa, reforçando as condições de autonomia e credibilidade pertinentes.

Antes de finalizar esse importante aspecto da vida da ACC, deixo para reflexão, sobre o tema sustentabilidade, a opinião de Jorge Luis<sup>106</sup>:

Enquanto consideração geral, eu diria que minha maior preocupação em iniciativas (para não chamar de projeto e dar ideia de início-meio-fim) como a ACC é a movimentação financeira. A Agência tem um enorme potencial de se tornar um empreendimento econômico-social autossustentável e, nesse caso, entra em zona de perigo por dois motivos: primeiro, porque se comunicar em favela é perigoso demais, pois pode alterar as relações de poder; segundo, porque ganhar dinheiro em favela também é perigoso, pois o poder local quer fazer parte disso. Então, essas movimentações financeiras ainda constituem uma grande preocupação minha e meu maior desejo é que a ACC sobreviva aos problemas trazidos não pela falta do dinheiro – isso nós fazemos bem, aliás, as pessoas na favela costumam lidar “bem” com isso – mas pela “abundância” do dinheiro.

### **3.6. Os produtos da Agência de Comunicação Comunitária**

Pelo visto, a ACC é bastante eclética nas definições das suas pretensões midiáticas. Começando pelo referido jornal-mural, passando pela rádio-poste e chegando até a proposta de uma TV Comunitária<sup>107</sup>, o que dá liga aos projetos e produtos da Agência é a necessidade de falar com os vários públicos presentes no Complexo de Manguinhos: jovens e adultos, escolarizados ou não, que realizem trabalhos domésticos ou por conta própria, ou que prestem serviços em outras localidades da cidade. Essa preocupação aparece em várias falas da equipe. Para Leonardo Sobral<sup>108</sup>, “estes veículos são os nossos principais meios de manter contato com o leitor. São imprescindíveis, e servem como termômetro para nós”. Robson Viana<sup>109</sup> acredita que “os produtos acabam atingindo públicos diferentes, o que é muito interessante do ponto de vista da socialização de informações”. Já Jorge Luis<sup>110</sup> destaca que

o jornal é a plataforma que dá visibilidade, que atinge diretamente ao morador, independente de idade; as mídias virtuais são mais dinâmicas e ágeis, focadas em públicos mais jovens e com alcance que extrapola os limites das favelas. Acredito que, em Manguinhos, o jornal impresso possua mais visibilidade do que a página no Facebook, principalmente por conta da sua distribuição

<sup>106</sup> Questionário ACC / Jorge Luis.

<sup>107</sup> Instigada pela possibilidade indicada pelo IPP, de conseguir um patrocinador parceiro, a equipe da ACC elaborou, com a contribuição de Alberto Mejia, uma proposta de TV Comunitária. O patrocínio acabou não acontecendo, mas a definição do projeto, sim. Além deste, também o da rádio-poste contou com a expertise de parceiros, como a TV Complexo do Alemão.

<sup>108</sup> Questionário ACC / Leonardo Sobral.

<sup>109</sup> Questionário ACC / Robson Viana.

<sup>110</sup> Questionário ACC / Jorge Luis.

domiciliar. Integrar diversas plataformas e tecnologias de informação e comunicação é, certamente, um aprendizado da Agência de Comunicação.

Sobre a distribuição domiciliar do jornal impresso, Leonardo Sobral<sup>111</sup> explica que acontece assim:

Organizamos mutirões com a equipe da Agência e partimos para o campo nas áreas que consideramos maiores e que são impossíveis de se trabalhar sozinho, de forma individual. Além disso, dividimos o Complexo de Manguinhos por áreas e por equipe. Dessa forma, a distribuição é feita em todo território, além de deixarmos um montante nas instituições sociais locais.

No que diz respeito às ‘instituições sociais locais’, ele argumenta que possuem relacionamento com todas, uma vez que “divulgamos diversos eventos de diversas instituições, e isso faz com que tenhamos uma boa relação com todas”. Complementando esse debate, sem esconder uma ponta de orgulho, Edilano Cavalcante<sup>112</sup> avança na percepção dos moradores sobre os produtos da ACC: “a população, aos poucos, está se acostumando com o jornal impresso e já temos uma grande aderência entre os internautas, que nos veem como uma Agência de Comunicação de Manguinhos”.

### **3.7. A equipe: o processo de definição, constituição e qualificação do grupo.**

Para além das pessoas que responderam as entrevistas aqui comentadas - núcleo central que toca o dia-a-dia da organização – também participam, pontualmente, das atividades da Agência, os Conselheiros Fiscais (três titulares e três suplentes)<sup>113</sup> e os colaboradores, num contexto que, em nada, se diferencia dos demais observados no movimento social. Ou seja, é composto por variado tipo de pessoas, assim como as demais atividades humanas, em qualquer canto do planeta.

Desta maneira, uma das grandes questões para o sucesso das organizações é reunir uma equipe que se coadune com os valores pregados por elas. E, no caso da ACC, sem remuneração continuada. Constituir um grupo, majoritariamente formado por quem tem relação com a filosofia e a prática propagada pela Agência, a ponto de fazer que os demais comportamentos não se sintam à vontade e nem influenciem os processos internos, pode ser a maior razão da continuidade dessa experiência.

<sup>111</sup> Questionário ACC / Leonardo Sobral.

<sup>112</sup> Questionário ACC / Edilano Cavalcante.

<sup>113</sup> Do total de dez membros institucionais da ACC, sete são moradores do Complexo de Manguinhos, cinco são mulheres, dois são brancos e oito concluíram ou estão cursando faculdade. A média de idade da diretoria é de, aproximadamente, 30 anos, e a transitoriedade do estado civil não recomenda uma definição desse tipo.

Nesse contexto, Edilano Cavalcante<sup>114</sup> enxerga assim as razões do afastamento das pessoas da ACC:

A remuneração é o principal fator que serve para a entrada e motivo de saída pois, em sua maioria, as pessoas, embora sabendo que é uma agência comunitária, imaginam que alguém esteja ganhando algo por estar vinculado. E quando percebem que não temos recursos, as pessoas saem em busca de algo que possa suprir as suas necessidades financeiras. Outros fatores que fazem as pessoas entrarem na Agência é querer se envolver em projetos sociais em prol da comunidade, ou mesmo criar possibilidades de novas redes de contatos e aprendizados. O afastamento também acontece por não adaptação ao modo como a Agência se estrutura, ou pelo pouco tempo disponível, ou mesmo pelo fato de ser apenas mais um curioso querendo ver o que estamos fazendo.

Ainda sobre esta característica, Jorge Luis<sup>115</sup> dá a seguinte opinião:

O grupo da ACC se formou a partir da seleção de alguns alunos que participaram de um curso técnico relacionado à Comunicação, ministrado na UNISUAM. Inicialmente, foram selecionadas oito pessoas, mas ao longo do tempo, a ACC contou com algumas idas e vindas. As idas – no sentido de saídas, na minha avaliação, se justificam, na maior parte das vezes, por falta de identificação das pessoas com os objetivos e metodologias coletivas de trabalho da Agência; casos de pessoas que vislumbravam relações mais hierarquizadas e encontraram um ambiente mais horizontal, ou de pessoas que buscavam ganhar dinheiro e se depararam com reuniões para decidir remunerações em função das tarefas de cada um. É possível identificar casos de distanciamento por conta de conflitos pessoais e, talvez, um único caso por falta de acolhimento.

Nessa linha de raciocínio, Leonardo Sobral<sup>116</sup> afirma que “certamente o principal motivo de aproximação e afastamento da Agência foi o financeiro. A possibilidade de ter na Agência uma fonte de renda”. Antes de concluir este tópico destaco um procedimento comum entre os membros da Agência: a preocupação e o incentivo aos estudos. Dos quatro entrevistados, todos possuem relação com a universidade. Reproduzo, nas palavras de Jorge Luis, o que é um consenso no grupo

No que diz respeito à qualificação dos seus membros, acredito que a ACC investiu pouco nisso e não foi por falta de vontade, mas por falta de recursos. Então, é nítida a falta de preparo técnico em algumas situações relacionadas à blog e *facebook*, por exemplo. Não à toa, o projeto apresentado para financiamento do BNDES (2015) tem como um dos pilares a previsão de recursos para qualificação profissional dos membros da ACC.

Por fim, a tolerância é, a meu ver, o que torna possível a convivência harmoniosa de pessoas com história de vida e formações religiosas e políticas tão diversas. Não são poucas as

<sup>114</sup> Questionário ACC / Edilano Cavalcante.

<sup>115</sup> Questionário ACC / Jorge Luis.

<sup>116</sup> Questionário ACC / Leonardo Sobral.

diferenças que existem nesse coletivo, evidentemente. Mas os processos de superação delas são preexistentes ou construídos nas ocasiões necessárias. Determinadas questões que envolvem política partidária, por exemplo, não são sequer comentadas, dadas as diferentes predileções. Nesse mesmo rol encontram-se as religiosas. Nos casos específicos, costuma-se consultar o grupo e, diante de uma objeção que persista depois de preliminar tentativa de acordo, o tema não entra em pauta. As polêmicas são tratadas com rigorosa escuta dos lados envolvidos, assim como os casos que envolvem os governos. Desta maneira, e com o amadurecimento que o processo proporciona, avançam as posições e comportamentos da ACC, e as respectivas entradas e saídas de participantes.

### **3.8. Participação: o envolvimento dos membros nas questões gerais da comunicação e a relação da Agência de Comunicação Comunitária com a população.**

O debate sobre a participação social ‘na’ ACC foi retratado por Gabriel Lima Simões, na dissertação de mestrado em Gestão e Estratégia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, intitulada “A participação social em projetos apoiados pela Fundação Oswaldo Cruz: uma análise sobre a Agência de Comunicação Comunitária de Manguinhos” (2015. 119p.). Acrescentarei, a esse debate, uma avaliação da participação social ‘da’ Agência nas questões estratégicas da mídia nacional. Para contextualizar esse movimento, me reportarei à avaliação de Jorge Luis

A ACC surgiu de um diagnóstico – não sistematizado – feito pelos membros do Conselho Comunitário de Manguinhos (CCM), que apontava para a necessidade do território de Manguinhos ter um instrumento de informação. Aqui, chamo a atenção para a palavra “informação”, *stricto sensu*, pois era essa a preocupação mais imediata. Não se discutia sobre comunicação, *latu sensu*, não se pretendia criar mecanismos de contra-hegemonia, nem se pensava em democratização das mídias. A demanda era mais urgente, mais pragmática e menos estratégica. Talvez tenha sido por conta desses elementos – mais imediatos – que nós conseguimos mobilizar as pessoas para construírem o projeto.

A aproximação da Agência com os temas estruturais da Comunicação Social no Brasil acontece a partir da relação estabelecida com o curso de Relações Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde existem a disciplina eletiva Comunicação Comunitária e o Laboratório de Comunicação Dialógica (LCD)<sup>117</sup>. Uma vez convidada para expor a experiência desenvolvida, a ACC é posteriormente convidada a participar, e aceita, do LCD. Os contatos e

<sup>117</sup> Disciplina ministrada pelo coordenador do LCD, professor doutor Marcelo Ernandez Macedo.

conhecimentos estabelecidos levam seus integrantes a se relacionarem com projetos e realidades afins.

Neste ambiente, a Agência toma conhecimento de uma reunião na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, onde se debateria a proposta de recursos públicos, do executivo, serem investidos em propaganda nos veículos comunitários e alternativos, como o jornal Fala Manguinhos! Nesse debate a ACC conhece representantes do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), onde é feita a proposta para acompanhar as reuniões do grupo no Rio de Janeiro e, lá, são informados do Seminário Mídia e Democracia nas Américas<sup>118</sup>, que ocorreu em São Paulo. Com o patrocínio da Fiocruz, dois representantes da ACC presentes no Seminário estabelecem contato com o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), sediado no Rio de Janeiro<sup>119</sup>.

Os princípios adotados por esses grupos – LCD, Barão de Itararé, NPC e FNDC – se revelaram complementares aos adotados pela equipe da ACC. Tratava-se de adequar essas agendas e pautas às ‘específicas’ da comunidade porque, embora no mesmo contexto – a insuficiência de direitos que rege a vida dos moradores do Complexo de Manguinhos também rege o ambiente da comunicação nacional – essas questões são muito bem separadas, e escondidas, na sociedade e na mídia, por aqueles que precisam que seja assim, para continuar se beneficiando de ser assim. É notável o elevado grau de interesse demonstrado pelas matérias de caráter ‘específico’ na *fanpage* Fala Manguinhos! Por outro lado, as análises que tratam de conteúdos ‘nacionais’, próprios da Comunicação Social, por exemplo, não encontram a mesma repercussão.

Portanto, pode-se concluir que a Agência nasce com a perspectiva de ser os ouvidos e a voz do Complexo de Manguinhos – o que aqui já foi chamado de um comportamento mais ‘pragmático e menos estratégico’ – definição que conduziu suas ações inicialmente. Mas, ao mesmo tempo, trazia também a missão de se associar aos que defendem o desenvolvimento sustentável local. Não é por outra razão que, desde o início, essa missão é tratada com muito

---

<sup>118</sup> O seminário foi organizado pelo Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, organização que objetiva a “democratização da comunicação, visando conquistar maior pluralidade e diversidade informativa e cultural no país”. (Fonte - [http://www.baraodeitarare.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25&Itemid=218](http://www.baraodeitarare.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=218). Acessado em 22/02/2016)

<sup>119</sup> “O NPC é constituído por um grupo de comunicadores, jornalistas, professores universitários, artistas gráficos, ilustradores e fotógrafos que trabalham com o objetivo de melhorar a comunicação, tanto de movimentos comunitários ou populares, quanto de sindicatos e outros coletivos”. (Fonte - <http://nucLeonardopiratininga.org.br/about/npc-quem-somos/> Acessado em 22/02/2016)

carinho, resultando até no afastamento de quem não possui esse entendimento. O fato mais simbólico dessa compreensão nos é dado pela escolha do Secretário Administrativo do Conselho Comunitário de Manguinhos (Jorge Luis) para também ser o Secretário Administrativo da ACC, situação que perdura até o momento da elaboração desse texto, embora não seja considerada como imutável.

As reuniões do GT de Comunicação do CCM, onde são tratados também os assuntos da ACC, são abertas, regulares e divulgadas publicamente. Os canais apropriados para o encaminhamento das sugestões e críticas são o telefone, *WhatsApp* e *facebook*. Entretanto, dadas as particularidades da distribuição do jornal – feita pela equipe da ACC, casa a casa – esse corpo a corpo se revela como uma característica única desse tipo de mídia. Nenhum outro veículo de comunicação viabiliza essa relação direta, pessoal, informal e cotidiana, dada por essa forma divulgação. Sendo a maioria dos envolvidos residentes, e os demais possuem envolvimento profissional com as favelas e conjuntos habitacionais locais, não raro a equipe da Agência é abordada nas ruas por moradores, de todas as idades, com os mais variados comentários. Dessa intimidade resulta um *feedback* extraordinário, tão valioso e produtivo quanto os tradicionalmente conhecidos.

Retorno ao Gabriel Simões<sup>120</sup>, reproduzindo parte do Resumo da sua dissertação, que utilizou pesquisa documental e entrevistas com membros da ACC para se realizar, e foi apresentada para avaliação no dia 15 de dezembro de 2015.

A Fundação Oswaldo Cruz tem apoiado iniciativas voltadas para a redução das desigualdades e iniquidades sociais, e que adotam a participação social como ferramenta para o empoderamento. Dentre os projetos apoiados pela Fiocruz, a Agência de Comunicação Comunitária de Manguinhos é um projeto que se propõe a envolver os beneficiários em suas etapas de elaboração e desenvolvimento. Tendo em vista isso, o objetivo dessa pesquisa é analisar de que maneira ocorre o processo de participação social no projeto da Agência de Comunicação Comunitária de Manguinhos, apoiado pela Fiocruz.

A partir dessa definição introdutória, Gabriel Simões nos apresenta a seguinte análise, registrada no tópico 5, Conclusão, página 103

A discussão teórica realizada e os dados obtidos neste estudo permitem concluir que o projeto da Agência de Comunicação Comunitária de

---

<sup>120</sup> SIMÕES, Gabriel Lima. A participação social em projetos apoiados pela Fundação Oswaldo Cruz: uma análise sobre a Agência de Comunicação Comunitária de Manguinhos. 2015. 119p. Dissertação de Mestrado em Gestão e Estratégia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.



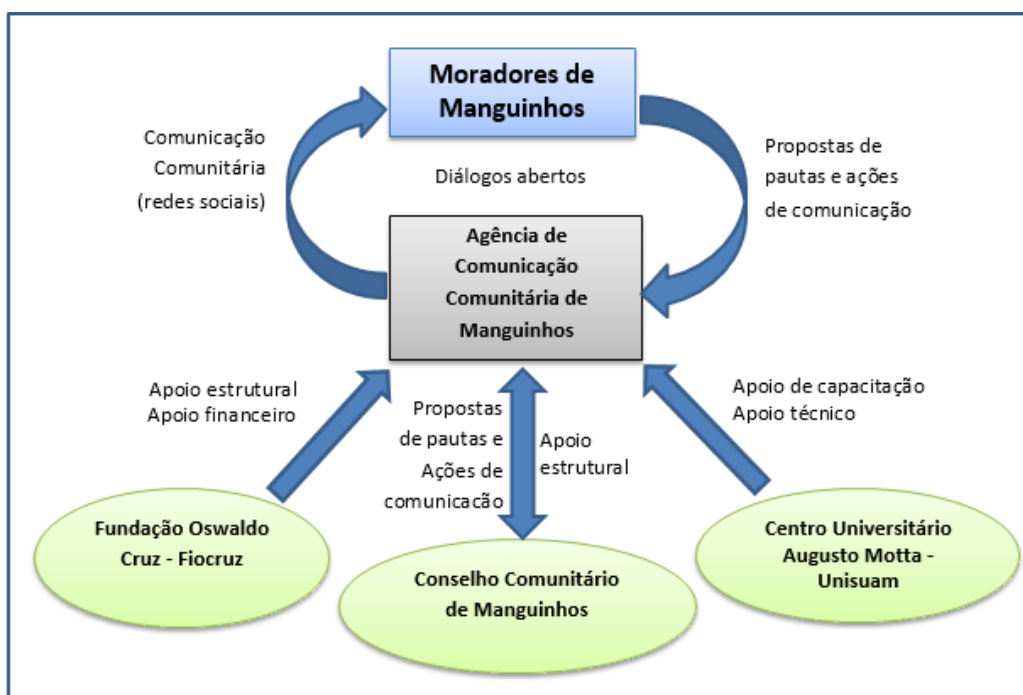
Manguinhos apresenta condições para que se tenha a participação social como estratégia de realização das suas etapas. Observou-se que, desde o momento da sua formulação, o projeto buscou envolver os moradores do território nas discussões, nos processos de tomadas de decisão e no acompanhamento dos resultados obtidos pela Agência. (...)

Observou-se que a Agência de Comunicação Comunitária de Manguinhos apresenta características equivalentes aos princípios defendidos pela Coordenadoria de Cooperação Social. Tendo surgido em meio a debates e demandas da própria população de Manguinhos, os relatos demonstram que este projeto incorpora a participação social como uma ferramenta importante para o desenvolvimento das suas atividades. A pesquisa aponta que os moradores do território atuam diretamente nas discussões e tomadas de decisão, expondo suas opiniões e prioridades, e, por muitas vezes, auxiliando na execução das atividades.

Fatores encontrados na literatura, como a importância da constituição de parcerias para execução de projetos sociais, são verificados no projeto da Agência a partir da parceria estabelecida entre os moradores e as instituições que atuam em Manguinhos, em especial o Conselho Comunitário de Manguinhos e a Fundação Oswaldo Cruz. No início do projeto a Fiocruz deu apoio financeiro para custear algumas ações do projeto, porém atualmente sua colaboração concentra-se no apoio estrutural nos debates e na gestão da Agência. O Conselho Comunitário, entretanto, chega a fundir-se com a Agência, sendo o espaço onde maioria das discussões acontece, representando, por meio de apoio estrutural, o maior elo entre os moradores e o projeto.

Os resultados obtidos pelo projeto, sobretudo no campo da comunicação comunitária, denotam a efetividade da participação social como estratégia para o alcance de transformações qualitativas no cotidiano da população. O fato de o projeto incorporar os moradores do território nas discussões de todas as suas etapas tem proporcionado a aproximação entre as ações desenvolvidas e as reais demandas da comunidade.

A análise acima é ilustrada pelo desenho abaixo:



Fonte – Simões, 2015, p.101

Por fim, o autor destaca que

Pensar e promover a participação social em meio a um complexo de favelas, resgatando a comunicação entre comunidades historicamente segregadas, tem aberto portas para o fortalecimento da cidadania e empoderamento a sociedade para enfrentar os desafios e ir busca de alternativas para a melhoria de sua qualidade de vida. O projeto da Agência de Comunicação Comunitária de Manguinhos é exemplo de como a articulação social pode ser determinante na conquista de direitos sociais e na solução dos problemas que afetam a comunidade. (...) (Simões, 2015, p.104)

## Conclusão

Finalizo essa dissertação com análises produzidas pela experiência da Agência de Comunicação Comunitária, objeto da dissertação em tela, que consolidei em cinco questões. Em primeiro lugar, destaco que a ACC, desde o início, buscou se apresentar para o conjunto das instituições públicas, privadas e organizações sociais. Considerando a sua composição – ampla o suficiente para não se deixar aplicar nenhum tipo de rótulo político, ideológico ou faccioso – a sua prática – observada pelo conteúdo e pela forma de abordagens das suas pautas – e a opinião dos seus membros sobre o tema, percebe-se a importância dada a construção de parcerias. São essas ramificações que apoiam o grupo da Agência na superação dos obstáculos do dia a dia, de qualquer natureza. A análise do desempenho desse grupo revela que são as redes articuladas que têm garantido respaldo e sustentabilidade das ações.

Quanto a isso, dificilmente alguém discordará da necessidade de se manter um conjunto de relações na sociedade, constituídas não só pela expectativa de financiamentos, mas por pessoas e organizações com objetivos e preocupações similares, que possam ajudar a refletir sobre a prática e contribuir, com expertise própria, para vencer as dificuldades encontradas. Ninguém se oporá a essa análise. Mas, com a mesma convicção, também pode-se dizer que poucos dedicam seu tempo para tal. Nem internamente, na construção da necessária solidez do grupo, nem externamente, buscando aqueles que praticam a democratização das comunicações. Pode-se dizer que em vários momentos da história da ACC faltaram condições materiais para a melhor realização da sua missão. Mas em nenhum parece ter faltado perspectiva. A construção da equipe de trabalho e de parcerias são quesitos de tamanha grandeza, que merecem destaque nessas considerações finais, para que fique registrado o valor desses comportamentos.

Outra questão que merece atenção, na análise das ações de comunicação comunitária, é a relevância que elas têm para o ambiente onde se realizam. A busca por afinar o discurso contido nas mídias produzidas com o que é significativo para as comunidades do Complexo, é uma preocupação permanente na Agência. Evidentemente, ninguém conseguirá refletir as distintas maneiras de pensar o mundo encontradas lá. Mas, trata-se de contemplar a diversidade daqueles que desenvolvem ações que contribuem para a melhoria da qualidade de vida, de forma integrada à cidade e pela perspectiva da cidadania. Esse é um objetivo que une os que se empenham para o sucesso da ACC. São eles que, com o respaldo social necessário, podem perpetuar as atividades dela. Nenhuma atitude doutrinária, descolada dos interesses coletivos e desrespeitosa perante os que não pensam parecido, por mais bem-intencionada que seja,

alcançará a consistência necessária para resistir ao entrechoque com as divergências presentes nas comunidades.

O fato de uma pessoa conhecer os problemas da sua favela, não significa que ela reconheça a república e a democracia representativa / participativa como o caminho capaz de resolvê-los. E agem, assim como os que reconhecem, de acordo com as suas consciências. Portanto, é o trabalho de mobilização das redes locais, com o convencimento dos moradores e instituições sobre as oportunidades do caminho proposto, que se associará aos apoios externos e a intenção de manter projetos dessa natureza.

Assim, a terceira questão diz respeito ao sucesso do Conselho Comunitário de Manguinhos (CCM), do Conselho de Saúde (CGI) e da Rede Manguinhos Sustentável (RMS). A meu ver, isso definirá o êxito da ACC, conforme a proposta original. Destaco a relevância do CCM e do CGI nesse contexto, uma vez que a RMS também depende do desenvolvimento deles. Na medida que os moradores consigam constituir / reforçar atores coletivos de promoção direitos que (i) funcionem como colegiados dessa comunidade - maior que 50 municípios do Estado (Censo IBGE / 2010) – e atuem nas inconsistências dos poderes executivo e legislativo no território; (ii) ocupem os espaços das políticas públicas: orçamentos municipal, estadual e federal, editais, secretarias de governos, fóruns e fundos de políticas sociais; e (iii) viabilizem melhorias materiais e imateriais, pode-se prever que a ACC se manterá enquanto criatura e criadora desse sistema, gravitando em torno dos projetos de desenvolvimento econômico e social implementados.

O CCM e o CGI são o início e as incubadoras dos grupos citados no parágrafo anterior, idealmente formados por cultura e prática cidadãs, articulados e articuladores de redes de organizações sociais, onde buscarão complementar saberes, vivências e recursos capazes de promover uma nova governança local. No caso em questão, os Conselhos precisam ocupar não o espaço deixado pela ausência do Estado, mas pelas insuficiências do Estado Democrático de Direito, observadas abaixo.

A quarta questão é conjuntural. O Complexo de Manguinhos é, hoje, palco de disputa de distintos projetos políticos. Para efeito do debate aqui proposto, apresentarei três deles, de modo sintético. Pode-se dizer que o primeiro é representado por um modelo de Estado com as características que se conformam, e resultam, das ambiguidades e permeabilidades com a ilegalidade; o segundo é definido, exclusivamente, pelos interesses dessa ilegalidade, representada pelo tráfico, milícia etc. E o terceiro projeto é apresentado por uma ‘cidadania

insurgente’ (HOLSTON, 2013)<sup>121</sup>, com atuação nas brechas possíveis pelas contradições e os choques entre os dois primeiros. Observando o mundo, vemos que ele não nos apresenta prazo para que essa disputa tenha um vencedor final. Entretanto, na torcida ou dentro do campo, ninguém é insensível aos resultados parciais dessa competição que opõe representantes de novas civilidades aos representantes de novas barbaridades, definidos pelas formações históricas de cada período. A ACC tem um lado. Está associada a um dos projetos e não ficará imune aos avanços e retrocessos dele.

Por fim, a quinta questão. Condizente com o desejo manifestado durante todo o texto, de dialogar também com as demais experiências desse campo, me reportarei a Jose Murilo de Carvalho quando, no prefácio de ‘A favela fala’ (2003, p.7) afirma que cada comunidade tem uma identidade definida pela(o) “época de fundação, composição dos habitantes iniciais, tipo de ocupação, economia, rede de relações sociais, estilo de liderança e, em anos mais recentes, facção de traficantes de drogas”. As favelas e conjuntos habitacionais do Complexo de Manguinhos não fogem à essa definição. Também possuem inúmeras diferenças entre si, e entre si e as demais localidades assim denominadas. Mas, possuem semelhanças. Em relação às favelas, são lugares que

(...) durante muito tempo foram esquecidas pelas administrações municipais e estaduais, apresentavam carência quase total de serviços públicos, seu contato com o poder público se dava quase somente via repressão policial, foram vítimas de discriminações e preconceitos por parte da cidade organizada e bem atendida, só apareciam na mídia por ocasião de desgraças e naturais ou manifestações de violência. (Carvalho 2003, p.7)

Portanto, nos casos do CCM, do CGI, da Agência de Comunicação e da RMS, pode-se dizer que as características incomuns, encontradas nessas propostas, são próprias das singularidades do lugar onde nascem, embora a motivação seja a mesma de outras áreas de baixa renda, elevada densidade populacional e limitados direitos republicanos: superar as condições constrangedoras da vida. A essa observação acrescento, ao dito por Carvalho, que a manifestação das desigualdades – aqui analisadas pelos IDS / PCRJ - e oportunidades – nem todas contam com uma FIOCRUZ nos limites - não se repetem. Se os fundamentos participativos, estruturantes e emancipadores podem se igualar, a concepção e implantação dos

<sup>121</sup> “As mesmas forças que de fato fragmentaram e dominaram os pobres rurais, reduzindo sua existência a ‘meras vidas’, incitam os pobres urbanos a exigir uma vida de cidadão. No entanto, não é na fábrica, ou nas salas e sindicato ou nas urnas de votação que eles articulam essa exigência com mais força e originalidade. É no domínio do *oikos*, na zona da vida doméstica, tomando forma nas remotas periferias urbanas em torno da autoconstrução de residências. É uma insurgência que começa com a luta pelo direito a uma vida cotidiana na cidade merecedora da dignidade de cidadão” (HOLSTON, 2013, p.401)

projetos devem observar as peculiaridades, as personalidades e os grupos. Sem desconsiderar as lições dos outros territórios. E aqui se apresenta a relação com a experiência analisada.



## Referências Bibliográficas

- ABREU, M. **A evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1987.
- AGAMBEM, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo. Ed. Boitempo, 2003.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; E PASQUINO, Gianfranco, **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993; BRASIL.
- BRANT, João. **Por que e como se limita a propriedade cruzada**. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=25290>. Acesso em 27 de dezembro de 2015.
- BODSTEIN, Regina; ZANCAN, Lenira; RAMOS, Célia Leitão e MARCONDES, Willer Baumgarten. Avaliação da implantação do programa de desenvolvimento integrado em Manguinhos: impasses na formulação de uma agenda local. **Ciência & Saúde coletiva [online]**. 2004, vol.9, n.3, pp. 593-604
- BURGOS, Marcelo Baumann. **Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas nas favelas do Rio de Janeiro**. In: ZALUAR, Alba; Alvito, Marcos (org.). Um século de favela, 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- CARMINATI, Thiago Zanotti. **Imagens da favela, imagens pela favela: representações de si e de outro nas imagens do povo**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.
- CARVALHAL, Antônio Carlos de Oliveira. **Comunicação Comunitária: uma releitura dos principais conceitos**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da PUC-RS. Porto Alegre, 2010.
- CAVALCANTI, Mariana. **À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da ‘PACificação’**, DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 6 - no 2 - ABR/MAI/JUN 2013 - pp. 191-228.
- CAVALLIERI, Fernando e LOPES, Gustavo Peres. **Índice de Desenvolvimento Social: Comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro**. In Armazém de Dados. Instituto de Urbanismo Pereira Passos, abril de 2008. Disponível em [http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/2247\\_%EDndice%20de%20desenvolvimento%20so](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/2247_%EDndice%20de%20desenvolvimento%20so).

CHAGAS, Viktor. **Por que o jornalismo cidadão é cidadão? História das mídias e jornalismo cidadão de base comunitária na Maré.** Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais / Fundação Getúlio Vargas, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder – uma análise da mídia.** Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2010.

**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 24 de abril de 2015.

FERNANDES, Tania Maria [e] COSTA, Renato Gama-Rosa. **Histórias de pessoas e lugares: Memórias das comunidades de Manguinhos.** Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2009.

FREIRE, Paulo. **“Extensão ou Comunicação?”** Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1983.

GAMA, Fabiene de Moraes Vasconcelos. **A auto-representação fotográfica em favelas: Olhares do Morro.** Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ. Rio de Janeiro, 2006.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente.** São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 2013.

GRYNZPAN, Mario; PANDOLFI, Dulce. **Memória de favelas, em favelas: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória. Rio de Janeiro.** In: Direitos e cidadania: memória, política e cultura. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2007.

GRYNSZPAN, Mario; PANDOLFI, Dulce. **A favela fala.** Rio de Janeiro. FGV Editora, 2003.

GRYNSZPAN, Mario; PANDOLFI, Dulce. **Poder público e favelas: uma relação delicada.** In: Oliveira, Lucia Lippi(org.) **Cidade: história e desafios.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

KUPPER, Adam. **Cultura, diferença e Identidade.** In: Cultura: a visão dos antropólogos. Bauru: EDUSC, 2002.

KUSCHNIR, Karina. O cotidiano da Política. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2000; GOMES, Angela de Castro. **Direitos e cidadania: memória, política e cultura.** Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2007.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Comunicação e regulação na editoração multimídia: um enfoque histórico.** In: (ORGS) SARAIVA, Enrique; MARTINS, Paulo Emilio; PIERANTI, Octavio Penna. **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.



LO BIANCO, Mila. **O PAC-Manguinhos: Política urbana, usos e representações da cidade.** Monografia (conclusão de curso), Escola de Ciências Sociais e História, CPDOC, FGV, 2012.

MACEDO, Marcelo Hernandez. **Notas sobre o conceito de comunidade, comunicação comunitária e dialogia.** Mimeo, 2012.

MARSHALL T.H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. **URBANIZAÇÃO DE FAVELAS: A EXPERIÊNCIA DO PAC.** Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/166/titulo/urbanizacao-de-favelas->

MISSE, Michel. **O movimento: a constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência.** In: Drogas e pós-modernidade: Faces de um tema proscrito. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.** Conferência na Academia Brasileira de Letras, em 3 de julho de 2008.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em <http://www.dudh.org.br/declaracao/> Visitada em 26 de abril de 2015.

PANDOLFI, Dulce. **REPENSANDO o Estado Novo.** Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro. FGV Editora, 2005.

PAIVA, Raquel e BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e Cultura das minorias.** São Paulo. Ed. Paulus, 2005.

PERUZZO, Cicilia M.K. **Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos.** Contemporânea (UFBA. Online), v. 11, p. 161-181, 2013.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Estrutura gestão compartilhada no Complexo de Manguinhos: proposta técnica.** Eixo: DS. Trabalho Social. Rio de Janeiro, RJ, 2010.18p.

ROCHA, Lia de Mattos. **Uma favela diferente das outras? Rotina, silenciamento e ação na favela do Pereirão, RJ.** Ed. Quartet, 2013.

SIMÕES, Gabriel Lima. **A participação social em projetos apoiados pela Fundação Oswaldo Cruz: uma análise sobre a Agência de Comunicação Comunitária de**

**Manguinhos.** 2015. 119p. Dissertação de Mestrado em Gestão e Estratégia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SOVIK, Liv. **A branquitude e o estudo da mídia brasileira: algumas anotações com base em Guerreiro Ramos** In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. Comunicação e Cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005.

TELLES, V.S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal.** Belo Horizonte - Editora Fino Traço – ARGUMENTVM, 2010

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Descentralização político-administrativa, gestão social e participação cidadã.** In Dallabrida, Valdir Roque (org.). Governança Territorial e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2011.

\_\_\_\_\_; Cançado, Airton Cardoso; Pereira, José Roberto. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma.** Curitiba, Editora CRV, 2013.

TRINDADE, Claudia Peçanha da. **Não se faz omelete sem quebrar os ovos: Política pública e participação social no PAC Manguinhos, Rio de Janeiro.** Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, 2012.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: Do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

VIVES, Regina Celia Azevedo. **Quem faz uma rádio comunitária? Estudo de caso em uma favela da Zona Oeste do Rio de Janeiro.** Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais / Fundação Getúlio Vargas, 2009.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada.** Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2005.

## Anexos

Anexo 1 – Matéria do Jornal Fala Manguinhos! intitulada “Juntos somos fortes!”

# Fala Manguinhos!

Rio de Janeiro - Dezembro/Janeiro de 2015 - Distribuição Gratuita

Notícias e Serviços para o Complexo de Manguinhos



**Pela união de todos do  
Complexo de Manguinhos!**



**Favela  
Criativa:  
arrasamos**



**Ballet de  
Manguinhos**

**Veja nesse número:**

**Cursos profissionalizantes:  
inscrições abertas**

**Favela Gastrô:  
renda com comida**

**Jovens: a rapaziada  
que vai a luta**

## Fala Manguinhos!

Notícias e Serviços para o Complexo de Manguinhos



**E**xistem várias opiniões sobre quais são as favelas e os conjuntos habitacionais do Complexo de Manguinhos. Mas todos concordam que existem, aproximadamente, 15 comunidades, e que cada uma delas tem sua história e particularidade.

Durante décadas, a nossa área foi dividida pelo muro da linha do trem, construído por volta de 1970. Este muro tem muitas histórias curiosas, pelo fato de ter causado, também, uma grande divisão na 'cabeça' das pessoas. De um lado "Manguinho" – como

## Pela união de todos do Complexo de Manguinhos!

eu e muitos chamavam – e do outro, "Mandela". Nesse período, os moradores daqui, apesar de viverem no mesmo espaço da cidade, tinham dificuldade em se reconhecer como pessoas com as mesmas necessidades de água, luz, lazer, educação, transportes, saúde etc. Era como se fossem

duas realidades, independentes uma da outra, ao invés de uma só.

Caren Cristina, 26 anos, moradora do Parque João Goulart falou sobre o muro da linha do trem:

"O muro dividia a favela no meio e em muitos momentos provocava rixas entre um lado e

outro. Depois que o muro caiu, a comunidade ficou mais aberta e o acesso melhorou muito! (...) Porém, a única melhora que vimos com a derrubada do muro foi mesmo a acessibilidade, pois fora isso, tudo continua na mesma. Podemos apenas dizer que temos uma visão melhorada de espaço."

Outros moradores relatam que antes da queda do muro, atravessar para o 'outro lado' causava, entre tantas coisas, receio, por não conhecerem. O melhor era evitar o caminho.

Leonardo, 29 anos, morador da comunidade Mandela 1 diz:

6 Rio de Janeiro – Dezembro/Janeiro de 2015 – 9ª Edição



## Fala Manguinhos!

Notícias e Serviços para o Complexo de Manguinhos

"Até nas horas de lazer, apesar de não haver proibição para atravessar para o outro lado, ambas comunidades tinham seus próprios bailes funks, pagodes, campos de futebol entre outras coisas que permitiam a diversão. Uma das coisas que deixavam claro essa divisão territorial, eram os campeonatos de futebol na favela. Os lados tinham seus times, que ao se encontrarem em torneios, seus torcedores vinham juntos e a provocação rolava solta".

Com as obras do PAC e a elevação da linha férrea, no lugar do muro constrói-se uma via pública e uma área de lazer. E a integração do nosso Complexo se tornou mais fácil.



Imagens atuais da obra do PAC, abaixo da linha do Trem

**Depois que o muro caiu,  
a comunidade ficou mais aberta  
e o acesso melhorou muito**



Vista da Estação do Trem

O Jornal Fala Manguinhos! definiu, desde o primeiro número, as intenções de "contribuir para a integração das favelas e a integração das favelas à cidade" e de "incentivar a formação e fortalecer organizações comunitárias e suas redes". Para nós, essas duas propostas viabilizam o compromisso, também apresentado na primeira edição do Jornal, de "contribuir para a melhoria das condições de moradia - Saúde, Educação, Transportes, Saneamento etc - do Complexo de Manguinhos".

Como sabemos, existem situações que atingem uma área da favela ou conjunto habitacional - um pequeno cano de água estourado, um poste sem luz etc. - e que para essas, a solução pode ser encontrada pela mobilização dos moradores do entorno e suas organizações.

Mas acreditamos que os grandes problemas - aqueles que atingem a maioria dos moradores - só serão resolvidos com a ampla participação dos que sofrem com eles. Por isso apoiamos, dentre outros, o Conselho Comunitário de Manguinhos e o Conselho de Saúde (CGI). São reuniões onde moradores, representantes dos governos federal, municipal e estadual, das empresas e organizações sociais se encontram para apresentar soluções para as maiores dificuldades locais.

Nesse sentido, não cabe nenhum tipo de divisão entre aqueles que vivem o problema. Estamos convencidos: só a união dos moradores das favelas e conjuntos habitacionais do Complexo de Manguinhos criará uma força capaz de melhorar nossa vida, nossa região e nossa cidade.

Por Leo Sabral

Rio de Janeiro - Dezembro/Janeiro de 2015 - 9ª Edição



## **Anexo 2 – Lista de equipamentos e serviços do Complexo de Manguinhos**

### **1. Área Cultura**

#### **Biblioteca de Saúde Casa Viva**

R. Dr. Luiz Gregório de Sá, 46

#### **Biblioteca Parque de Manguinhos**

Av. Dom Helder Camara, 1184

#### **Bloco Discípulos de Oswaldo**

Ensaio na Rua Castro Tavares, em frente ao Bar do Chico, situado na comunidade do Amorim, local de concentração do bloco no dia do desfile.

#### **Ecomuseu de Manguinhos (Ponto de Cultura)**

R. Dr. Luiz Gregório de Sá, 46 - Vila Turismo

#### **Espaço Casa Viva**

Rua Capitão Bragança, nº 142 - Vila Turismo

#### **Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos de Manguinhos**

Av. dos Democráticos, nº 32 - Vila Turismo

#### **Herança Negra Arte de Negro**

Praça Américo Junior, nº 01

#### **Associação Cultural Danças, Tranças e Picaretas (Danças Populares e Festas Juninas)**

Rua do Vinte

### **2. Área Educação**

#### **2.1 Ensino Médio**

##### **Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Villa**

Av. Dom Hélder Câmara, nº 1184

##### **Colégio Estadual Professor Clóvis Monteiro**

Av. dos Democráticos, nº 271

**Colégio Estadual Washington Luiz**

Av. dos Democráticos, nº 683

**Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/ FIOCRUZ)**

Av. Brasil, nº 4365

## 2.2 Ensino Fundamental

**Centro Integrado de Educação Pública Presidente Juscelino Kubitschek**

Rua Leopoldo Bulhões, nº 952

**Escola Municipal Albino Souza Cruz**

Av. dos Democráticos, nº 26

**Escola Municipal Brício Filho**

Av. Dom Helder Câmara, nº 1496

**Escola Municipal Dom João VI**

Rua Darke de Matos, nº 166

**Escola Municipal Ema Negrão de Lima**

Estrada de Manguinhos, nº 04

**Escola Municipal Estado da Guanabara**

Rua Lourenço Ribeiro, nº 31

**Escola Municipal Ministro Orosimbo Nonato**

Rua Darke de Matos, nº 152

**Escola Municipal Oswaldo Cruz**

Av. dos Democráticos, nº 683

**Escola Municipal Professora Maria de Cerqueira e Silva**

Rua Leopoldo Bulhões, nº. 800

**Centro Educacional Lemos da Silva**

Rua Sizenando Nabuco, nº 474

**Centro Educacional Meu Primeiro Amor**

Rua Luiz Gregório de Sá, nº 29

**Jardim Escola Lápis de Cor**

Rua Leopoldo Bulhões, nº 700, quadra 39, casa 17

## 2.3 Creches

**Creche Municipal Chico Bento**

Rua Leopoldo Bulhões, 800

**Creche Municipal Manguinhos**

Rua Leopoldo Bulhões, 952

**Creche Municipal Samora Machel**

Rua Leopoldo Bulhões, nº.700

**Creche Sociedade Independente de Cultura e Aprendizagem de Manguinhos**

Rua Dr. Luis Gregório de Sá, nº 33

**Creche Comunitária da Associação de Moradores do Parque João Goulart**

Rua Nossa Senhora dos Navegantes, nº 03

**Creche Comunitária Lar Irmão Francisco**

Rua Sizenando Nabuco, nº 111

**Creche Escola Pingo de Gente**

Rua Leopoldo Bulhões, nº 700

**Centro Presbiteriano Beneficente**

Rua General Galiene, nº 156

**Centro Educacional da Comunidade Agrícola de Higienópolis**

Av. Novo Rio, nº 10, casa 19

## 2.4 Programas e iniciativas sócio pedagógicas

**Programa de Vocação Científica**

Av. Brasil, 4365 – Manguinhos

**Pré-Vestibular Comunitário de Manguinhos**

Av. dos Democráticos, nº 896

**Pré-Vestibular Construção**

Av. Brasil, 4365



**Programa de Educação de Jovens e Adultos – PEJA (Pólo I)**

Rua Dr. Luiz Gregório de Sá, nº 46

**Programa de Educação de Jovens e Adultos – PEJA (Pólo II)**

Av. Brasil, 4365

**Projeto Crescendo com Manguinhos**

Rua Capitão Bragança, n. 142 / Rua Sizenando Nabuco, 111

**Projeto Fazendo e Aprendendo II**

Av. Brasil, n. 4036, sala 205

**Projeto Tecendo Redes por um Planeta Saudável**

Museu da Vida / FIOCRUZ

**Centro Vocacional Tecnológico (Fundação de Apoio à Escola Técnica)**

Rua Leopoldo Bulhões, nº 530

**Curso de Formação de Monitores para Museu**

Museu da Vida / FIOCRUZ

### 3. Área Recreação

**Cacareco Futebol Clube**

Rua Samir Jorge, nº 12

**Centro Poliesportivo de Manguinhos**

Av. Dom Helder Câmara, 1184

**Centro de Referência da Juventude**

Av. Dom Hélder Câmara, 1184

**Futebol Clube**

Rua Pau Brasil

**Grêmio Rio-Petrópolis Futebol Clube**

Rua Carlos Chagas, nº 126

**La Maquina Futebol Clube**

Praça Américo Júnior, S/N

**Misto Futebol Clube**

Rua Jacinto, n. 94

**Iniciativa Trabalho Social Infantil**

Rua Leopoldo Bulhões, n.800,

**Projeto Esporte, Cultura e Cidadania**

Quadras esportivas do campus da FIOCRUZ

**Projeto Gênesis**

Rua Luís Gregorio de Sá 17/18

#### 4. Área Associativismo

**Associações de Moradores dos Conjuntos** Nelson Mandela; Samora Machel; Ex-Combatentes; Casa da Moeda, Tiradentes; EMBRATEL; DESUP, Nova CCPL; Centro Habitacional Provisório II (CHP II), Parque Proletário João Goulart.

**Associações de Moradores das Favelas** Vila União, Vila Turismo, Parque Oswaldo Cruz (Amorim); Comunidade Agrícola; Vila São Pedro; Parque Carlos Chagas (Varginha); Green Ville.

**União Ativista Defensora do Meio Ambiente**

Rua Castro Tavares, n.101, loja 03

**Rede Centro de Cooperação e Atividades Populares**

Rua Dr. Luis Gregório de Sá, nº 46

**ONG Renascer Brasil**

Rua Frederico Albuquerque

**Laboratório de Direitos Humanos de Manguinhos**

Rua Dr. Luiz Gregório de Sá, Nº 46

**Instituto de Ação Social Esporte e Educação**

Rua Humboldt, nº 322

**Associação de Mulheres em Ação**

Rua Capitão Bragança, nº. 305

### **Associação de Mulheres da Comunidade Agrícola de Higienópolis**

Av. Novo Rio, nº10, casa 19

#### **5. Área Assistência Social e Trabalho**

##### **Casa do Trabalhador** (Sistema Nacional de Emprego / SINE)

Av. Dom Hélder Câmara, 1184

##### **Fundação Leão XIII**

Av. dos Democráticos, 30

##### **Centro de Promoção Social Abrigo Cristo Redentor**

Av. dos Democráticos, nº. 1090

##### **Centro Comunitário de Defesa da Cidadania**

Rua Leopoldo Bulhões, nº. 952

##### **Casa de Passagem Ana Carolina**

Av. dos Democráticos, nº. 1090

#### **6. Área Religiosa**

Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Assembleia de Deus é Fiel (Matriz), Igreja Assembleia de Deus, Igreja Assembleia de Deus Clama a mim Responder-te-ei, Igreja Presbiteriana Adonai, Igreja do Evangelho Quadrangular, Centro Espírita Irmão Francisco, Igreja Presbiteriana do Brasil, Igreja Metodista Congregação do Mandela, Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Igreja Batista da Libertação, Capela São José Operário, Igreja Brasil para Cristo, Primeira Igreja Batista de Manguinhos, Paróquia Santa Bernadete, Capela São Daniel Profeta, Primeira Igreja Batista de Higienópolis, Capela São Miguel Arcanjo, Igreja Assembleia de Deus Congregação Fonte do que Clama, Igreja Pentecostal Casa do Senhor, Igreja Assembleia de Deus Fonte da Vida, Associação Espírita São Francisco de Assis, Igreja Assembleia de Deus Fonte Eterna, Igreja Assembleia de Deus Vila da Vitória.

#### **7. Área Saúde**

##### **Centro de Saúde Escola Germano Sinval Farias**

Rua Leopoldo Bulhões, 1480

##### **CSE Manguinhos**

Rua Leopoldo Bulhões, 1480

**Clínica da Família Victor Valla**

Rua Leopoldo Bulhões, 1480

**UPA Manguinhos**

Av. Dom Helder Câmara, 1390

### **Anexo 3 – Regimento Interno do Conselho Comunitário de Manguinhos (CCM)**

#### **Conselho Comunitário de Manguinhos**

##### **REGIMENTO INTERNO**

**Art. 1º.** O Conselho Comunitário de Manguinhos é um colegiado que tem como objetivo contribuir para o Desenvolvimento Sustentável das comunidades que compõem o território ampliado de Manguinhos – Conjunto Habitacional Nelson Mandela, Comunidade Mandela de Pedra, Parque Carlos Chagas (Varginha), Conjunto Habitacional Samora Machel, Comunidade CCPL, Conjunto Habitacional dos Ex-Combatentes, Tiradentes e Vila União, Comunidade Vila Turismo, Centro Habitacional Provisório II, Parque João Goulart, Comunidade Agrícola, Parque Oswaldo Cruz (Amorim), Comunidade Vila São Pedro, Condomínio EMBRATEL, Condomínio DESUP e Comunidade Vitória de Manguinhos (CONAB) - de forma integrada à cidade.

**Art. 2º.** O Conselho Comunitário de Manguinhos é um organismo autônomo, propositivo e promotor de ações e diálogos entre moradores, instituições privadas, governamentais e sociocomunitárias.

**Art. 3º.** O Conselho Comunitário de Manguinhos é formado por um representante e suplente das instituições e grupos sociais reconhecidos pelos moradores com atuação econômica, social e cultural nas comunidades citadas no Art. 1º.

**§ 1º.** O Conselho Comunitário de Manguinhos será avaliado pelas oportunidades criadas – para e pelos cidadãos - de (i) mobilização, elaboração, monitoramento e avaliação de projetos coletivos e políticas públicas e (ii) articulação de parcerias.

**§ 2º.** O Conselho Comunitário de Manguinhos convidará um membro da Casa Civil do Governo Municipal e um membro da Casa Civil do Governo Estadual para representarem os Poderes Executivos locais e promoverem articulação com as Secretarias afins.

**Art. 4º.** As decisões do Conselho Comunitário de Manguinhos serão tomadas por consenso dos seus participantes.

**Art. 5º.** O Conselho Comunitário de Manguinhos constituirá uma Comissão Executiva com o objetivo de implementar as suas decisões e tornar pública as suas propostas e debates. A Comissão Executiva se regulará por um rodízio dos coordenadores dos grupos temáticos,

definido pelos temas e projetos pertinentes a cada momento da sua existência, de acordo com os talentos e as áreas de competência das instituições que compõem o Conselho Comunitário de Manguinhos.

**§ 1º.** A Comissão Executiva é uma estrutura dinâmica composta por Coordenadores dos Grupos Temáticos e pelo Secretário Administrativo, responsável pela memória e burocracia do Conselho Comunitário de Manguinhos.

I - Inicialmente os Grupos Temáticos serão os seguintes: 1-Saúde, Esporte e Lazer, 2-Educação e Cultura, 3-Trabalho, Renda e Solidariedade, 4-Urbanismo e Ambiente, 5-Comunicação e Turismo e 6- Assistência Social e Direitos Humanos.

**§ 2º.** Os Grupos Temáticos serão constituídos por moradores e instituições citadas no art. 2º com atuação local nas áreas pertinentes aos debates que eles produzirão, objetivando análises, propostas e articulações que promovam o desenvolvimento sustentável.

I - Os coordenadores dos Grupos Temáticos serão escolhidos pelos membros dos respectivos grupos de acordo com os temas e condição de operacionalização das propostas internas definidas.

**Art. 6º.** As reuniões do Conselho Comunitário de Manguinhos acontecerão a cada dois meses, por convocação da Secretaria Administrativa.

**Parágrafo Único** – As reuniões serão conduzidas por um membro do Conselho, em sistema de rodízio, para coordenar os trabalhos a partir da pauta definida pela Comissão Executiva.

**Art. 7º.** O Conselho Comunitário de Manguinhos convocará uma Assembleia Comunitária a cada dois meses, com o objetivo de debater os seus projetos e ações, ampliar os diálogos entre os moradores, as instituições privadas, as organizações governamentais e sociocomunitárias e envolver novos parceiros.

**Parágrafo Único** – Para cumprir seu objetivo de forma ampla, participativa e democrática, a Assembleia Comunitária será composta por moradores e instituições presentes nas comunidades referidas no Art. 1º e/ou interessados no Desenvolvimento Sustentável do Território Ampliado de Manguinhos.

I- As reuniões das Assembleias Comunitárias serão presididas e secretariadas por membros indicados pelo Conselho Comunitário de Manguinhos.

**Art. 8º.** As possíveis alterações desse Regimento Interno serão tratadas em uma reunião extraordinária especialmente convocada para este fim pelo Conselho Comunitário de Manguinhos.

**Das Disposições transitórias**

**Parágrafo único -** Até o mês de setembro de 2011 a Secretaria Administrativa será exercida pela equipe técnica do trabalho social do PAC Manguinhos.

## **Anexo 4 – Grupos Temáticos – Objetivos, competências e habilidades**

### **Grupos Temáticos**

#### **OBJETIVO GERAL**

- Subsidiar tecnicamente e elaborar proposições, sobre cada tema, para o Conselho Comunitário.

#### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Sensibilizar e mobilizar atores políticos, sociais e econômicos;
- Monitorar, avaliar e propor Políticas Públicas, partindo do seu tema;
- Atuar como instância integradora e promotora da transversalidade das ações em desenvolvimento no território.

#### **COMPETÊNCIAS**

- Conhecer os fundamentos das Políticas Públicas Sociais;
- Conhecer as políticas, os programas e os projetos governamentais, não governamentais e privados relacionados aos Grupos Temáticos;
- Identificar as principais questões relacionadas ao tema, no território definido;
- Desenvolver capacidade técnica, administrativa e política para a execução dos objetivos propostos.

#### **HABILIDADES**

- Articular parcerias;
- Informar e mobilizar a sociedade sobre os seus objetivos e ações;
- Sensibilizar e facilitar redes locais;
- Propor projetos coletivos que poderão envolver os poderes municipais, estaduais, federais, a iniciativa privada, os organismos internacionais e os demais Grupos Temáticos.
- Propor ações e políticas públicas sociais ao Conselho Comunitário.



## Anexo 5 - Cartaz de lançamento do Conselho Comunitário de Manguinhos

### Conselho Comunitário de Manguinhos

#### Lançamento do Conselho Comunitário de Manguinhos

Este encontro tem como objetivo a apresentação do Regimento Interno e a aprovação dos Grupos Temáticos do Conselho Comunitário de Manguinhos.

**Dia:** 06/07

**Horário:** 17h

**Local:** Centro de Referência da Juventude

**Endereço:** Av.Dom Hélder Câmara,1.184-D-SUP

#### Aguardamos sua presença!

##### Programação

17h | Abertura

18h | Apresentação do Regimento Interno

18h30 | Aprovação dos Grupos Temáticos

19h | Coquetel



Apoio institucional



Colabore com o meio ambiente, não jogue este folheto na rua.

#### Trabalho Social do PAC

Em parceria com você para transformar a comunidade.

## **Anexo 6 - Ata da 1ª Reunião do Conselho Comunitário de Manguinhos**

### **1ª REUNIÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE MANGUINHOS (CCM)**

16/09/2011 – CVT CORREIOS

PAUTA: INFORMES GERAIS; RELATÓRIO DAS ATIVIDADES 06/07 – 16/09

#### **Avaliação**

Depois da reunião de lançamento do Conselho Comunitário de Manguinhos, dia 06/07 no CRJ, onde foram aprovados o Regimento Interno e os Grupos Temáticos (GTs), os membros dos referidos Grupos desenvolveram ações com a perspectiva de (i) definir os Objetivos, Competências e Atividades dos GTs; (ii) capacitar os componentes dos GTs na definição coletiva do ponto anterior; (iii) iniciar o funcionamento dos GTs baseado na seguinte pauta: construção de prioridades; indicação de uma coordenação; e estabelecimento de dia, hora, local e periodicidade dos encontros dos GT'S.

Nesse sentido, os GTs se conduziram com algumas dificuldades e facilidades. As operações policiais no território de Manguinhos, por exemplo, promoveram a desmobilização de algumas reuniões. Por outro lado, o surgimento de novos parceiros, nesse período, ampliou a oportunidade de espaços e horários para a realização das reuniões, facilitando o acesso para os integrantes dos Grupos. Diante desse quadro, os GTs conseguiram avançar no que foi planejado e é esse movimento que será relatado a seguir:

#### **Atividades dos Grupos Temáticos**

1. Grupo de Saúde, Esporte e Lazer – Realizou quatro encontros e cumpriu a pauta definida. O primeiro encontro do GT foi utilizado para o conhecimento dos Objetivos, das Competências e Atividades propostos para o seu funcionamento. O segundo encontro estreitou os laços entre os representantes do esporte/lazer e da saúde e iniciou debates sobre as prioridades para o território envolvendo os dois segmentos. O terceiro e quarto encontros definiram as prioridades do Grupo: Desenvolver uma olimpíada com diversas modalidades esportivas em Manguinhos; e apoiar os movimentos pela construção (i) do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas / CAPS AD e (ii) do espaço de atendimento da Clínica da Saúde. Além disso, o Grupo definiu suas reuniões para as quartas-feiras, quinzenalmente, 16h, na Biblioteca Parque Manguinhos. Para a

coordenação do GT foram indicadas a Sr.<sup>a</sup> Patrícia Evangelista (moradora / TEIASO e a Sr.<sup>a</sup> Graciara Silva (Moradora / Projeto Fábrica de Talentos Furacão).

2. Grupo de Assistência Social e Direitos Humanos - Realizou três encontros e cumpriu a pauta definida. O primeiro encontro do GT foi utilizado para o conhecimento dos Objetivos, das Competências e Atividades propostos para o seu funcionamento. O segundo encontro viabilizou a mobilização de mais atores locais para o Grupo (carta-convite) e o início da discussão de ações a serem realizadas no território. O terceiro encontro definiu as prioridades do Grupo: Promover o diagnóstico dos grupos vulneráveis do território de Manguinhos (crianças, jovens, mulheres e idosos); Promover o processo formativo do GT; Decidir as ações do Grupo. Além disso, o Grupo definiu suas reuniões para as segundas-feiras, quinzenalmente, 16h, na Biblioteca Parque Manguinhos. Para a coordenação do GT foi indicado o Sr. Luiz Soares (Biblioteca Parque/ Morador) e a Sr.<sup>a</sup> Jaqueline Peixoto (Casa da Mulher Manguinhos).
  
3. Grupo de Educação e Cultura - Realizou dois encontros e cumpriu a pauta definida. O primeiro encontro do GT foi utilizado para o conhecimento dos Objetivos, das Competências e Atividades propostos para o seu funcionamento. O segundo encontro definiu as prioridades do Grupo: Promover diagnóstico sobre a Educação no território de Manguinhos; Criar um fórum de Educação; e articular um evento cultural até o final do ano (2011). Além disso, o Grupo definiu suas reuniões para as quartas-feiras, quinzenalmente, 17h, na Biblioteca Parque Manguinhos ou na Capela Santa Bernadete. Para a coordenação do GT foi indicado o Sr. Felipe Eugênio (PEJA Manguinhos / Rede CCAP).
  
4. Grupo de Trabalho, Renda e Solidariedade - Realizou 3 encontros e iniciou o debate da pauta definida. O primeiro encontro do GT foi utilizado para o conhecimento dos Objetivos, das Competências e Atividades propostos para o seu funcionamento. O segundo encontro viabilizou a mobilização demais parceiros para o Grupo e o início da discussão de ações a serem realizadas no território. O terceiro e o quarto encontros não aconteceram. Para a coordenação do GT foi indicada a Sr.<sup>a</sup> Isabela Calheiros (CVT Correios).

5. Grupo Urbanismo e Ambiente - Realizou 3 encontros e cumpriu a pauta definida. O primeiro encontro do GT foi utilizado para o conhecimento dos Objetivos, das Competências e Atividades propostos para o seu funcionamento. O segundo encontro viabilizou a mobilização demais parceiros para o Grupo e o início da discussão de ações a serem realizadas no território. O terceiro encontro definiu as prioridades do Grupo: Atualizar o diagnóstico sobre a questão ambiental em Manguinhos; Promover a Educação Ambiental; Articular (i) a recuperação dos recursos hídricos e de áreas degradadas, e da(ii) coleta seletiva de lixo. Além disso, o Grupo definiu suas reuniões para as sextas-feiras, quinzenalmente, 15h, no CCDC Manguinhos. Para a coordenação do GT foi indicada a Srt<sup>a</sup> Danielle Sanches (Trabalho Social /PAC Municipal) e o Sr. Adenildo Vasconcelos (CRB/Morador).
  
6. Grupo de Comunicação e Turismo - Realizou 3 encontros e cumpriu a pauta definida. O primeiro encontro do GT foi utilizado para o conhecimento dos Objetivos, das Competências e Atividades propostos para o seu funcionamento. O segundo encontro viabilizou a mobilização demais parceiros para o Grupo e o início da discussão de projetos e ações a serem realizados no território. O terceiro encontro definiu as prioridades do Grupo: Mapeamento das comunicações no território; Potencialização dos meios de comunicação existentes, recuperação dos que já existiram e apoio à implantação de novos meios de comunicação. Além disso, o Grupo definiu suas reuniões para as sextas-feiras, quinzenalmente, 15h, no CCDC Manguinhos. Para a coordenação do GT foi indicada a Sr.<sup>a</sup> Aline Batista (Trabalho Social/PAC Municipal) e a Sr.<sup>a</sup> Simone dos Anjos (Moradora / Conselho de Saúde).

## **Anexo 7 - Ata da 2ª Reunião do Conselho Comunitário de Manguinhos**

### **2ª REUNIÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE MANGUINHOS (CCM)**

28/08/2012– CENTRO COMUNITÁRIO DE DEFESA DA CIDADANIA (CCDC VARGINHA)

Pauta: Informes Gerais; Avaliação das ações do Conselho Comunitário de Manguinhos;

Apresentação da Avaliação:

Parte I – o processo de constituição do Conselho Comunitário de Manguinhos;

Parte II – o que é o Conselho Comunitário de Manguinhos?

Parte III – Avaliação:

#### **1. O papel do CCM.**

Dificuldades – incompreensão sobre as definições, posturas e articulações do CCM;

Facilidades – a experiência histórica de Manguinhos.

#### **2. As articulações comunitárias.**

Dificuldades - o momento das organizações e dos movimentos sociais;

Facilidades – a existência das Associações, ONGs e movimentos populares.

#### **3. A articulação com os parceiros externos.**

Dificuldades – a falta de conhecimento, relação institucional e projetos do CCM.

Facilidades – a existência de instituições no entorno e a definição delas por parcerias.

#### **4. A articulação com os governos.**

Dificuldades – a estrutura dos governos (desatualizadas, desarticuladas e não republicanas)

Facilidades – a democracia e os ocupantes dos governos.

#### **5. A articulação com os outros espaços de Políticas Públicas.**

Dificuldades – a novidade das experiências e as disputas por espaço;

Facilidades – as amplas possibilidades constituídas.

#### **6. A articulação interna**

Dificuldades – a desmobilização dos GTs, a inoperância das Coordenações e a fragilidade da Comissão Executiva;

Facilidades – a constituição da Secretaria Administrativa.

#### 7. A violência

Dificuldades – a inconsistência e o ambiente inadequado;

Facilidades -

## Anexo 8 – Matéria do jornal Fala Manguinhos! intitulada “Conhecer para mudar.”

4

Rio de Janeiro - Fevereiro de 2014 - 4ª Edição

Fala Manguinhos!

Notícias e Serviços para o Complexo de Manguinhos



por Jorge Luiz da C. Silva e André Lima.

Assessoria jurídica às mulheres; projeto de educação não formal e atividades culturais com crianças e adolescentes; programa de ensino de jovens e adultos (ensino fundamental e médio); cursos e serviços relacionados ao mercado de trabalho; cursos técnicos para jovens; reuniões comunitárias; grupos de teatro, capoeira, hip-hop, samba; e sarau poético: essas são algumas das atividades que você pode encontrar em Manguinhos, seja na Casa da Mulher, no Espaço Casa Viva, no PEJA-Manguinhos, na Casa do Trabalhador, na Biblioteca Parque, nos encontros do Fórum Social de Manguinhos ou nas ruas das favelas.



Reunião do Grupo de Assistência Social e Direitos Humanos do Conselho Comunitário de Manguinhos.

Com tantas iniciativas positivas, por que os noticiários insistem em anunciar Manguinhos como um lugar onde só existe violência? Foi pensando nisso que um grupo de pessoas se reuniu para discutir formas de dar visibilidade ao que existe em Manguinhos para além da violência, desde instituições e programas governamentais e privados até projetos e ações dos próprios moradores. Estimulados por esta discussão, os membros do Conselho Comunitário de Manguinhos propuseram a construção de um mapeamento cultural, a partir da atualização dos realizados pela Fundação Oswaldo Cruz e pelo Trabalho Social do PAC, que fosse capaz de identificar artistas e coletivos de cultura presentes em Manguinhos. Virgílio dos Santos, coordenador do Coletivo de Integração Artística de Benfica (CIAB), que participou deste movimento, acredita que este trabalho é de grande importância para o território.



Virgílio dos Santos, coordenador do Coletivo de Integração Artística de Benfica (CIAB)



Aqui é o meu lugar!

“O foco principal era encontrar os agentes culturais que atuam na favela, sendo eles um projeto/iniciativa ou um ator, um músico ou artista plástico que desenvolva por recreação ou profissionalmente sua atividade na favela. Isso possibilita a todos nós ter uma visão mais detalhada da cultura regional, entendendo coisas do tipo: como os grupos artísticos/culturais se relacionam, como as tradições são criadas e mantidas, os modismos e afins. Esses ‘retratos’ que o mapeamento revelam trazem informações valiosas sobre o passado e o presente de uma região. Um dos muitos frutos desse movimento de ‘colocar no mapa’ esses achados foi a Mostra Cultural de Manguinhos, que aconteceu em junho de 2013, nitidamente como um dos desdobramentos do Mapeamento Cultural”, disse ele.



O Balé Furacão da Cidadania acontece na Virgínia, na ONG Ensinando, ao lado do campo de futebol do Jairinho.





Fotos: Edilano Cavalcante e Anastácia Santos.

A partir disso, essa ideia, que inicialmente era voltada para cultura, ganha força e amplia seu olhar para as demais iniciativas (instituições religiosas, escolas, creches, equipamentos de assistência social etc.). Nasce então, o Mapeamento Participativo de Manguinhos. A princípio, essa ação vai identificar os atores sociais locais e os serviços que existem no território. O principal objetivo é conseguir contribuir para o desenvolvimento de Manguinhos, através da produção de um diagnóstico comunitário, da articulação e do fortalecimento de redes locais, além da construção de um guia de serviços. “Em um mapeamento procura-se entender melhor como as pessoas se relacionam com o território e o resultado disso é justamente dar visibilidade, destacar e entender como esse relacionamento afeta a vida do coletivo” afirma Virgílio.



Ao longo desta trajetória, os desafios se apresentaram, mas esta iniciativa já demonstrou ser um importante instrumento para o debate sobre o que queremos de Manguinhos. Nesse sentido, perguntado sobre os resultados do mapa cultural, Virgílio conclui que “no caso de Manguinhos, o mapeamento atualizou as fronteiras culturais da favela, revelando que havia muito mais gente produzindo arte e cultura do que se imaginava”.



*“Em um mapeamento procura-se entender melhor como as pessoas se relacionam com o território e o resultado disso é justamente dar visibilidade, destacar e entender como esse relacionamento afeta a vida do coletivo”*



Além disso, também é importante destacar que este trabalho estará sempre inacabado. Apesar de todo esforço feito para mapear o que existe em Manguinhos, não pode se perder de vista que este território possui atividades muito dinâmicas e fluidas. Essa característica exige que o mapeamento tenha um caráter participativo e, para tanto, precisa ter moradores envolvidos na sua elaboração. Dessa forma, o Conselho Comunitário, pensando em garantir o protagonismo local, ainda vem promovendo reuniões abertas para debater a construção desse mapa. Recentemente, o Fala Manguinhos! noticiou o último avanço decorrente desse processo, que agora conta com o apoio do Instituto Pereira Passos, UPP Social, Fundação Oswaldo Cruz, SMH/Inovara, Biblioteca Parque de Manguinhos e Programa Caminho Melhor Jovem. Por fim, vale deixar o recado: se você quer contribuir nessa construção, está convidado para participar do GT Assistência Social e Direitos Humanos, grupo do Conselho Comunitário responsável pela discussão do mapeamento, que tem sua próxima reunião agendada para o dia 14 de março (sexta-feira), às 15h, na Biblioteca Parque de Manguinhos.





Fala Manguinhos!

Notícias e Serviços para o Complexo de Manguinhos

## Mapeamento Participativo do Complexo de Manguinhos

### Passo a passo

O Mapeamento Participativo foi realizado pela união de diversos esforços. A história começa quando se identifica a necessidade de dar visibilidade ao que existe, desde instituições e programas governamentais e privados, até ações dos próprios moradores.

Foi por isso que os membros do Conselho Comunitário de Manguinhos propuseram a construção de um 'mapa cultural', capaz de identificar artistas e grupos presentes nas comunidades. O resultado foi a descoberta de muita gente produzindo arte. Mais do que se imaginava.

A partir disso, a ideia ganhou força. Nasce a proposta do Mapeamento Participativo, que identificou iniciativas pessoais e coletivas locais, além dos serviços de saúde e educação, entre outros, que existem no território. O principal objetivo era contribuir para o nosso desenvolvimento, articulando e fortalecendo as redes locais, além da construção de um guia de serviços.

Manifestaram interesse nesse propósito o Instituto Pereira Passos, da Prefeitura; a Cooperação Social, da Fiocruz; a empresa INOVARA (Trabalho Social/PAC Manguinhos); o Programa Caminho Melhor Jovem; a Biblioteca Parque; o Conselho Comunitário de Manguinhos; o Conselho de Saúde (CGI) e moradores. Constituído o grupo de interessados, tratou-se de definir o modelo de formulário apropriado ao Mapeamento. Para tanto, o Conselho Comunitário apresentou uma proposta que, depois de avaliada coletivamente, tornou-se o questionário utilizado.

Com as perguntas definidas, o grupo organizou a equipe de campo. O

combinado foi que todos os parceiros aplicassem os questionários. Assim, alguns durante o horário de trabalho, e outros nas horas que não estavam trabalhando, contribuíram, sem remuneração extraordinária, para a realização do Mapeamento.

Finalizada a pesquisa de campo, os dados coletados foram digitalizados, com a intenção de torná-los acessíveis para todos. Nesse momento, inicia-se uma conversa entre o Instituto Pereira Passos e a Cooperação Social da

Fiocruz, para a constituição de um banco de dados permanente e aberto ao público. O fruto dessa negociação você conhecerá a seguir.

É importante destacar o que este Mapeamento representa para nós, do Conselho Comunitário. Entendemos que ele é inovador, na medida em que o registro das informações não depende de nenhum 'carimbo' dos governos. Ou seja, dessa

vez é o morador que vai construir a informação e colocá-la no Mapa da Cidade.

Outra coisa importante é o potencial que essa proposta tem de construir uma nova imagem para o território de Manguinhos, constantemente associado, nos noticiários, com a violência urbana.

Pelo exposto, convidamos todos os moradores a colaborar na construção desta nova oportunidade. Apesar do esforço para identi-

ficar o que existe, sabemos que aqui, assim como em todo lugar, possuímos atividades em constante transformação. E isso reforça a exigência do envolvimento, de cada cidadão, na atualização do nosso Mapa. Vamos a ele!



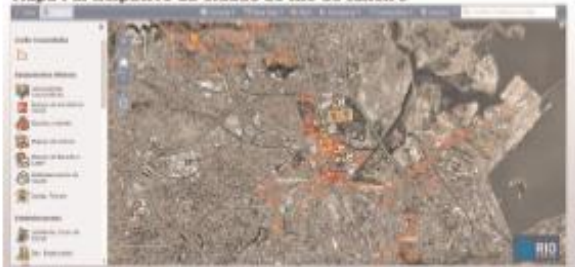
É importante destacar o que este Mapeamento representa para nós

## Fala Manguinhos!

Notícias e Serviços para o Complexo de Manguinhos

- 1** Digite [bit.ly/mapaparticipativo](http://bit.ly/mapaparticipativo) na barra de endereços do seu navegador e aparecerá a seguinte imagem na tela:

Mapa Participativo da Cidade do Rio de Janeiro



- 2** No canto superior à direita, onde está escrito 'Localizar endereço ou lugar', digite Manguinhos. Na tela aparecerá a seguinte imagem do Complexo de Manguinhos:

Mapa Participativo da Cidade do Rio de Janeiro



- 3** Procure no Mapa o lugar que você quer inserir o seu negócio, escola, igreja etc. Para facilitar a busca clique, no seu canto superior esquerdo o sinal de +. Mexa no Mapa – para cima, para baixo, ou para os lados – clicando em cima dele com o lado esquerdo do mouse e arrastando a tela até encontrar o endereço desejado.

Mapa Participativo da Cidade do Rio de Janeiro



- 4** Achou?! Agora clique em "Editor", no canto superior à esquerda. Aparecerá uma nova aba à esquerda. Selecione o ponto que deseja criar e clique em cima dele com o botão esquerdo do mouse.



- 5** Clique para adicionar um ponto no Mapa sobre o lugar que deseja criar seu marcador (escola, academia, associação comunitária etc). Aparecerá um pequeno formulário, que deverá ser preenchido com os dados do lugar/situação.



- 6** Ao concluir o preenchimento, clique no canto superior esquerdo em "Legenda" e aguarde o carregamento da nova informação. Pronto! Você colocou mais uma coisa importante de Manguinhos no Mapa da Cidade. Parabéns!
- 7** Quer saber o que se encontra ao seu lado? É fácil! Clique com o lado esquerdo do mouse em cima do símbolo (casinhas, bolas de futebol, pessoas em pé) que despertou a sua curiosidade, e aparecerá um texto explicando tudo sobre esse lugar.
- 8** Divirta-se conhecendo a sua comunidade. Convide seus amigos e parceiros para se colocarem no Mapa também.

**É de Manguinhos. É da Cidade. É nosso.**

## **Anexo 9 – Regimento interno do Conselho Gestor Intersectorial do Teias-escola Manguinhos**

### **CONSELHO GESTOR INTERSETORIAL DO TEIAS-ESCOLA MANGUINHOS REGIMENTO INTERNO**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA NATUREZA E FINALIDADE**

**Art. 1º** - O Conselho Gestor Intersectorial do Teias-Escola Manguinhos é órgão de instância colegiada e deliberativa e de natureza permanente, criado pelo Colegiado do Teias-Escola Manguinhos e a ele institucionalmente vinculado.

**Art. 2º** - O Conselho Gestor Intersectorial do Teias-Escola Manguinhos tem por finalidade atuar na formulação, monitoramento e controle da execução da política de saúde no âmbito do território do Teias-Escola Manguinhos, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção da participação social em toda a sua amplitude.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DAS COMPETÊNCIAS**

**Art. 3º** - Compete ao Conselho Gestor Intersectorial do Teias-Escola Manguinhos:

I – Promover a integração das instituições de saúde e outros setores, e seus respectivos conselhos de gestão participativa;

II – Avaliar e Deliberar sobre os modelos de atenção à saúde da população e de gestão do Teias- Escola Manguinhos;

III - Aprovar, controlar, acompanhar e avaliar o planejamento Teias-Escola Manguinhos, em consonância com as diretrizes emanadas das Conferências Territoriais de Saúde;

IV - Propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos trabalhadores do Teias-Escola Manguinhos;

V - Criar, coordenar e supervisionar Comissões Intersectoriais e outras que julgar necessárias, inclusive Grupos de Trabalho, integradas por órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil;

VI - Deliberar sobre propostas de normas básicas para operacionalização do Sistema Único de Saúde no âmbito do Teias-Escola Manguinhos;

VII - Estabelecer diretrizes gerais e aprovar parâmetros quanto a política de recursos humanos para a saúde no Teias-Escola Manguinhos;

VIII - Definir diretrizes e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos financeiros do Teias-Escola Manguinhos, oriundos do Contrato de Gestão firmado entre a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e a Organização Social FIOTEC;

IX - Pronunciar-se conclusivamente sobre os relatórios de gestão técnico-financeira apresentados anualmente pelo Colegiado do Teias-Escola Manguinhos;

X – Convocar, juntamente com o Colegiado do Teias, de dois em dois anos, a Conferência Territorial de Saúde;

XI - Articular-se com outros conselhos setoriais, em especial com o Conselho Distrital de Saúde, com o propósito de cooperação mútua e de estabelecimento de estratégias comuns para o fortalecimento dos mecanismos de participação social;

XII - Acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de saúde, visando à observação de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sócio- cultural do território do Teias-Escola Manguinhos;

XIII - Solicitar aos órgãos públicos integrantes do território do Teias-Escola Manguinhos, da AP 3.1 e do Município do Rio de Janeiro a colaboração de servidores de qualquer graduação funcional, para participarem da elaboração de estudos, para esclarecimento de dúvidas, para proferirem palestras técnicas, ou, ainda, prestarem esclarecimentos sobre as atividades desenvolvidas pelo órgão a que pertencem;

XIV - Estimular a participação e o controle popular através da sociedade civil organizada, nas instâncias colegiadas gestoras nas áreas da saúde e demais áreas sociais participantes do Conselho Gestor Intersetorial;

XV – Ter acesso a todas as informações de caráter técnico-administrativo, econômico-financeiro, orçamentário e operacional, sobre recursos humanos, convênios, contratos e termos aditivos, de direito público, que digam respeito à estrutura e pleno funcionamento de todos os órgãos vinculados ao Sistema Único de Saúde;

XVI - Divulgar suas ações e documentações através dos diversos mecanismos de comunicação social, contando para isto com alocação de recursos públicos pelo Teias-Escola Manguinhos e outras instâncias do SUS;

Parágrafo Único: No caso de repasse financeiro, o CGI deverá, conforme pactuado, apresentar ao Colegiado do Teias-Escola Manguinhos relatório financeiro, com os respectivos documentos comprobatórios de entrada e saída de recursos;

XVII – Elaborar, aprovar e, se necessário, alterar o seu Regimento Interno;



## **CAPÍTULO III**

### **DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO GESTOR INTERSETORIAL**

**Art. 4º** - O Conselho Gestor Intersetorial do Teias-Escola Manguinhos tem a seguinte organização:

**1. PLENÁRIO**

**2. COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO (FACULTATIVO)**

**3. SECRETARIA EXECUTIVA**

#### **Seção I**

##### **- Plenário -**

**Art. 5º** O Plenário do Conselho Gestor Intersetorial do Teias-Escola Manguinhos é o Fórum de deliberação plena e conclusiva, configurado por Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, de acordo com requisitos de funcionamento estabelecidos neste Regimento.

#### **Subseção 1**

##### **Composição**

**Art. 6º** A composição do CGI do Teias – Escola Manguinhos garante a paridade dos usuários em relação aos demais segmentos: gestores e trabalhadores. O conselho é composto por 48 conselheiros (24 titulares e 24 suplentes) dos quais: 06 conselheiros titulares + 06 suplentes representantes da gestão; 06 conselheiros titulares + 06 suplentes representantes dos trabalhadores; 12 conselheiros titulares + 12 suplentes representantes dos cidadãos-usuários.

**Art. 7º** No segmento trabalhador da educação, a titularidade ficará com a 4ª CRE e a suplência com a 3ª. CRE. A participação nas reuniões do Conselho será em caráter de rodízio entre dois trabalhadores das escolas locais. Porém, em caso de votação, apenas um voto será computado para este segmento.

Parágrafo único: Todos os representantes, excetuando os representantes da gestão, serão eleitos por meio de votação.

**Art. 8º** A representação dos segmentos (usuários, trabalhadores e gestores) será através de seus representantes, titulares e suplentes, sendo que na ausência do titular nas votações, o suplente o substituirá.

**Art. 9º** Os conselheiros terão mandato de dois anos. Nos casos de desistência ou necessidade de substituição de qualquer conselheiro titular durante a continuidade do mandato, o suplente assumirá a função automaticamente, após confirmação do plenário. No caso de substituição de conselheiro suplente (trabalhador ou usuário), cada segmento realizará assembleias específicas, amplamente divulgadas para nova eleição.

' 1º. As faltas serão atribuídas ao segmento representado e não ao conselheiro (titular ou suplente);

' 2º. Em caso de ausência de conselheiros (titular ou suplente) de um dado segmento, por três reuniões consecutivas ou seis intercaladas durante o mandato, mesmo que justificadas, acarretará falta para o segmento representado;

' 3º. O segmento com excesso de faltas será chamado pelo conselho para analisar a sua representatividade. Na ausência de comparecimento ao plenário, o mesmo declarará a perda do mandato e abertura do processo de escolha de novos conselheiros para o segmento;

' 4º. Após o anúncio de nova eleição, o segmento terá o prazo de 30 dias para convocação e realização de assembleia para a escolha de novos conselheiros para o segmento sem representantes.

**Art. 10º** Para o segmento trabalhador da educação, a substituição será somente dentro do âmbito de cada CRE.

Parágrafo Único: Os conselheiros atuais, dos segmentos usuários e trabalhadores, poderão se candidatar para reeleição, em qualquer segmento. Entretanto, só poderão se reeleger em dois mandatos seguidos, dando após esse período um interstício de um mandato para se candidatar novamente.

## **Subseção II**

### **Funcionamento**

**Art. 11º** O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, 12 (doze) vezes por ano, e, extraordinariamente, por requerimento da maioria absoluta (50% + 1) dos seus membros.

' 1º As reuniões serão iniciadas com a presença mínima de 13 membros representantes dos 24 segmentos do conselho (6 gestão, 6 trabalhador, e 12 usuário)

' 2º Sempre contando com, pelo menos, 01 membro representante da gestão, do trabalhador e do usuário;

**Art. 12º** O Conselho formará uma Secretaria Executiva, composta por apoiadores institucionais, secretária executiva designada pela gestão do Teias-Escola Manguinhos e conselheiros.

**Art. 13º** A Secretaria Executiva terá as seguintes atribuições:

' 1º Apoiar as reuniões do plenário que serão conduzidas de forma rotativa pelos conselheiros;

' 2º Organizar as atividades administrativas relacionadas ao funcionamento do conselho;

' 3º Contribuir com a elaboração das atas, resoluções, recomendações e moções do conselho.

' 4º Acompanhar a manutenção do arquivo do conselho (áudios, vídeos e documentos das reuniões);

5º Preparar a pauta da reunião ordinária enviando-a por e-mail aos conselheiros, pelo menos uma semana antes da reunião do conselho.

**Art. 14º** - A pauta da reunião ordinária constará de: **a)** leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

**b)** informes dos conselheiros e participantes, e apresentação de temas relevantes para o conhecimento do plenário;

**c)** deliberações;

**d)** definição da pauta da reunião seguinte;

**e)** encerramento.

**Art. 15º** - As deliberações do Conselho, observado o quórum estabelecido, serão tomadas pela maioria simples de seus membros.

**Art. 16º** - As reuniões do Plenário devem ser gravadas e das atas devem constar:

**a)** relação dos participantes seguida do nome de cada membro com a menção da titularidade (titular ou suplente);

**b)** resumo de cada informe, onde conste de forma sucinta o nome do conselheiro e o assunto ou sugestão apresentada;

**c)** relação dos temas abordados na ordem do dia com indicação do(s) responsável(eis) pela apresentação e a inclusão de alguma observação quando expressamente solicitada por Conselheiro(s);

**d)** as deliberações tomadas, inclusive quanto a aprovação da ata da reunião anterior aos temas a serem incluídos na pauta da reunião seguinte,

Parágrafo único: as emendas e correções à ata serão entregues pelo(s) Conselheiro(s) na Secretaria

Executiva até o início da próxima reunião que a apreciará.

**Art. 17º** - O Plenário do Conselho pode fazer-se representar perante instâncias e fóruns da sociedade e do governo através de um ou mais conselheiros designados pelo Plenário com delegação específica.

## **Seção II**

### **- Comissões e Grupos de Trabalho -**

**Art. 18º** - Poderão ser criados pelo Plenário do CGI comissões ou grupos de trabalho, que terão por finalidade debater questões referentes aos temas discutidos pelo Plenário, e propor soluções sobre os assuntos pertinentes ao controle social de políticas públicas.

### **Seção III**

#### **Atribuições dos Representantes do Conselho**

##### **Subseção I Representantes do Plenário**

**Art. 19º** - Aos Conselheiros incumbe:

I – Garantir o processo de representatividade de seus segmentos levando as pautas das reuniões para conhecimento prévio de seus pares;

II - Zelar pelo pleno e total desenvolvimento das atribuições do Conselho;

III - Estudar e relatar, nos prazos pré-estabelecidos, matérias que lhes forem distribuídas, podendo valer-se de assessoramento técnico e administrativo;

IV - Apreciar e deliberar sobre matérias submetidas ao Conselho para votação;

V - Apresentar Moções ou Proposições sobre assuntos de interesse da saúde;

VI - Requerer votação de matéria em regime de urgência;

VII - Acompanhar e verificar o funcionamento dos serviços de saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde, dando ciência ao Plenário;

VIII - Apurar e cumprir determinações quanto às investigações locais sobre denúncias remetidas ao Conselho, apresentando relatórios da missão;

IX - Desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento do seu papel e ao funcionamento do Conselho;

X – Defender o Sistema Único de Saúde/SUS e o interesse da população usuária.

XI - É vedado ao Conselheiro pronunciar-se em nome do Conselho em qualquer circunstância, a não ser que o faça legitimado pelo Plenário do Conselho ou nas formas previstas neste Regimento;

XII - É vedado ao Conselheiro utilizar o Conselho ou qualquer referência ao mesmo para promoção pessoal, para fins comerciais ou para quaisquer outras finalidades senão aquelas descritas no Regimento Interno.

XIII - O nome, símbolo, logotipo, marcas, instalações e sede do Conselho são seu patrimônio exclusivo e não poderão ser utilizados para qualquer finalidade alheia os seus objetivos legais e regimentais.

XIV - A ocorrência de uma ou mais infrações previstas nos itens antecedentes deverá ser levada ao conhecimento do Conselho Gestor, que submeterá o caso ao Plenário.

Parágrafo único - Comprovada a infração, caberá ao Plenário substituir o representante infrator por outra pessoa.



## **CAPÍTULO IV**

### **DAS CONFERÊNCIAS TERRITORIAIS DE SAÚDE**

**Art. 20º** - Compete ao Conselho Gestor Intersetorial do Teias – Escola Manguinhos aprovar o regimento, a organização e as normas de funcionamento das Conferências Territoriais de Saúde, realizadas ordinariamente por convocação do Colegiado do Teias-Escola Manguinhos, anualmente, podendo convocá-las, extraordinariamente de forma a ser definida pelo Plenário do próprio Conselho.

**Art. 21º** - Será criada uma comissão encarregada de organizar a Conferência Territorial de Saúde, composta por conselheiros representantes dos usuários, trabalhadores e gestores, e convidados definidos pelo Plenário do Conselho.

**Art. 22º** – As conferências territoriais de saúde não elegem delegados ou representantes para as conferências do calendário oficial de saúde. O objetivo da conferência territorial de saúde é promover espaço social de participação, onde os atores sociais poderão utilizar métodos e linguagens mais próximos de sua realidade local, para elaborar proposições acerca da política de saúde no território.

Parágrafo único - As conferências territoriais ou livres não elegem representantes ou delegados para as conferências de saúde do calendário oficial, mas contribuem para a formação política dos atores sociais do território. Neste sentido, os conselheiros do CGI deverão à época da realização das conferências, principalmente da saúde, participar do processo conferencial respeitando o regulamento das mesmas.

## **CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 23º** - O Conselho poderá organizar mesas-redondas, oficinas de trabalho e outros eventos que congreguem áreas do conhecimento e tecnologia, visando subsidiar o exercício das suas competências, tendo como relator um ou mais Conselheiros por ele designado(s).

**Art. 24º** Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão dirimidas pelo Plenário do Conselho.

**Art. 25º** - O presente Regimento Interno entrará em vigor na data da sua publicação, só podendo ser modificado por quórum qualificado de 2/3 (dois terços) de seus Membros.

**Art. 26º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

## Anexo 10 – Matéria do jornal Fala Manguinhos! intitulada “Siga esse Conselho (CGI): a Saúde agradece”

Rio de Janeiro - Fevereiro de 2014 - 4ª Edição

Fala Manguinhos!

Notícias e Serviços para o Complexo de Manguinhos

3

### Siga esse Conselho (CGI): a Saúde agradece

por Ernesto Gomes Imbroisi e Patricia Evangelista

As comunidades de Manguinhos têm a oportunidade de participar e interferir nas políticas de saúde para o seu território, podendo deliberar sobre as condições que afetam a sua saúde. O Conselho Gestor Intersetorial do Teias-Escola Manguinhos (CGI) fará uma nova eleição de conselheiros no dia 21 de março de 2014. O CGI é um colegiado composto por 24 membros e seus suplentes (doze representantes dos gestores e dos trabalhadores dos equipamentos de saúde, da educação e da assistência social; e doze representantes dos cidadãos-usuários, separados em segmentos

sociais: assistência social e direitos humanos, criança e adolescente, cultura, educação, esporte, grupos étnicos e minorizados [ negros, deficientes, GLBT ], idosos, mulheres, representações comunitárias, saúde e ambiente, segmento religioso e trabalho cooperativo/geração de renda solidária). Essa composição procura garantir nas representações e/ou debates do conselho setores, disciplinas e temas importantes para o desenvolvimento de uma vida saudável. A participação efetiva dos moradores de Manguinhos

no CGI procura ampliar e democratizar a gestão do Teias Manguinhos, nesse sentido, os representantes eleitos pelas comunidades do território atuam diretamente na formulação, monitoramento e controle da execução da política de atenção primária à saúde em Manguinhos, que conhecemos pelo trabalho das equipes de saúde da Clínica da Família Victor Valla (CFVV) e da Clínica Saúde Escola (CSE) Manguinhos – que funciona no Centro de Saúde Escola Germano Sirval Faria (CSEGSF) da ENSP/Fiocruz.

Você que é cidadão e morador de Manguinhos, está na hora dessa comunidade assumir as rédeas e as diretrizes da saúde para o território. Participe do processo eleitoral, e se eleito, defenda os interesses de Manguinhos. Maiores informações: 25982764 (Patrícia e Martha).



Saúde é: moradia, água, luz, alimentação, saneamento, lazer, cultura, educação, trabalho, transporte, paz e atendimento médico.

## Anexo 11 – Protocolo de intenções entre a UNISUAM e a LAMSA visando à constituição da Rede Manguinhos Sustentável



Sociedade Unificada de Ensino Augusto Motta  
Centro Universitário Augusto Motta

### PROTOCOLO DE INTENÇÕES Nº 01/2012 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNISUAM E A LAMSA , VISANDO À CONSTITUIÇÃO DA REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL

O **CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA** inscrita no CNPJ sob o nº 34.008.227/0001-03, sediada na Av. Paris, 72 – Bonsucesso – RJ, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21041-020, doravante denominada **UNISUAM**, neste ato representada por seu Presidente, Professor Arapuan Medeiros da Motta Netto, portador da Carteira de Identidade nº 10.946.353-9, CPF nº 092.775.327-05, encontrado no endereço supra, e a **LINHA AMARELA S.A.**, inscrita sob o CNPJ nº 00.974.211/0001-25, sediada nesta cidade na Avenida Carlos Lacerda s/n – Água Santa, CEP 20745-150, doravante denominada **LAMSA**, neste ato representado por seu representante legal, Cesar Carneiro da Silva Neto, portador da Carteira de Identidade nº 1541780 SSP/BA, CPF nº 121.102.215-34, encontrado no endereço supra, resolvem firmar o presente Instrumento, na forma prevista na Lei nº 8.666 de 21/06/93, no que couber e demais legislações pertinentes, bem como pelas seguintes Cláusulas e Condições:

*Considerando o Índice de Desenvolvimento Social do bairro de Manguinhos, em pesquisa realizada no ano de 2000, que o coloca em 122º lugar entre os 126 bairros definidos pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro;*

*Considerando que o território ampliado de Manguinhos é composto por: Conjunto Habitacional Nelson Mandela, Comunidade Mandela de Pedra, Parque Carlos Chagas (Varginha), Conjunto Habitacional Samora Machel, Comunidade CCPL, Conjunto Habitacional dos Ex-Combatentes, Tiradentes e Vila União, Comunidade Vila Turismo, Centro Habitacional Provisório II, Parque João Goulart, Comunidade Agrícola, Parque Oswaldo Cruz (Amorim), Comunidade Vila São Pedro, Condomínio EMBRATEL, Condomínio DESUP e Comunidade Vitória de Manguinhos (CONAB);*

*Considerando a necessidade de construção de sinergias pela articulação e integração entre o setor público e privado, orientado no sentido de construção de uma REDE;*

*Considerando o histórico de parcerias e articulações entre as instituições que, inicialmente, se dispuseram a compor a REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL;*

*Considerando a constituição, com a adesão de vinte e nove atores coletivos de Manguinhos, do Conselho Comunitário de Manguinhos, "colegiado que tem como objetivo contribuir para o Desenvolvimento Sustentável das comunidades que compõem o território ampliado de Manguinhos", "formado por um representante e suplente das instituições e grupos sociais reconhecidos pelos moradores com atuação econômica, social e cultural nas comunidades citadas(...)". (Regimento Interno do Conselho Comunitário de Manguinhos).*

*Considerando a referência da Rede de Tecnologia Social;*

*E visando à constituição da REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL, voltada para apoiar as ações articuladas no Conselho Comunitário de Manguinhos, através de mútua e ampla colaboração, considerando a constatação comum das Instituições envolvidas, direta ou indiretamente, com o território ampliado de Manguinhos;*

Av. Paris, 72 - Bonsucesso  
Rua Campo Grande, 1508 - Campo Grande  
Rua Fonseca, 240 - Bangu Shopping - Bangu  
Rua Apicás, 320 - Taquara - Jacarepaguá

Central de Informações:  
**3882-9797**



[www.unisuam.edu.br](http://www.unisuam.edu.br)



## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Os signatários do presente Protocolo de Intenções empenharão seus melhores esforços, no âmbito de competência de cada um, para realizar, em conjunto, os propósitos e as metas da REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL.

### 1.1.1 Da Declaração de Propósito Coletivo

1.1.1.1 A REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL reúne, organiza, articula e integra um conjunto de instituições com o propósito de contribuir para o desenvolvimento sustentável do território ampliado de Manguinhos;

## 1.2 Dos Princípios e Metas

1.2.1 Praticar a democracia, o diálogo, a solidariedade, a acessibilidade plural, a heterogeneidade de diferentes pontos de vista para o desenvolvimento sustentável de Manguinhos.

1.2.2 Influenciar a elaboração de políticas públicas a partir dos objetivos da REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL, inserindo o desenvolvimento sustentável de Manguinhos nas agendas governamentais, sem substituir o papel do Estado.

1.2.3 Articular as esferas de governo e os diversos atores sociais: empresas, universidades e institutos de pesquisa, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, a fim de disponibilizarem e permutarem conhecimentos, bem como pactuarem ações e estratégias relevantes ao desenvolvimento sustentável de Manguinhos.

1.2.4 Mobilizar as competências complementares de seus integrantes.

1.2.5 Implementar mecanismos de identificação e difusão de tecnologias sociais.

1.2.6 Identificar e organizar demandas para projetos de desenvolvimento sustentável, articulando-os com programas, linhas de financiamento e assistência técnica dos órgãos de governo e demais entidades de apoio.

1.2.7 Articular, com outras iniciativas, espaços existentes a fim de contribuir para potencializar suas ações, bem como deles obter incremento ao desenvolvimento sustentável de Manguinhos;

1.2.8 Difundir seus princípios seus valores e ações para os diversos atores sociais e diferentes esferas de governo, assim como atualizar e aperfeiçoar continuamente seus procedimentos, registrando e divulgando seus processos e resultados.

## 1.3 Dos Integrantes

1.3.1 A REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL é constituída por instituições públicas e privadas, detentoras de recursos necessários para contribuir com o desenvolvimento sustentável do território ampliado de Manguinhos.



- 1.3.2** As novas instituições interessadas em participar da REDE deverão estar de acordo com a Declaração de Propósito Coletivo e dos Princípios e Metas da REDE, constante deste Protocolo de Intenções (1.1.1 e 1.2), e enviar para a Secretaria Executiva o Termo de Adesão preenchido, carimbado e assinado pelo representante legal da instituição.
- 1.3.3** Cada instituição integrante da REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL deverá indicar, formalmente, seus representantes, sendo 1 (um) titular e até 2 (dois) suplentes.
- 1.3.4** Cada instituição integrará a REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL, com o papel de zelar pelo cumprimento dos propósitos (1.1.1) e princípios (1.2) de sua constituição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTRUTURA E GOVERNANÇA

**2.1** A REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL criará um Fórum e uma Secretaria Executiva.

**2.1.1** O Fórum, composto por todos os integrantes da REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL e convidados, tem caráter consultivo e propositivo. Sua principal atribuição é a elaboração de propostas de atuação da REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL.

**2.1.2** As reuniões do Fórum terão periodicidade bimestral ou caráter extraordinário.

**2.1.3** As reuniões serão convocadas pela Secretaria Executiva da REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL.

**2.1.4** São atribuições do Fórum:

- a) Deliberar sobre as propostas de atuação apresentadas, elaborando o Plano de Ação Anual da REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL.
- b) Analisar e deliberar sobre a exclusão de participantes da REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL.
- c) Constituir e coordenar a Secretaria Executiva.
- d) Articular para que as propostas da REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL sejam contempladas no planejamento e orçamento de diversas instâncias governamentais e parceiros.
- e) Coordenar e acompanhar a execução do Plano de Ação da REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL.
- f) Coordenar o desenvolvimento e implantação do sistema de avaliação das ações da REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL.
- g) Coordenar o processo de difusão da REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL e suas ações.

**2.1.5** São atribuições da Secretaria Executiva:

- a) Apoiar administrativa e operacionalmente o cumprimento das atribuições do Fórum.



### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATIVIDADES DA REDE

**3.1** As atividades da REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL são Difusão, Incremento e Avaliação de projetos de desenvolvimento sustentável do território ampliado de Manguinhos.

**3.1.1** A REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL realizará a difusão dos projetos de desenvolvimento sustentável do território ampliado de Manguinhos pelas seguintes ações:

- a) Coletar e divulgar informações sobre o território ampliado de Manguinhos.
- b) Participar dos encontros do Conselho Comunitário de Manguinhos, dos seus Grupos Temáticos e da sua Assembléia Comunitária.
- c) Produzir publicações pertinentes ao território ampliado de Manguinhos
- d) Articular e apoiar cursos de formação básica e extensão em políticas públicas, desenvolvimento sustentável, redes e tecnologia social.

**3.1.2** Para o incremento de novos projetos de desenvolvimento sustentável, a REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL realizará as seguintes ações:

- a) Colaborar na construção de propostas pactuadas nos Grupos Temáticos do Conselho Comunitário de Manguinhos;
- b) Identificar, prioritariamente entre os integrantes da REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL, instituições com competência para desenvolvimento de projetos para atendimento das propostas aprovadas consensualmente no Conselho Comunitário de Manguinhos.
- c) Apoiar, prioritariamente entre os integrantes da REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL, o desenvolvimento de projetos do Conselho Comunitário de Manguinhos.

**3.1.3** Para o acompanhamento e avaliação dos resultados, a REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL realizará as seguintes ações:

- a) Desenvolver mecanismos de acompanhamento e critérios de avaliação de resultados.
- b) Acompanhar e avaliar os resultados obtidos nas atividades de difusão.
- c) Avaliar os resultados dos projetos incrementados a partir da REDE MANGUINHOS SUSTENTÁVEL
- d) Dar publicidade aos resultados das avaliações.

### CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Protocolo de Intenções não envolve transferência de recursos financeiros entre os envolvidos. Cada Partícipe será responsável pela alocação de recursos financeiros próprios para o custeio das atividades que constituem suas obrigações na execução do objeto deste instrumento.





## CLÁUSULA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

5.1 Este Protocolo de Intenções não cria quaisquer obrigações ou encargos.

5.2 Nenhum dos signatários será responsável perante o outro por quaisquer danos especiais, conseqüentes ou indiretos ou perdas decorrentes da execução do objeto deste Protocolo de Intenções, incluindo, sem limitação, a perda de lucros ou de interrupções de negócios, não importando como eles possam ser causados.

5.3 Nenhum signatário utilizará, em hipótese alguma, mão-de-obra escrava ou infantil não regulamentada pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), se responsabilizando, portanto, por quaisquer ato ilícito no que tange a esta questão;

5.4 Todos os signatários serão responsáveis pelo cumprimento das leis e regulamentos pertinentes à proteção do meio ambiente, inclusive pela obtenção e manutenção válida de todas as licenças, autorizações e estudos exigidos para o pleno desenvolvimento de suas atividades, caso seja necessário, devendo adotar, ainda, as medidas e procedimentos cabíveis, a fim de afastar qualquer agressão, perigo ou risco de dano ao meio ambiente que possa ser causado pelas atividades que sejam desenvolvidas, ainda que contratadas ou delegadas a terceiros;

## CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Protocolo de Intenções é de dois anos, contados a partir da data de sua celebração, podendo ser prorrogado por Protocolo dos signatários.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA

Os Partícipes poderão denunciar, por escrito, a qualquer tempo, e rescindir de pleno direito, o presente Protocolo de Intenções, devendo ser imputadas as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditados os benefícios adquiridos no mesmo período.

Constitui motivo para rescisão deste Protocolo de Intenções, independentemente do instrumento de sua formalização, o descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou das normas estabelecidas na legislação vigente, pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável.

A denúncia deverá ser comunicada por escrito e mediante notificação prévia com 30 (trinta) dias de antecedência, somente produzindo efeitos a partir desta data.

A rescisão deste Protocolo de Intenções deverá observar os princípios da ampla e prévia defesa e do contraditório.

A denúncia ou rescisão não implicará o dever de indenização entre os Partícipes.

## CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS



Eventuais omissões deste Protocolo de Intenções serão resolvidas de comum acordo entre os Partícipes, podendo ser firmados, se necessário, Termos Aditivos que farão parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA NONA – FORO

Para os casos omissos não resolvidos de comum acordo pelos signatários, fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do estado do Rio de Janeiro, para esclarecer as controvérsias oriundas do presente Protocolo.

E, por estarem justos e acordados, os signatários assinam o presente instrumento em 2 vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

  
 \_\_\_\_\_  
**CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA**  
**UNISUAM**
  
 \_\_\_\_\_  
**LINHA AMARELA S.A**  
**LAMSA**

#### Testemunhas:

Nome: *Giovanna M.A. Cury*  
 Profissão: *Assistente Social*  
 Estado civil: *Casada*  
 CPF: *043.995.897-12*  
 RG: *09763858-9*  
 Endereço: *Av. Gov. Carlos Lacerda s/n*  
 Assinatura: *Giovanna M.A. Cury*

Nome: *Remata de Souza Faria*  
 Profissão: *Administradora*  
 Estado civil: *Casada*  
 CPF: *093793857-22*  
 RG: *128839467*  
 Endereço: *Rua Barão Rios 1255*  
 Assinatura: *Remata de S. Faria*

Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2012.





## Anexo 12 – Matéria do jornal Fala Manguinhos! sobre a Agência de Comunicação Comunitária



A primeira diretoria eleita combina experiência, juventude, representação comunitária, diversidade de raça e de gênero.

A assembleia que deu início à Agência de Comunicação Comunitária aconteceu na Biblioteca de Manguinhos, na manhã de 05 de junho. Contou com a participação de moradores, instituições do poder público municipal e estadual, organizações comunitárias, universidades (UERJ / UNISUAM), mídias alternativas (TV Complexo / Jornal Abaixo Assinado), empresas parceiras, Conselhos de Saúde (CGI) e Comunitário de Manguinhos, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública e representações religiosas.

A Agência de Comunicação Comunitária, conforme estatuto aprovado, "tem por finalidade, participar, estimular ou promover quaisquer atividades pertinentes ao desenvolvimento local, comunicação comunitária e afins aos objetivos, podendo também estabelecer intercâmbio com associações e entidades afins, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, tendo como objetivo(s): I – Elaboração, gestão e avaliação de projetos sociais, II – Prestação de serviços na área de Comunicação Social, III – Promover capacitação na área de Comunicação Social; IV – Fornecer consultoria na área de Comunicação Social; V – Produzir material midiático"

**Novas possibilidades para a circulação das informações, divulgação das oportunidades, cobrança das necessidades e diálogo com as demais áreas da cidade.**

Portanto, a Agência é uma organização que se associa, às demais, na busca de soluções para dois problemas: o desconhecimento público do que acontece no Complexo de Manguinhos e o desenvolvimento social local. Tal intenção foi definida no primeiro editorial do jornal Fala Manguinhos! Aproveitaremos, esse momento, para realfirmar os compromissos apresentados na ocasião:

1. Contribuir para a melhoria das condições de moradia - Saúde, Educação, Transportes, Saneamento etc - do Complexo de Manguinhos;
2. Divulgar oportunidades de trabalho e renda para adultos, jovens, homens e mulheres;
3. Buscar novos parceiros, dentro e fora do Complexo de Manguinhos, para apoiar os projetos dos moradores das favelas;
4. Combater os preconceitos e afirmar os direitos e deveres republicanos;
5. Informar e divertir moradores do Complexo de Manguinhos, além de estudantes, professores, pesquisadores, trabalhadores, voluntários e gestores da área social;
6. Apoiar os talentos humanos das favelas do Complexo de Manguinhos;
7. Contribuir para a integração das favelas e a integração das favelas à cidade;
8. Incentivar a formação e fortalecer organizações comunitárias e suas redes;

Se quiser participar, de qualquer forma, da Agência de Comunicação Comunitária ou de seus projetos (Jornal / Blog / Facebook), entre em contato pelo e.mail [falamanguinhos@gmail.com](mailto:falamanguinhos@gmail.com) ou pelo telefone 982332037. Você é muito bem-vindo!

da Redação

## **Anexo 13 – Estatuto da Associação Agência de Comunicação Comunitária de Manguinhos**

### **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA**

#### **1. TÍTULO I - DA ASSOCIAÇÃO E ASSOCIADOS**

##### **2. CAPÍTULO I – DISCRIMINAÇÃO, ABRANGÊNCIA, PRINCÍPIOS E FINALIDADES**

**Art. 1º.** A Associação Agência de Comunicação Comunitária, também denominada ACC, com sede definitiva na Rua Sizenando Nabuco, 240, fundos, Manguinhos, no Município de Rio de Janeiro, CEP: 21041-974 e filial à Rua Luiz Gregório de Sá, 46, Manguinhos, no Município de Rio de Janeiro CEP: 21050-200, sob a forma de uma associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, com fins não econômicos e com tempo de duração indeterminado.

**Art. 2º.** A Associação abrange o Território Nacional e reúne, em juízo ou fora dele, todos os associados, desenvolvendo suas atividades seja na dimensão individual, seja na dimensão da defesa coletiva.

**Art. 3º.** A associação tem por princípio a defesa de um modelo associativo sem privilégios, não vinculado a qualquer partido político ou organização religiosa; e não fará, no desempenho de suas atividades, distinção quanto à raça, etnia, religião, gênero e orientação sexual, ou qualquer outra forma de discriminação, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, tudo em conformidade com a Lei 9.790/99.

**Art. 4º.** Constituem finalidades da Associação: **I** – representação, defesa, participação, intervenção e reivindicação em todas as áreas e manifestações relativas aos interesses coletivos, **II**- promover atividades de caráter social, cultural, e desportivo **III** – defesa dos direitos humanos e do meio ambiente, incluindo seus recursos naturais, bem como de qualquer outro interesse coletivo *lato sensu*; **IV** – celebração de acordos, convênios e contratos visando a realização dos projetos desenvolvidos pela associação, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins; **V** – participação em programas dos poderes públicos e entidades privadas, **VI**- prestar serviços de educação de forma inteiramente gratuita e com recursos próprios, vedado o seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente; **VII**- Elaboração, gestão e avaliação de projetos sociais; **VIII**- Prestação de serviços na área de Comunicação Social; **IX**- Promover capacitação na área de Comunicação Social; **X**- Fornecer consultoria na área de comunicação Social; **XI**- Produzir material midiático

##### **3. CAPÍTULO II – DA ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DE ASSOCIADOS**

**Art. 5º.** Poderão ser membros todos os maiores de 16 anos; entretanto, os menores de 18 anos são inelegíveis.

**Art. 6º** Os associados são classificados nas seguintes categorias: **Fundador:** Todos aqueles que constam da ata de fundação, **Contribuinte:** Todos aqueles que se comprometeram a prestar contribuições mensais à associação. **Benemérito:** Todos aqueles que fizeram jus ao título, a critério da Assembleia Geral por encaminhamento da diretoria. **Honorário:** Todos aqueles que prestarem serviços relevantes a Associação.

**Art. 7º.** Serão admitidos como associados todas as pessoas que requeiram sua admissão e sejam homologados pela Diretoria, comprometendo-se a cumprir o Estatuto, seus princípios e finalidades.

**Art. 8º.** Perderão a qualidade de associados (demissão) aqueles que solicitarem seu desligamento da Associação.

**Art. 9º.** Será excluído:

**I** – o associado ou administrador que atentar contra as finalidades da associação, ou que praticar ato ou omissão que o desabone perante a associação, a juízo da Diretoria; **II** – o administrador que não cumprir a contento as funções para as quais foi eleito; ou se ausentar das reuniões administrativas, sem justificativa, por três vezes seguidas ou quatro intercaladas; sempre a juízo de 2/3 dos presentes em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim.

**§ 1º.** Considera-se administrador qualquer membro da Diretoria e, no caso de sua exclusão, será chamado a ocupar o cargo vacante o suplente ou, se necessário, deverão ser convocadas eleições, nos termos do Título IV deste Estatuto.

**§ 2º.** A exclusão do associado deverá ser em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, ressaltando o direito à ampla defesa.

**Art. 10º.** Para obtenção de recursos e manutenção de suas atividades a ACC contará com uma categoria de contribuintes e voluntários denominada mantenedores, composta por pessoas jurídicas ou físicas que realizem contribuições em dinheiro ou bens, ou que prestem serviços voluntários. Esta categoria não integra o quadro social da ACC, não possuindo, seus membros, a qualidade de associados.

**§1º -** A categoria de mantenedores é composta pelas seguintes classes:

a) Contribuintes: Qualquer pessoa, física ou jurídica, que contribua regularmente com a ACC, por meio da doação de quantia financeira, respeitando o valor mínimo fixado pela Diretoria Executiva, admitidas mediante o preenchimento e assinatura de ficha de inscrição, e aprovação pela Diretoria Executiva;

b) Qualquer pessoa, física ou jurídica, que participar ativa e graciosamente das atividades da associação, oferecendo regularmente apoio material ou serviço específico, admitidas mediante o preenchimento e assinatura de ficha de inscrição, e aprovação pela Diretoria Executiva;

c) Voluntários: Todas as pessoas físicas prestadores de serviço voluntário regular, admitidos pela Diretoria Executiva, que deverão respeitar a legislação específica, inclusive firmar "Termo

de Adesão de Trabalho Voluntário" e as demais normas e regras sobre o voluntariado adotadas pela entidade.

§2º - Deixarão de pertencer à categoria de mantenedores todos aqueles que deixem de contribuir ou de prestar serviços voluntários. Os mantenedores da categoria de voluntários poderão ser demitidos pela Diretoria Executiva na hipótese de não cumprimento dos deveres e obrigações assumidos, de infração a quaisquer normas e regras da organização ou mesmo quando a Diretoria Executiva assim julgar conveniente e ACC.

§3º - A Diretoria Executiva, segundo sua conveniência, poderá criar subdivisões nas respectivas classes de mantenedores.

#### **4. CAPÍTULO III - DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS**

**Art. 11.** São direitos dos associados: **I** – aderir e participar dos planos, programas, eventos e benefícios organizados e promovidos pela Associação **II** – tomar parte nas reuniões das Diretorias e Assembleias, nestas com direito de voto, desde que estejam adimplentes com suas obrigações até 30 dias que anteceda a data da Assembleia; **III** – se elegível, candidatar-se a compor chapa; **IV** – convocar Assembleia Geral Extraordinária dos Associados, desde que solicitem ao Presidente, por escrito, através de exposição de motivos, assinada no mínimo por 20% (vinte por cento) dos associados que estejam adimplentes com seus deveres, nos moldes deste Estatuto; **V** – apresentar e defender sugestões e propostas que se relacionem com os objetivos da associação, assim como interpor recursos às Diretorias e das Diretorias à Assembleia Geral.

**Art. 12.** São deveres dos associados:

**I** – respeitar e cumprir este Estatuto, bem como quaisquer regulamentos e resoluções que forem baixados pela Assembleia Geral dos Associados, e pela Diretoria cooperando sempre, direta ou indiretamente para o seu progresso; **II** – pagar, pontual e mensalmente, as contribuições financeiras devidas à Associação; **III** – exercer com empenho e dedicação as funções para as quais tenha sido eleito ou nomeado, na forma deste Estatuto; **IV** – comparecer às convocações dos órgãos da Associação.

**Parágrafo único.** Os associados não responderão subsidiariamente por compromissos assumidos em nome da Associação. Apenas os administradores da Associação, no seu dever de prestação de contas, caso não logrem aprovação da Assembleia Geral, responderão com seu patrimônio, subsidiariamente, por eventuais danos provocados ao patrimônio da Associação.

### **TÍTULO II- DA ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO**

**Art. 13.** A Associação está organizada em: **I** – Assembleia Geral; **II** – Diretoria e **III** – Conselho Fiscal.

#### **1. CAPÍTULO I- DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**Art. 14.** A Assembleia Geral é o órgão máximo da Associação, podendo discutir, deliberar e votar sobre qualquer assunto do interesse da Comunidade. A Assembleia Geral é constituída

por todos os associados regularmente registrados na Associação, em gozo dos seus direitos de associado.

§ 1º. A Assembleia Geral será convocada, em caráter ordinário ou extraordinário, por publicação nos meios de divulgação disponíveis, como cartas ou avisos fixados na sede, sempre com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias. Em primeira convocação, a Assembleia Geral só deliberará com a presença mínima de dois terços dos associados, e em segunda convocação, ao menos 10% dos associados participativos e a presença de pelo menos um membro da Diretoria eleito e empossado no cumprimento de suas prerrogativas.

§ 2º. Para deliberar sobre destituição de administradores (§ 3º, IV), sobre alterações no Estatuto (§ 3º, V) e sobre a extinção da associação (§ 3º, VI), exige-se o voto concorde de 2/3 dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 10% dos associados participativos e a presença de pelo menos um membro da Diretoria eleito e empossado no cumprimento de suas prerrogativas.

§ 3º. Compete à Assembleia Geral: **I** – Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal a cada três anos, em Assembleia Geral Ordinária especialmente convocada para este fim, através de eleição, admitida uma reeleição por voto secreto, ou através de aclamação, quando houver apenas uma chapa; **II** – Conhecer, discutir e julgar relatórios da Diretoria sobre suas atividades, assim como aprovar as contas; **III** – Decidir sobre assuntos em relação aos quais este Estatuto for omissivo. **IV** – Destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; **V** – Alterar o Estatuto; **VI** – Decidir sobre a extinção da Associação.

§ 4º. A Assembleia Geral Ordinária será convocada pelo Presidente da Diretoria, de preferência durante o primeiro trimestre de cada ano. Nela serão apresentados o relatório das atividades e a prestação de contas da Associação, assim como os relatórios do Conselho Fiscal.

§ 5º. A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada a qualquer tempo pela Diretoria, ou pelo Conselho Fiscal quando conhecer de qualquer irregularidade na administração da Associação, ou por 1/5 (um quinto) dos associados. Nela será discutido qualquer tema que não esteja reservado à Assembleia Geral Ordinária.

§ 6º. Todos os associados poderão participar das Assembleias. A Assembleia Geral será aberta pelo Presidente, que dirigirá os trabalhos ou será eleito um associado para presidi-la.

§ 7º. A associação adotará práticas de gestão administrativa, suficientes e necessárias, a coibir a obtenção, de forma individual e coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação em processos decisórios.

## **2. CAPÍTULO II - DA DIRETORIA**

**Art. 15.** A Diretoria, com mandato de 03 (três) anos é composta por: Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro.

**Art. 16.** As decisões da Diretoria serão tomadas em reunião, maioria simples, cujo quórum mínimo é 2/3. Nas decisões da Diretoria, cabe a cada Diretor um voto e, em caso de empate, compete ao Presidente o voto de desempate.

§ 1º. São deveres da Diretoria: **I** – Lutar pelos interesses dos associados e pela efetividade das finalidades da associação; **II** – Convocar Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias; **III** – Cumprir e fazer cumprir as decisões das Assembleias; **IV** – Preparar relatório anual sobre as atividades da Associação para ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária; **VI** – Reunir-se, no mínimo, mensalmente, para resolver questões que lhe competem, devendo, a cada seis meses, avaliar o andamento dos planos de trabalho; **VII**- Providenciar que o Tesoureiro prepare balancetes mensais e anuais, para a prestação de contas da diretoria ao Conselho Fiscal e às Assembleias Gerais, apresentando sempre os comprovantes de despesas relativas às contas.

**Art. 17.** São atribuições dos membros da Diretoria:

**I – Compete ao Presidente:**

**a)** Representar a associação, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; **b)** Presidir e coordenar as reuniões da Diretoria, **c)** Rubricar e assinar, juntamente com o Secretário, os livros da Secretaria e todas as páginas das Atas das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral; **d)** Rubricar e assinar, juntamente com o Tesoureiro, os livros da Tesouraria, bem como os cheques e todos os documentos bancários; **e)** Superintender em caráter geral, todas as atividades da Diretoria e de seus membros, respeitando sempre as funções de cada um.

**II – Compete ao Vice-Presidente:**

**a)** Substituir o Presidente em quaisquer de seus impedimentos; **b)** Cooperar com o Presidente em todas as suas atribuições; **c)** Supervisionar as atividades da entidade juntamente com os demais membros da Diretoria.

**III – Compete ao Secretário:**

**a)** Redigir as atas das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral, assinando-as juntamente com o Presidente; **b)** Dirigir os trabalhos da Secretaria e redigir toda a correspondência da Associação; **c)** Fornecer ao Presidente os dados necessários à confecção de relatórios da Associação; **d)** Substituir o Presidente, na falta ou ausência do Vice- Presidente.

**IV – Compete ao Tesoureiro:**

**a)** Promover a arrecadação de receitas, depositando-as em conta corrente conjunta em nome da Associação, assinando, juntamente com o Presidente, os cheques sobre essa conta; **b)** Efetuar os pagamentos de todas as despesas devidamente autorizadas, e organizar o balanço geral das atividades da Tesouraria; **c)** Apresentar mensalmente o balanço de movimento financeiro a Diretoria e Conselho Fiscal; **d)** Preparar o balanço anual das atividades financeiras e apresentá-lo ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral; **e)** Dirigir todo o serviço de escrita da Tesouraria; **f)** Escriturar o movimento financeiro da Associação nos livros apropriados.

### 3. CAPÍTULO III - DO CONSELHO FISCAL

**Art. 18.** O Conselho Fiscal é órgão de assessoramento da Assembleia Geral na votação de matérias atinentes à regularidade e legalidade dos atos de administração da Associação. O Conselho Fiscal é constituído por 06 (três) membros, sendo 03 (três) efetivos e 03 (três) suplentes, devendo ter um Presidente e um Secretário, escolhidos na primeira reunião após a sua posse. **Parágrafo único.** O mandato dos conselheiros fiscais, que poderão ser eleitos na mesma Assembleia Geral Extraordinária que eleger os demais administradores da Associação, é igual ao da Diretoria.

**Art. 19.** Compete ao Conselho Fiscal:

**I** – Estudar e emitir parecer sobre a escrituração, os balancetes mensais e os balancetes anuais, que o Presidente submeterá à apreciação da Assembleia Geral; **II** – Dar parecer sobre o orçamento e despesas; **III** – Realizar, no mínimo, bimestralmente reunião ordinária com a totalidade de seus membros, e sempre que se fizer necessário extraordinariamente; **IV** – Tomar parte nas reuniões da Diretoria, através de um de seus membros indicado pela mesma para essa tarefa, de preferência o Presidente do Conselho Fiscal; **V**- Examinar os livros de escrituração da entidade; **VI**- Apreciar os balanços e inventário que acompanham o relatório anual da Diretoria; **VII**- Apreciar relatórios de planos e metas da Diretoria, emitir parecer críticos e orientativo; **VIII**- Avaliar o desenvolvimento e crescimento da Associação a partir do acompanhamento progressivo, apresentando resultados à Assembleia Geral; **IX**- Auxiliar e orientar a Diretoria na solução de eventuais problemas internos e externos; **X**- Orientar sobre aquisições e alienações de bens por parte da Instituição.

## 2. TÍTULO III- DO PATRIMÔNIO

### 3. CAPÍTULO I - DAS FONTES DE RECURSOS E ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO

**Art. 20.** As fontes de recurso e o patrimônio da Associação constituir-se-á por contribuições dos associados, doações, legados e rendas eventuais; rendas por serviços prestados, bens móveis e imóveis adquiridos, subvenções e auxílio do poder público, sendo certo que a associação aplicará suas rendas integralmente para as finalidades sociais, conforme Lei 9790/99. **§1º.** A Associação não distribuirá lucros, bonificações, dividendos ou outras vantagens sob nenhuma forma ou pretexto aos seus dirigentes mantenedores ou associados, e nem remunerará sob nenhuma hipótese os membros da Diretoria. **§ 2º.** Nenhum bem será alienado sem aprovação do Conselho Fiscal, com prévio parecer da Diretoria, sendo certo que o produto da venda será aplicado na aquisição de outros bens ou na realização estrita dos objetivos da Associação. **§ 3º.** Poderão ser realizadas auditorias, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública. **§ 4º.** A prestação de contas da associação observará as seguintes normas: a) os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade; b) a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os a disposição para qualquer

associado; c) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

## **CAPÍTULO II- DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO E DESTINO DO PATRIMÔNIO**

**Art. 21.** Em caso de dissolução da Associação, o remanescente líquido do seu patrimônio será destinado a entidade congênere, de fins não econômicos, qualificada como OSCIP, escolhida pela Assembleia Geral Extraordinária que tiver decidido pela dissolução.

### **1. CAPÍTULO III- DA PERDA DO TÍTULO DE OSCIP**

**Art. 22.** Na hipótese de a pessoa jurídica obter e vir a perder a qualificação de OSCIP, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

### **4. TÍTULO IV - DAS ELEIÇÕES**

**Art. 23.** A eleição dos administradores será feita por aclamação, quando se tratar de chapa única ou por escrutínio secreto quando inscreverem-se 02 (duas) ou mais chapas, apresentadas à diretoria até 15 dias antes da eleição. A diretoria, sob pena de exclusão por justa causa, encaminhará as chapas à Assembleia Geral que colocará em votação no dia, hora e local marcado na convocação, proclamando eleita e empossada a chapa mais votada.

**Parágrafo único.** Não são elegíveis para os cargos administrativos os associados que exerçam cargos, empregos ou funções públicas.

### **5. TÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 24.** São livros obrigatórios da Associação:

**I – Registro dos Associados; e II – Livro Diário.**

§ 1º. Todos os livros deverão ser autenticados pelo responsável por sua guarda. § 2º. Quando possível, podem ser utilizadas fichas, em vez de livros, desde que autenticadas, nos termos do parágrafo anterior. § 3º. Os livros e documentos objetos deste artigo poderão ser consultados a qualquer hora pelos membros do Conselho Fiscal, Diretoria ou pelos associados.

**6.**

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2014.



## Anexo 14 – Matéria do jornal Fala Manguinhos! intitulada “Novas eleições, velhas questões”

Fala Manguinhos!

Notícias e Serviços para o Complexo de Manguinhos



### Novas eleições, velhas questões

Essas perguntas sempre aparecem nas conversas do dia a dia. Nos períodos eleitorais, são ouvidas ainda mais vezes. E as respostas são bem diferentes, como você já percebeu. Alguns dizem que só o voto pode decidir o futuro. Outros, que é o povo, nas ruas, que muda tudo.

Mas também existe os que defendem a necessidade de se votar certo e não deixar de participar das reuniões onde são decididas as coisas a nosso respeito.

**Votar resolve? Brigar por nossos direitos adianta alguma coisa?  
O que podemos fazer para melhorar a nossa vida e o lugar onde moramos?**

Antes de conhecer mais a opinião do Jornal Fala Manguinhos!, vamos consultar a Constituição, nossa Lei Maior, sobre as oportunidades da gente mexer nos rumos da nossa favela e do país.

Logo no primeiro artigo, está dito que na República Federativa do Brasil, um Estado Democrático de Direito, "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou direta-

mente, nos termos desta Constituição". Portanto, nos manifestamos por meio dos parlamentares e executivos que elegemos, ou 'diretamente'.

Mas, como assim, 'diretamente', perguntarão alguns? No Brasil existe a possibilidade de conhecer a opinião da maioria através de Plebiscitos e Referendos. Em 1993, por exemplo, aconteceu um Plebiscito sobre o tipo de governo que preferimos: parlamentarismo ou presidencia-

## Fala Manguinhos!

Notícias e Serviços para o Complexo de Manguinhos

### Sistemas e Formas de Governo

A **República** (ou administração pública, governo de todos) se fundamenta na chefia do Estado por representantes dos interesses populares, e não de famílias, como na Monarquia, ou detentores do poder militar.

O **Presidencialismo** baseia-se na eleição de um Chefe de Estado, que é também o Chefe de Governo (executivo).

O **Parlamentarismo** é organizado pela reunião de parlamentares, que funciona como Poder Legislativo e Poder Executivo. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro. O Chefe de Estado pode ser um monarca, ou um presidente.

lismo? República ou monarquia? Decidimos por uma república presidencialista.

Mais recentemente, em 2005, realizamos um Referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munição, estabelecida na Lei nº 10.826, de 2003. Na consulta, a maioria votou, 'diretamente', a favor da venda de armas, como acontece até hoje.

Além do Plebiscito e do Referendo, existe a possibilidade de participar 'diretamente' através das Iniciativas Populares. Um bom

caso de Iniciativa Popular é a Lei da Ficha Limpa que, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, "fortaleceu as punições aos cidadãos e candidatos que burlaram a lisura e a ética das eleições ou que tenham contra si determinadas condenações na esfera eleitoral, administrativa ou criminal. (...) A proposta foi aprovada pelo Congresso Nacional após receber as assinaturas de 1,3 milhão brasileiros em apoio às novas regras".

Mas as possibilidades de participação 'direta' da população, baseadas na Constituição, não terminam por aí. Para ilustrar, destacamos os Artigos 198, 204 e 206, que tratam da "participação da comunidade", "por meio de orga-

e republicana, praticar a soberania popular. É por isso que foram criados o Conselho Comunitário de Manguinhos e o Conselho de Saúde (CGI). Duas apostas num futuro melhor, baseadas na capacidade e força dos nossos



nizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações", objetivando a "gestão democrática". Aqui, a nossa Lei Maior se refere às áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

O desafio é tirar do papel essas possibilidades e, de forma coletiva

moradores, e nos erros e acertos do passado.

Ao escolher o seu candidato, leve em consideração aqueles que fortalecerão as organizações independentes e autônomas do Complexo de Manguinhos. Contamos com você para a Democracia funcionar e melhorar a nossa vida.



A população voltou às ruas para construir outra proposta de Iniciativa Popular, na Semana da Pátria, com o objetivo de fortalecer a democracia. Foram instaladas 40.000 urnas em todo o país e contabilizados, só na internet, 1.691.006 votos a favor da Assembleia Constituinte para a Reforma Política. ([www.plebiscitoconstituente.org.com](http://www.plebiscitoconstituente.org.com))

Rio de Janeiro - Agosto/Setembro de 2014 - 4ª Edição



**Anexo 15 - Matéria do jornal Fala Manguinhos! intitulada “Quem gasta mais água no Brasil?”**





## Fala Manguinhos!

Notícias e Serviços para o Complexo de Manguinhos

Um dado interessante, nesse cenário da situação da água, é que os maiores consumidores no mundo não são as pessoas. Em primeiro lugar encontra-se a agricultura, que gasta 70% de toda água potável do planeta para a irrigação. Em segundo lugar está a indústria, que gasta 20% da água. E, por fim, em terceiro lugar, o uso doméstico, que utiliza 10% desse total.

Ficou surpreso? Pois vai ficar mais ainda. Os números no Brasil revelam que a agricultura chega a consumir 72% da água potável e a indústria 22%. O uso doméstico não passa de 6%. Mas quando se fala em desperdício, geralmente o responsável é o consumidor, que nada mais é que todos nós, em nossas casas. Acusam e condenam as comunidades, a dona de casa e até o banho um pouco mais demorado. É claro que devemos pensar sobre a educação e relação que todos devemos ter com os recursos naturais, como a água, evitando gasto desnecessário.

Porém, o que podemos observar é que o maior desperdício se dá pela falta de planejamento da gestão dos recursos hídricos do nosso país e do nosso Estado. Atribuir essa crise ao consumo doméstico, ou fazer com que a população pague essa conta, é desconsiderar que a agricultura de irrigação e a indústria nacional gastam, juntas, 94% da água consumida no país. Com o detalhe que o setor agrícola tem forte influência política e econômica e não é taxado por captar água para as suas atividades. Logo, os investimentos tecnológicos, a fim de reduzir esse desperdício, não ocorrem.

Há que se investir de modo responsável em despoluição de rios e proteção de áreas de mananciais, impedindo a ocupação



Foto de Graciano Silva

**Segundo o Ministério das Cidades, a água já é desperdiçada, em cerca de 40%, antes mesmo de chegar às torneiras da população.**

irregular. O saneamento básico é outro ponto de combate ao desperdício de água. A captação do esgoto é caótica, tanto nas favelas quanto em luxuosos condomínios, que poluem devido à fiscalização falha do poder público. As cidades saneadas captariam mais esgoto e, assim, a água de reuso serviria para determinadas atividades.

O Estado do Rio de Janeiro é o que mais desperdiça água. A sua capital, onde moramos, encontra-se em 37º lugar no ranking do Instituto Trata Brasil, em relação à eficiência na prestação de serviço de saneamento à população. Segundo o Ministério das Cidades, a água já é desperdiçada, em cerca de 40%, antes mesmo de

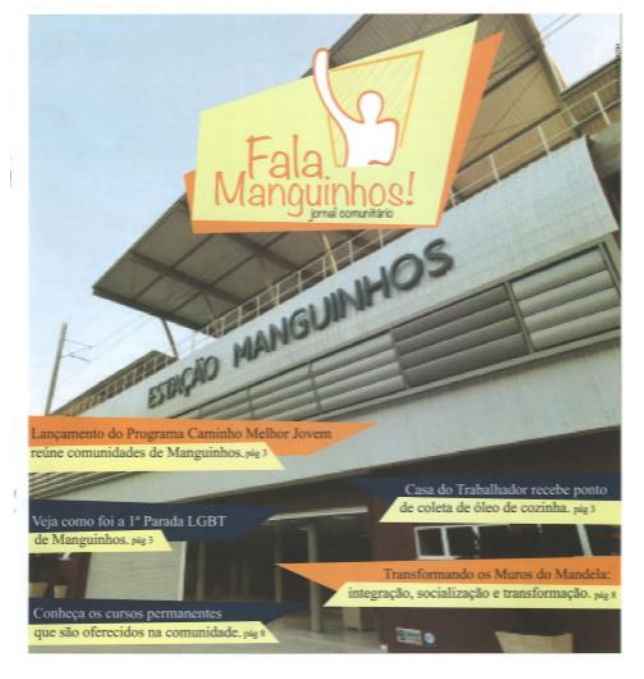
chegar às torneiras da população.

O que observamos é a falta de investimento nas favelas para evitar a perda, pelos constantes vazamentos nas tubulações, sejam por furto ou falta de manutenção. Estamos em um momento crítico, sim. Porém, mais crítica é a forma com que nos apresentamos o problema, não abrindo-se o debate sobre as questões ambientais relacionadas à poluição, desmatamento e planejamento equivocado.

Estamos todos sofrendo as consequências das gestões falhas que, durante vários anos, ignoraram a responsabilidade que traz o crescimento populacional e o crescimento econômico, deixando em segundo plano o debate ambiental. O Brasil é um país com muitos recursos naturais e não faz sentido essa crise de abastecimento d'água.

● Robson Viana

## Anexo 16 - Capas do jornal Fala Manguinhos!



Primeira edição



Segunda edição



Terceira edição



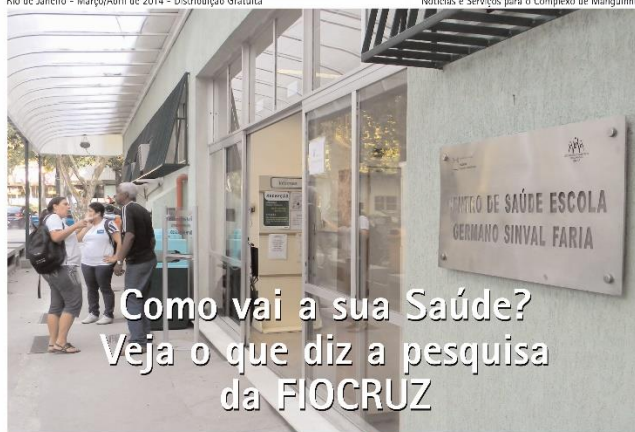
Quarta edição.



# Fala Manguinhos!

Rio de Janeiro - Março/Abril de 2014 - Distribuição Gratuita

Notícias e Serviços para o Complexo de Manguinhos



Veja nesse número:

Carnaval 2014: a cobertura completa da folia

A costura que une histórias

CHP 2: De provisório a permanente!

Quinta edição

# Fala Manguinhos!

Rio de Janeiro - Maio/Junho de 2014 - Distribuição Gratuita - 6ª edição

Notícias e Serviços para o Complexo de Manguinhos



**Fundada a Agência de Comunicação Comunitária**

Veja nesse número:

- Tuberculose: a doença e o preconceito
- A Vila Turismo e seus apelidos
- Acontece Aqui: Ações para a Juventude

Sexta edição

# Fala Manguinhos!

Rio de Janeiro - Agosto/Setembro de 2014 - Distribuição Gratuita

Notícias e Serviços para o Complexo de Manguinhos

## Novas eleições, velhas questões



Votar resolve? Brigar por nossos direitos adianta alguma coisa?



Comunicação,  
Cultura e  
Democracia



A Arte do nosso  
Complexo

### Veja nesse número:

Mapeamento Participativo  
de Manguinhos

BNDS: Projetos  
encaminhados

CHP 2: Uma história  
interropida

Sétima edição.

# Fala Manguinhos!

Rio de Janeiro - Outubro/Novembro de 2014 - Distribuição Gratuita

Notícias e Serviços para o Complexo de Manguinhos



**Favela:**  
Problemas e soluções

A opinião dos moradores  
do Complexo de Manguinhos



Campanha  
"Mídia em  
Movimento"



Família:  
Qual é a sua?

### Veja nesse número:

Embratel, "a invasão  
que deu certo"

Fala Manguinhos!  
faz aniversário

Favela Gastrô: saúde,  
economia e sabor

Oitava edição.



# Fala Manguinhos!

Rio de Janeiro - Dezembro/Janeiro de 2015 - Distribuição Gratuita

Notícias e Serviços para o Complexo de Manguinhos



**Pela união de todos do  
Complexo de Manguinhos!**



**Favela  
Criativa:  
arrasamos**



**Ballet de  
Manguinhos**

Veja nesse número:

Cursos profissionalizantes:  
inscrições abertas

Favela Gastrô:  
renda com comida

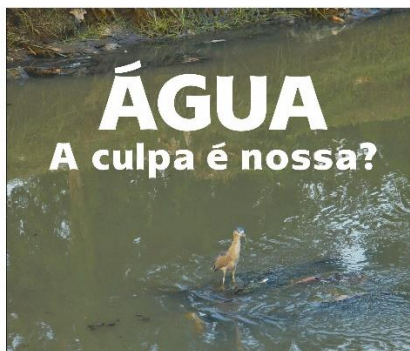
Jovens: a rapaziada  
que vai a luta

Nona edição.

# Fala Manguinhos!

Rio de Janeiro - Fevereiro/Março de 2015 - Distribuição Gratuita

Notícias e Serviços para o Complexo de Manguinhos



**Favela  
Gastrô:  
Especial**



**Favela  
Criativa:  
acontecendo**

Veja nesse número:

**Conselho  
combate evasão  
escolar**

**Casa do  
trabalhador:  
feira de emprego**

**DSUP:  
um condomínio  
popular**

Décima edição.



Décima primeira edição.



Décima segunda edição.